



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0190/17	DATA: 30/03/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 16h22min	PÁGINAS: 130

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HENRIQUE MEIRELLES - Ministro de Estado da Fazenda.

SUMÁRIO

Debate sobre a proposta de Reforma da Previdência.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.
Há palavra ou expressão inaudível.
Expressões do discurso dos Deputados Arlindo Chinaglia e Arthur Oliveira Maia foram retiradas a pedido do Presidente da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou iniciar a reunião.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os nossos trabalhos.

Ata.

Encontram-se à disposição das Sras. e Srs. Deputados cópias das atas da 18ª reunião.

Pergunto se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço dispensa da leitura da ata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Major Olimpio, V.Exa. está mais próximo hoje. Folgo em vê-lo mais de perto.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Para ter um contato mais próximo com V.Exa. e para aprender mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Também desejo fazer uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é a seguinte: há um conjunto de requerimentos que estão para ser apreciados pela Comissão e que até hoje não o foram. Qual é o encaminhamento que V.Exa. pretende dar aos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós tentamos realizar uma sessão administrativa para aprovação de requerimentos, e não houve quórum. Sinceramente, não tenho previsão de outra ata. Entendo que, em termos de contribuições externas, estamos concluindo hoje os nossos trabalhos.



Daqui para frente, espero que os Deputados tenham formado as suas convicções, para que nós, cientes das nossas responsabilidades, possamos estabelecer um debate interno na Comissão, a partir desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, creio que essa não é uma decisão monocrática nem discricionária da Presidência. Cabe à Comissão decidir se se deseja ou não votar os requerimentos.

Acontece que V.Exa. convocou uma reunião da Comissão especificamente para a apreciação de requerimentos, depois foram convocadas várias outras reuniões da Comissão, sendo que a apreciação deles poderia também estar incluída na pauta. Mas V.Exa. optou por não o fazer. Nada impede que convoque uma reunião administrativa para aprová-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Comunico à Oposição, bem como a todo o Plenário, que, em conformidade com o plano de trabalho estabelecido, não convocarei outra reunião, salvo se V.Exa. apresentar um requerimento em conformidade com o Regimento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Comunico a V.Exa., com toda a franqueza, que não vou lhe dizer: *“Olha, pode ser. Vou pensar”*.

Por minha iniciativa, não acontecerão mais reuniões administrativas para chamamento de contribuições externas.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. também deseja fazer uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria dizer ao Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Antes de V.Exa. formular sua questão de ordem, convido o Ministro Henrique Meirelles para tomar assento à mesa, tendo em vista ser o expositor do dia de hoje. *(Pausa.)*

Tem a palavra para uma questão de ordem o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro, queria dizer que V.Exa. ordenou aqui os trabalhos da Casa, durante 1 mês e meio, 2 meses, e foi estabelecida uma disciplina que nunca foi rompida: fizemos a lista de inscrição de



oradores a partir de um horário, e a Secretaria da Mesa não abria antecipadamente essa lista em hipótese nenhuma. Mesmo quando pedimos para ser feita uma lista paralela, pois já havia Deputados na fila, a Secretaria da Mesa tinha ordens expressas de V.Exa. de não abrir as inscrições.

Hoje as inscrições foram abertas 20 minutos, ou meia hora, antes, o que eu acho inaceitável. Devemos estabelecer um regimento, um tipo de disciplina. Houve pessoas que ficaram várias vezes sem almoçar, porque a lista não havia sido aberta às 14 horas, e o plenário estava funcionando.

Por isso, peço a V.Exa. que considere essa questão, inclusive quanto à ordem estabelecida, pois eu cheguei aqui antes para me inscrever, e tudo bem se tivesse fila. Mas não havia mais fila. Já havia sido feita a inscrição, as pessoas foram embora e voltaram. Acho que isso é um rompimento com o acordo e as regras.

Não importa quem propôs ou quem não propôs. Nós já propusemos várias vezes uma lista paralela, para quem tivesse chegado às 13h30min, e isso não aconteceu. A Secretaria foi intransigente, por ordem de V.Exa.

Quero saber como vai ficar isso, porque é uma violência contra aqueles que chegaram na hora para se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vou responder.

Por favor, traga até mim a lista de inscritos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu já falei que não importa quem são os inscritos, mas que a ordem foi rompida. Não importa quem são os inscritos, Presidente. O que importa é que V.Exa. o permitiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para a decisão que vou tomar agora, importa para mim.

Primeiro, existe aqui equilíbrio entre a Oposição e o Governo em termos de inscrições. Quer dizer, a decisão que vou tomar não beneficia ninguém. Pelo que eu conheço, o primeiro inscrito é favorável à reforma. Na sequência, estão inscritos quatro Deputados contrários, dois Deputados favoráveis. Quero deixar bem claro que a decisão que vou tomar não beneficia ninguém!

Segundo, realmente existe não uma ordem, mas uma determinação expressa minha no sentido de que a lista só seja aberta às 10 horas. Está no horário. Houve insistência de diversos Deputados que se encontravam numa fila. Essa informação



foi passada a mim pela Mesa quando questionei o porquê da abertura prematura, conforme V.Exa. colocou, Deputado Ivan Valente. Foi passado a mim que vários Deputados na fila solicitaram o bom senso da Mesa no sentido de que quem chegasse iria para o final da fila, porque todos estavam determinados a ali permanecer, como muitos dos que aqui estão permaneceram. Desde que eu cheguei, não mais os vi na fila, mas sentados aqui.

O que eu devo fazer aqui? Vou contar até três para que todos formem uma fila novamente, para que todo o mundo saia correndo para os seus lugares? Isso não é possível. Também a reversão do que está posto se torna quase impossível dentro do princípio da mínima razoabilidade.

A decisão que vou tomar agora, frente à questão de ordem que V.Exa. coloca, é a seguinte: manter a lista de inscrição para hoje e, em se repetindo essa situação, eu já comunico a todos que não vou reconhecer a lista aberta antes do horário, salvo se houver combinação anterior.

A lista continuará como está, levando-se em consideração a colocação do Deputado Ivan Valente. S.Exa. não deixa de ter razão. Portanto, fica dessa forma determinada. A lista de hoje está mantida: o primeiro inscrito é o Deputado José Carlos Aleluia; o segundo é o Deputado Assis do Couto; a terceira é a Deputada Jandira Feghali; o quarto é o Deputado Alessandro Molon; o quinto é o Deputado Arlindo Chinaglia; e o sexto é o Deputado Julio Lopes. Vamos manter essa lista para hoje. Nas próximas ocasiões, no dia em que houver robusta presença do Plenário, comunico a todos que não reconheceremos a lista aberta antes do horário por nós determinado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero fazer uma réplica. Vou dizer a V.Exa. que o bom senso só funcionou hoje, por conveniência. Nós reivindicamos o bom senso várias vezes, porque havia seis, sete Deputados na fila. E nós ficamos na fila esperando, porque há fila. Quer dizer, as pessoas desistiram de chegar 15 minutos antes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, não há nenhuma manipulação da fila, tanto que a Oposição ocupa os primeiros lugares.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não importa isso. Não existe Oposição. Existem os Parlamentares aqui. Repito: não existe Oposição nem Situação!



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Deputado Ivan Valente, eu também sofri. Eu também vim às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos ouvir a Deputada Jandira Feghali e dar andamento à reunião.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu só quero registrar...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foi democrático, porque o Deputado José Carlos Aleluia foi respeitado. S.Exa. estava antes e saiu, mas o pessoal começou a fazer a inscrição a partir do segundo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Peço a palavra a V.Exa., apenas para socorrer o Secretário da Mesa e a Mesa. De fato, cheguei às 8 horas na Câmara e liguei para cá perguntando a que horas seria a audiência. A informação que eu recebi era que seria às 9h30min, a mesma que também foi repassada para os outros. Eu cheguei aqui às 9h20min. O painel foi aberto às 9h30min. Se o painel foi aberto, a lista tem que ser aberta. Às 9h30min foi o horário que fiquei aqui — está na minha agenda — e outros também ficaram. Participei dos que insistiram pela compreensão de que a reunião havia sido marcada para as 9h30min, não como antecipação. E a Mesa, o Secretário, tensionado por quase dez Parlamentares que aqui estavam presentes, abriu a lista.

Sr. Presidente, só quero socorrer os funcionários da Mesa, porque não têm responsabilidade nem agiram de forma incorreta diante da dúvida que houve em relação ao horário das 9h30min e 10 horas. Só queria registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Fica estabelecido isso. Fica encerrada esta discussão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sempre foi às 10 horas. Sempre foi às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por conveniência...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se forem mais 2 horas, 10 horas, mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, está encerrado este assunto.



Para haver conveniência, tem que ser conveniente a alguém. Eu não estou tentando proteger por conveniência ninguém. Isso aqui não está sendo conveniente a ninguém. Ninguém aqui está sendo beneficiado. Efetivamente estamos respeitando, até por falta de outra decisão. O que não tem solução solucionado está. Não há como voltar no tempo nem como tomar outra atitude. Vamos em frente!

Em relação à ata, não havendo discordância, fica dispensada sua leitura a pedido dos Deputados Major Olimpio e José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já foi dispensada.

Indago se algum membro deseja retificar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Foi dispensada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. deseja retificar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não vou lhe conceder a leitura da ata, porque a dispensa já está ratificada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. tem que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou dar sequência ao trabalho. V.Exa. não está respeitando a vontade da maioria dos membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. tem que ligar o microfone!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Indago se algum membro deseja retificar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a leitura da ata!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não havendo quem queira retificá-la, coloco-a em votação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero retificar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Retifique.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ligue o som.



Sr. Presidente, primeiro, qualquer Deputado tem o direito a pedir a leitura da ata. V.Exa. está atropelando o Regimento. Eu quero a leitura da ata. E não há por que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, o Deputado tem que dizer qual é o item que quer retificar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ei, não vá falar agora, não! Cala a boca aí, Aleluia!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Ele tem que dizer qual item vai retificar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou com a palavra! Não lhe dei a palavra, não!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa. está com a palavra para retificar!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não lhe dei a palavra!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Isto aqui não é uma missa!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não lhe dei a palavra, não!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa. está com a palavra para retificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, Deputado Ivan Valente, peço a V.Exa. que explicito o item da ata que deseja retificar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em primeiro lugar, eu tenho direito de pedir a leitura da ata, como qualquer Parlamentar aqui. V.Exa. perguntou: "*Alguém pede a leitura da ata?*" Eu disse que sim; outro Deputado disse que não. Quando um Deputado pede, o Regimento precisa ser cumprido. Então, peço a V.Exa. que cumpra o Regimento.

Em segundo lugar, a ata não foi distribuída. É obrigatório distribuir a ata. Ela só chegou aqui agora. Então, vou ler a ata e dizer em qual ponto dela vai haver retificação — inclusive em relação ao debate com o nosso convidado de ontem, Márcio Pochmann, há várias questões que eu queria acrescentar à ata, Sr. Presidente.

Eu peço a V.Exa. que faça a leitura da ata. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, eu consultei a assessoria da Mesa e, pelo que me informam, V.Exa. solicitou a leitura da ata após eu ter declarado, a pedido dos Deputados, a dispensa. Quero só deixar clara aqui uma questão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu também não quero fazer disso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. quer anular a sessão? V.Exa. desligou o microfone. V.Exa. não pode fazer isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu desliguei depois, porque V.Exa. não...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas V.Exa. consulta o Plenário e desliga o microfone? Eu não gosto de ficar aqui gritando. Eu só quero falar ao microfone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Falar ao microfone V.Exa. pode; o que V.Exa. não pode é simplesmente transformar sua fala em uma discussão ultrapassada e interminável. Esse direito V.Exa. não tem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é ultrapassada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agora, deixe-me dizer uma coisa. Vou tomar minha decisão baseada nisso. Eu ontem transmiti ao Ministro previsões de horário da sua chegada e da sua saída. Toda protelação que acontecer neste momento vai ser descontada do tempo do Ministro, porque eu tenho o compromisso de liberá-lo em hora aprazada, que seria 3 horas após o encerramento. Isso vai ser descontado.

Querem ler a ata? Eu até tenho outras Comissões para ir, acho que talvez as pessoas até tenham outras coisas para fazer. Mas digo que isso vai prejudicar o debate.

Dentro desse espírito, peço a V.Exa. que retire essa obstrução desnecessária neste momento para que possamos dar sequência ao objetivo desta audiência pública: debatermos a reforma da Previdência, de forma civilizada e respeitosa, com o Sr. Ministro da Fazenda.



Entendo que a sua chegada não vai ser prejudicada em função desse atraso. V.Exa. vai ter tempo de falar. V.Exa. é uma pessoa sempre benquista aqui nos debates.

Eu faço um apelo para que use o bom senso. Eu tenho tomado decisões aqui me guiando pelo bom senso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bom senso, Sr. Presidente. Só não houve bom senso na hora certa. Trata-se de um bom senso por conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. acha que bom senso é eu dizer o seguinte: "*Pessoal, levantem-se! Atenção: 1, 2, 3, correndo!?*" Vamos formar fila? Isso é bom senso?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, Sr. Presidente, deixe-me só complementar. Eu não vou falar mais, mas preste atenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu já tomei a decisão de daqui para frente fazer prevalecer...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem. Mas eu quero deixar registrado em ata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ficará registrado, é claro!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero que fique registrado em ata o seguinte: não houve nenhuma reunião, de todas que nós fizemos, que tenha começado no horário marcado. Não importa se a audiência estava marcada para começar às 9 horas, às 9h30min, às 14 horas ou às 14h30min: a sessão nunca começava naquele instante. Não existe isso.

Quero dizer o seguinte: se nós começarmos o debate na semana que vem, eu vou chegar aqui e querer me inscrever. Em qualquer horário que a Secretaria da Mesa estiver aqui com as inscrições abertas, haverá uma inscrição minha. Eu invoco o princípio da igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não abrirá, porque eu estou aqui...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. fez uma exceção hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu fiz uma exceção hoje...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Uma exceção errada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...mas já coloco que essa exceção foi excepcional e já aconteceu.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, vamos em frente! Senão, nós não vamos poder ouvir o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou tentando ser democrático, como sempre.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sim, vamos avançar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para constar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Determino que conste em ata a manifestação do Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só quero que conste também, Sr. Presidente, que não há nada na ata a respeito da exposição do Prof. Márcio Pochmann. Estou aqui com a ata na mão. A ata tem só o resumo de quem se inscreveu, quem falou e quem não falou. Isso é errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas isso está nas notas taquigráficas. A Taquigrafia vai disponibilizar a íntegra do pronunciamento do eminente Prof. Pochmann.

Vamos em frente? Podemos avançar?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vamos em frente, Sr. Presidente. Vamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em votação a ata.

Os Deputados que concordam com a ata permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata.

Comunico que está à disposição na mesa de apoio lista de expediente recebido.

Ordem do Dia.

Darei início à audiência pública.

O procedimento será o mesmo de ontem. Finda a exposição do eminente Ministro da Fazenda, o nosso debate durará 3 horas, sendo que, ao centro, haverá uma intervenção do expositor para se colocar frente aos questionamentos já recebidos. Ao final dessas 3 horas, a palavra será devolvida ao expositor para suas



considerações finais. Será concedido exatamente o mesmo tempo de ontem, 40 minutos, até mesmo por deferência da Mesa e do Plenário, dado ao eminente Prof. Pochmann.

Positivo? Podemos iniciar? (*Pausa.*)

Sr. Ministro Henrique Meirelles, muito obrigado pela presença. Agradeço-lhe a participação. Tem V.Exa. a palavra por 40 minutos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Como sempre, é uma honra estar aqui na Câmara dos Deputados, participando desta audiência para explicar a nossa visão do por que é necessário fazer a reforma da Previdência no Brasil e por que, em última análise, os trabalhadores brasileiros se beneficiarão da reforma da Previdência, na medida em que ela assegura o equilíbrio das contas públicas no futuro e o bom andamento do financiamento da dívida pública. Em resumo, evita que a dívida pública saia do controle no Brasil e possamos voltar a situações dramáticas que o País já viveu no passado, por exemplo, na década de 80.

Para que todos tenham conhecimento, foi divulgada ontem a visão da atual situação das contas públicas para 2017. Nós divulgamos que, se não for tomada nenhuma medida, as contas públicas teriam um déficit de 197 bilhões de reais. No entanto, foram tomadas medidas compensatórias no valor de 58 bilhões de reais, para manter a meta do resultado primário de 139.

No entanto, é importante mencionar que, desses 197 bilhões, o déficit do Regime Geral da Previdência é de 189 bilhões. O déficit do regime próprio do setor público é de 78. Outras contas da União dão um superávit de 42. Regime Geral 189, o público 78 e outras contas 42. É evidente que nós vamos fazer um contingenciamento de 42. Existem 10 bilhões de reais de receitas extraordinárias previstas como resultado da devolução de hidrelétricas que já tiveram o seu prazo de concessão vencido e que serão licitadas através de um mecanismo estimativo.

Além do mais, fizemos a reoneração da folha de pagamento da grande maioria dos setores, por duas razões: a primeira delas visava exatamente reforçar o financiamento da Previdência Social. Já existia uma demanda das centrais, etc., reclamando que nós estávamos fazendo a reforma da Previdência, mas existiam



ainda essas desonerações. Isso já foi resolvido; não serviu para efeito de política econômica. Houve também um pequeno aumento de IOF para um setor específico.

Eu gostaria de fazer uma apresentação, mostrando a necessidade da reforma da previdência pública e do Regime Geral no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos aqui a evolução do gasto primário do Governo Central com o percentual do produto. Vemos que ele cresceu de 10,8% do produto, em 1991, até 19,7%, em 2016.

A barra em vermelho mostra o último ano de cada mandato presidencial. Nós temos aqui 94%. No último mandato do Presidente Itamar Franco, estava em 13,6%; em 1998, no último ano do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 14,8%; em 2002, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 15,9%; em 2006, no primeiro mandato do Presidente Lula, em 16,8%; em 2010, estava em 17%; em 2014, no último ano do primeiro mandato da Presidente Dilma, estava em 18%. Agora está chegando a 19,7%.

Nós temos aqui uma evolução constante e sistemática do total das despesas públicas como percentagem do PIB desde 1991.

De um crescimento de 8,7% do PIB, e não sobre a base — não até 2016, mas até 2015 —, os benefícios previdenciários, a assistência social, etc. teve um percentual de 5,6%; as despesas correntes, 1%; o subsídio, 0,8%; outras despesas, 1%. Isso ocorreu no período de 1991 a 2015. Vemos aqui que, de fato, o grande componente desse aumento foi a Previdência Social.

Existe o argumento de que há um superávit nas contas da Previdência — não há déficit, há um superávit. Na realidade, esse argumento é usado somando-se todas as receitas vinculadas à Seguridade Social, para cobrir despesas somente com a Previdência. Sugere-se isso para um superávit de 100,1 bilhões de reais.

Considerando, no entanto, todas as despesas da Seguridade Social o número muda e passa a haver um déficit de 180 bilhões de reais.

À esquerda, podemos ver o cálculo incorreto. As receitas aqui estão todas consideradas: a parcela do COFINS; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; 60% do PIS/PASEP; 360 bilhões de reais de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, etc. E as despesas trazem apenas: INSS e o Regime Público.



Portanto, nós temos nesse cálculo um superávit de 100 bilhões de reais: despesa de 609 bilhões de reais e receita de 709 bilhões de reais.

No entanto, se adicionarmos todas as despesas e a assistência social de saúde e outras, o abono salarial, o seguro-desemprego, etc., vamos chegar a 889, 9 bilhões de reais, com um déficit de 180 bilhões de reais.

Vamos falar agora do resultado da previdência rural. Ele é estruturalmente negativo, o que contribui fortemente para a necessidade de financiamento do Regime Geral, sobretudo, no momento em que a previdência urbana reduziu o superávit. Na verdade, 2016 já mostra um déficit.

A partir de 2002, olhando apenas a previdência rural, que nesse eslaide é representada em vermelho, nós temos 14,7 bilhões de reais de déficit da Previdência rural em 2002, evoluindo para 103 bilhões de reais de déficit em 2016.

A previdência urbana tinha um déficit, passou a apresentar um pequeno superávit a partir de 2008, chegou ao máximo de 25 bilhões de reais em 2014 e, depois, foi caindo, chegando a 2016 com um déficit de 46,3 bilhões de reais, totalizando, portanto, um déficit de 150 bilhões de reais no ano de 2016.

Se olharmos apenas a Seguridade Social, veremos que o déficit é maior do que o da Previdência e, pior do que isso, é a sua trajetória. Em 2016, a necessidade de financiamento da Seguridade Social aumentou 92,2 bilhões de reais — apenas em 2016 —, alcançando 258,7 bilhões de reais. Portanto, para que possamos continuar de fato investindo em saúde, em educação, nós precisamos estabilizar as despesas da Previdência. Isso é absolutamente crucial.

Nós vemos aqui a evolução do déficit da Seguridade Social, inclusive com DRU: de 27,2 bilhões de reais, em 2003, passou para 258,7 bilhões de reais, em 2016.

Vamos olhar agora um dado interessante importante referente aos gastos da Previdência comparados com a idade média da população. Eu vou mostrar no quadro o que demonstra essa projeção. Nós temos aqui medido o gasto público com Previdência, com percentagem do PIB.

No Brasil, ele é cerca de 13% do PIB, valor substancialmente superior à média de países emergentes.



Quanto à percentagem do PIB, ele é similar ao de países como França e Alemanha, que são países já amadurecidos e que têm, como eu vou mostrar, uma população de mais idade. E é superior ao do Japão.

Então, o que o Brasil gasta, em termos de percentual do PIB, com Previdência é similar ao que gastam aqueles países europeus e superior ao que gasta o Japão.

Aqui mede a chamada razão de dependência.

O que é razão de dependência? É a população acima de 65 anos de idade — com 65 anos ou mais —, comparada com a população com idade entre 20 e 64 anos.

Vamos ver aqui, portanto, que quanto mais avançado se está nessa curva, maior é o percentual de pessoas que têm 65 anos de idade ou mais e, portanto, estão aposentadas.

Se nós olharmos aqui o Japão, por exemplo, veremos que está em cerca de 47%, número encontrado dividindo o número de pessoas de 65 anos ou mais pelo número de pessoas com menos de 65 anos. Isso significa que quase metade do número de pessoas em idade ativa já está com 65 anos de idade ou mais e, portanto, a maioria aposentada.

Apesar de a população no Japão, em média, ser substancialmente mais velha do que a do Brasil — o número de pessoas acima de 65 anos é muito grande, cerca de um terço da população total, metade do número daqueles abaixo de 65 —, o Japão tem uma despesa com previdência, em termos de percentagem do PIB, menor do que o Brasil.

Nós vamos ver que a projeção dessa curva ao longo dos próximos anos tende, evidentemente, a aumentar. Não vamos entrar aqui na discussão da evolução dessa curva na Europa, que aqui continua subindo e, depois, estabiliza e cai um pouco. Existem diversas razões para isso.

Mas, esquecendo um pouco essa curva da Europa, o importante é mencionar que as projeções para o Brasil decorrem de uma população cada vez com idade média maior. Isso é boa notícia! É ótimo! A população brasileira está vivendo cada vez mais e tenderá a viver cada vez mais. Essa é uma boa notícia. O problema é que, na medida em que as pessoas começarem a cada vez mais se aposentar, a



atingirem a idade de aposentadoria — ou o tempo de contribuição, como é o caso hoje —, nós teremos uma despesa de previdência cada vez maior, chegando ao ponto de ser insustentável. Então, esse é o quadro de evolução.

Existe outra discussão técnica importante — eu acho que não cabe entrar nela — que é a questão da expectativa de vida dos brasileiros.

A expectativa de vida dos brasileiros é de 70 anos ou um pouco mais, depende de ser homem ou mulher. Mas há um dado muito importante que precisa ser levado em conta: existe um aspecto dramático que acontece no Brasil que é a mortalidade infantil existente em algumas regiões do País. A mortalidade infantil afeta, obviamente, a média de vida. Existe também a questão da morte entre jovens por violência, o que também afeta a média de vida.

Agora, se nós pegarmos a média de vida esperada de pessoas que já atingiram 65 anos de idade, ela é bem mais elevada, porque aí se eliminam o fator de mortalidade infantil e o fator de mortalidade de jovens por violência. Com isso, a chamada sobrevida após a aposentadoria está crescendo cada vez mais no Brasil. No caso das mulheres, ela está atingindo cerca de 20 anos, e no caso dos homens, um pouco menos. Mas, de qualquer maneira, está cada vez mais subindo a chamada sobrevida após a aposentadoria, o que aumenta, obviamente, o gasto com a Previdência.

Vamos supor que não se faça nada. Tudo bem; vamos deixar assim. Muitos consideram que a Previdência brasileira é claramente generosa e que ela deve ser assim. Discute-se questão de justiça. Muito bem, tem que se manter assim. Perfeitamente. Vamos supor que se mantenha assim. Está ótimo.

O problema é que os gastos com os benefícios previdenciários do INSS eram de 3,3% do PIB em 1991. Em 2016 foram de 8,1% do PIB. A previsão para daqui a 40 anos é de que sejam de 17,2% do PIB, crescendo, portanto, 9% nesse período, o que claramente não é sustentável pela sociedade brasileira.

Eu estou apenas mencionando números que mostram exatamente a trajetória das contas da Previdência.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Benefício previdenciário do INSS.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - É isso.

Digo isso para termos absoluta segurança acerca do que estou falando.

Qual será o problema, se não fizermos nada? Não vai haver espaço no teto dos gastos. Em verde temos o Regime Geral e o Regime Próprio; em verde claro, o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). Se nós somarmos os dois, veremos que, em 2017, por exemplo, o somatório de ambos é 54,6. Em 2026, daqui a 10 anos, chegará a 78,6 — 78,6% dos gastos públicos totais, do Orçamento.

Agora, qual é o problema? Se levarmos em conta que existe um teto dos gastos, que está sendo fundamental para a recuperação da economia brasileira, nós notamos que, mesmo que todas as demais despesas em vermelho sejam comprimidas para 33% do total das despesas, nós teremos ainda um estouro substancial do teto. Elas não cabem no teto. Para equilibrar as contas, nós teremos que comprimir todas as demais despesas para aproximadamente 21,4% do total.

O que eu quero dizer é que a despesa da Previdência, com o correr do tempo, está ocupando cada vez mais o Orçamento da União de forma avassaladora. O problema é exatamente esse.

Essas são contas simples e inquestionáveis. Não há muito o que discutir sobre os números aqui apresentados.

Com a reforma, haverá, sim, espaço para as demais despesas, inclusive para outros gastos sociais, como o Programa Bolsa Família, etc.

Por exemplo, com a reforma, em 2026 nós teremos ainda 33% do Orçamento para todas as demais despesas. Mas é importante notar que os gastos com o Regime Geral, o Regime Próprio e o BPC, somados, representam 66,7% do Orçamento, mesmo com a reforma. O restante das despesas representam 33%. Mas, pelo menos existirão ainda 33% do Orçamento para todas as demais despesas, ao passo que, sem a reforma, os gastos teriam que ser de 20%, o que começa a ser absolutamente inviável.

Vamos falar agora sobre taxa de reposição.

A taxa de reposição é basicamente a razão entre o valor da aposentadoria e o salário, o que mostra a suposta generosidade do sistema.



Nos Brasil ela é de 76%, isto é, em média, as aposentadorias são 76% do valor dos salários das pessoas que se aposentam.

Vamos comparar a maior parte dos países. Aqui estão países europeus, que têm uma previdência claramente generosa. Na Europa, a média é de 56%, e no Brasil, de 76%. Há um só país da Europa que tem média maior que a do Brasil: Luxemburgo, que é um pequeno país, uma cidade-Estado, um centro financeiro muito rico.

Isso mostra a dificuldade de financiamento.

Esta mesma equação aparece nos benefícios assistenciais, o BPC.

Aqui, esta imagem mede, aqui nesta coluna, o benefício médio do idoso no Brasil como percentual da renda *per capita*, da renda média individual no Brasil.

Nós vamos ver que, no Brasil, nós temos aqui um número de 33%. No México, país que tem condições socioeconômicas bem parecidas com as do Brasil, é de 1%. Na Índia é de 2%. Na Colômbia, de 5%. E aí começamos a entrar em alguns países europeus e asiáticos. Na Alemanha, 12%. Nos Estados Unidos, 16%. E vai subindo. No Brasil, 33%, superado, neste caso, apenas pela Bélgica, que é um País europeu pequeno e, também, muito rico.

Portanto, isso mostra a estrutura, a situação da Previdência Social no Brasil e, no caso, incluindo também o Benefício de Prestação Continuada nesta comparação.

Outro dado da maior importância: a idade média de aposentadoria.

Vamos, de novo, comparar. A idade média de aposentadoria, no México — de novo: país que tem condições bastante parecidas com as do Brasil — é de 72 anos.

Esses são dados estatísticos, inquestionáveis, de fonte internacional da qual todos esses países são membros, e, portanto, não há muita discussão a esse respeito.

Isso aqui é a idade média de aposentadoria para homens. A média dos 34 países mais desenvolvidos, por exemplo, é de 64 anos.

Agora, de novo, países em condições similares à dos Brasil — socioeconômicas, nível de renda, idade da população — são: México, com média de idade para aposentadoria de 72 anos; Coreia, que já é um país, a esta altura, mais afluyente, com 71 anos; Chile, com 69 anos, etc.



Se nós formos olhar aqui, nós vamos ver, por exemplo, os Estados Unidos, com uma média de 65 anos de idade. A OECD, que são os países mais desenvolvidos, têm essa média.

Agora, vamos olhar outros países com idades médias cada vez menores.

O Brasil tem idade média para aposentadoria de 59,4%. De novo, um país que tem uma idade média menor do que a do Brasil é Luxemburgo, uma cidade-Estado pequena europeia, um centro financeiro.

Este gráfico é um pouco complicado. Eu não vou me ater muito sobre ele, mas vou dar apresentar as conclusões.

É um estudo internacional que mostra o seguinte: evidentemente, quanto maior o comprometimento das despesas públicas com a previdência ao longo dos anos, maior a taxa de juros que prevalece na economia. Por quê? Porque é uma questão de pressão do gasto público.

Evidentemente, isso varia de país para país. Aqui é um dado referente à experiência do Brasil.

Não vou entrar na discussão deste gráfico, porque, de fato, ele é bastante complicado, mas é importante mencioná-lo. Quer dizer, na medida em que nós apresentamos — e foi aprovada pelo Congresso Nacional, por V.Exas. — a PEC do Teto; na medida em que está sendo discutida a reforma da Previdência; na medida em que estão avançando outros projetos importantes, a taxa de juros está caindo no Brasil, e a inflação está caindo. Isso é fundamental, porque isso vai permitir ao País crescer mais, gerando mais empregos.

Nós saímos da maior recessão da história do Brasil. É importante mencionar que a recessão que o Brasil teve até agora, no final de 2014, em 2015 e em 2016, foi maior do que a recessão do período de 1930 e 1931, que foi a grande recessão mundial.

Resumo: isso foi resultado dessa evolução das contas públicas brasileiras, principalmente, e de uma série de outras questões de política econômica.

A reforma proposta e a evolução dos gastos previdenciários.

Aí estão, como o percentual do PIB, os benefícios da Previdência Social; o realizado até 2016; a projeção no modelo atual e com a reforma da Previdência. Isso aqui é uma repetição do que já mencionamos.



Em resumo, é importante mencionar, agora, algumas outras comparações.

O gasto total do Governo, por exemplo, com saúde foi de 98 bilhões em 2016. O gasto com aposentadorias e pensões vai a 103 bilhões, apenas de aumento, até 2026. O gasto com educação foi de 94 bilhões. A soma de todas as despesas federais é a seguinte: Forças Armadas, 62 bilhões; segurança pública, 9 bilhões; gestão ambiental, 6 bilhões; ciência e tecnologia, 7 bilhões; cultura, esporte, lazer, 3,3 bilhões. Ainda ficaram faltando 25 bilhões para fechar a conta.

Previdência Social e BPC já representam hoje 52% das despesas primárias e irão atingir 64%, como eu já mostrei, em algum tempo — em 10 anos.

O Brasil, portanto, como também já ficou claro, terá que elevar a carga tributária em quase 10% do PIB nas próximas décadas apenas para financiar o aumento do déficit da Previdência Social.

Outro dado da maior importância é que se diz que a idade mínima para aposentadoria pode prejudicar as camadas mais pobres da população, que têm menor rendimento.

Entretanto, não é isso o que se constata. Hoje as pessoas de menor renda entram e saem do mercado formal. Nem sempre elas têm a carteira assinada. Portanto, pelo menos na sua grande maioria, elas não completam os 35 anos de contribuição ao regime atual e se aposentam, hoje, por idade.

As pessoas da classe média são aquelas que tendem a se aposentar por tempo de contribuição e, portanto, mais cedo — não só o servidor público, mas o trabalhador em geral.

Os trabalhadores de menor renda, repito, tendem a se aposentar por idade, porque não completam 35 anos com carteira assinada. Essa é uma realidade no mercado hoje.

Portanto, na realidade, o que nós vemos hoje, de fato, é uma concentração de renda nesse aspecto. A grande verdade é que, com o tempo, vai piorar inclusive esta equação, com o avanço da idade média da população.

A reforma da Previdência ataca justamente os principais fatores que geram a concentração de renda: a alta concentração de valores de aposentadorias e pensões do servidor público — porque, a partir da reforma, ele estará no Regime Geral; o reajuste de aposentadorias e pensões dos servidores públicos por índices



superiores à inflação; a aposentadoria em idade jovem por tempo de contribuição, que se concentra muito no servidor público e, como eu mencionei, nos trabalhadores de maior renda do setor privado.

O único fator redistributivo das regras atuais é a vinculação do benefício básico ao salário mínimo. Mas isso será mantido, caso seja aprovada a atual proposta. Mantém-se o benefício básico vinculado ao salário mínimo.

Eu quero mencionar outro dado. No momento em que fizemos a conversão da aposentadoria dos servidores públicos para a dos trabalhadores da iniciativa privada, vamos reduzir fortemente a desigualdade. Se nós compararmos, por exemplo, a despesa média por aposentado do serviço público federal com os valores mínimo e máximo dos benefícios do Regime Geral, veremos os seguintes números: Legislativo, 28.593 reais; Judiciário, 22 mil reais; Ministério Público, 18 mil reais; Executivo, 7 mil reais; teto do Regime Geral, 5.190 reais. No Regime Geral, 66% dos benefícios são concedidos pelo salário mínimo, o que significa 880 reais.

A reforma, portanto, faz a aposentadoria toda convergir para as regras do setor privado, e isso é fundamental para a restauração de uma melhor distribuição.

Alguns me perguntam: *“Mas, na sua opinião, não seria melhor permitir que os brasileiros se aposentassem cada vez mais cedo?”* Perfeitamente. Não tenho dúvida. Se dependesse, acredito, de todos nós, poderiam todos se aposentar o mais jovem possível. O problema é que a sociedade brasileira tem que pagar por isso. Então, existe a questão da sustentabilidade do regime. Como eu mostrei, as despesas públicas passam a, cada vez mais, ser mais ocupadas pelas aposentadorias, e isto não é, de fato, sustentável ao longo do tempo.

Em resumo, este é o quadro geral que gostaria de mencionar. Evidentemente, eu me coloco à disposição das senhoras e dos senhores para discutir e ouvir as opiniões, as sugestões, com todo o respeito, e também responder a perguntas etc., porque nós estamos colocando aqui uma questão da sociedade brasileira, não é uma questão de opinião. *“Nós vamos fazer porque achamos que...”* Não. Os números falam por si só. São inequívocos e são avassaladores, por um fator muito positivo: a sociedade brasileira cada vez tem uma vida média maior. E isso é bom. Isso é positivo. Não há dúvida. Agora, isso faz com que o tempo de vida após a aposentadoria seja cada vez maior e isso, cada vez mais, pesa nas contas públicas.



Ontem nós mostramos claramente essa realidade. Anunciamos medidas compensatórias para equilibrar o Orçamento Público. De fato, nós temos que tomar medidas duras de contenção de despesas. Estamos fazendo um contingenciamento de 42 milhões de reais, para evitar uma continuada trajetória incontrolável de crescimento do déficit e dos gastos públicos. Procuramos evitar a tributação, principalmente dos setores de menor renda da sociedade, bem como tributações gerais, seja por terem impacto na inflação, como a CIDE, por exemplo, seja por terem impacto geral para toda a sociedade, como ocorre com a CPMF, que todos pagam — falo de impostos regressivos etc. Retiramos apenas alguns incentivos específicos que não estavam tendo grande efeito para segmentos empresariais. Assim, de fato, criamos condições para se cumprir a meta do resultado primário este ano de novo pelo corte de despesas.

Mostrando isso, eu gostaria de deixar claro de novo que, segundo os números previstos antes das medidas compensatórias, nós tínhamos um déficit de 189 bilhões no Regime Geral, 78 bilhões no regime público e 42 bilhões de saldo positivo nas demais contas.

Presidente, basicamente era isso o que eu gostaria de dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço ao Sr. Henrique Meirelles, eminente Ministro da Fazenda, a exposição.

Informo que esta reunião se estenderá até as 14h30, quando passaremos a palavra ao Ministro para suas exposições finais, salvo alguma interrupção para votação ou alguma coisa urgente. Daí, buscaremos uma prorrogação do tempo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem, com base no art. 116 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, o art. 116 do nosso Regimento Interno diz o seguinte:

“Art. 116 Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas, serão



encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:”

Há um conjunto de regras, inclusive questões de ordem já dirimidas pela Presidência da Casa.

A Questão de Ordem nº 469 diz que cabe ao Deputado requerente da informação decidir, na qualidade de cidadão brasileiro, sobre a conveniência ou não de processar Ministro de Estado por crime de responsabilidade por não encaminhar informações requeridas em pedido de informações.

Pois bem, no dia 22 de fevereiro esta Comissão aprovou o Requerimento nº 116, de minha autoria e de outros Parlamentares, solicitando informações ao Ministro da Fazenda quanto ao modelo de projeção de longo prazo que foi apresentado aqui. Nós já o debatemos aqui na Comissão e demonstramos várias inconsistências nesse regime de projeção de longo prazo. Estamos solicitando desde aquela época que nos sejam fornecidos os microdados e a memória de cálculo. Como é um modelo probabilístico, sem os microdados não há como ver as várias probabilidades constantes do Regime Geral para fazer afirmações peremptórias de evolução de gastos ou coisas do gênero. Aliás, o que já foi discutido nesta Comissão é que, quando se usam as projeções feitas para comparar com o que já foi realizado, especificamente de 2002 a 2015, percebem-se erros que não são pequenos. Mesmo assim, nós ainda estamos à espera de conseguir os microdados e as memórias de cálculo que embasam essa projeção de longo prazo apresentada aqui. Hoje já é dia 30 de março. Portanto, já faz 38 dias que esse requerimento foi aprovado.

Presidente, eu tenho a interpretação de que esse requerimento deixou de ser dos autores e passou a ser um requerimento desta Comissão, porque foi aprovado por unanimidade aqui. Eu acredito que V.Exa., como Presidente da Comissão, tem feito as gestões necessárias para que essas informações sejam encaminhadas para cá. Entretanto, daqui a alguns dias chegaremos a um ponto em que será apresentado o parecer sobre a proposta de reforma da Previdência, que tem impacto sobre a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, e nós ainda estamos sem documentos, sem informações, sem dados fundamentais.



Então, eu requeiro a V.Exa. mais uma vez que solicite ao Ministro de Estado da Fazenda que ele repasse a esta Comissão as memórias de cálculo e os microdados.

E não adianta vir com aquela discussão de que a base de dados não foi extraída. Se ela não foi extraída, como é que fizeram os cálculos? Partimos do pressuposto de que essa base de dados já está de posse do Ministério da Fazenda. Senão, como eles iriam calcular esse modelo de projeção de longo prazo?

Repito: como se vai votar sem que o Parlamento — vejam bem: o Parlamento brasileiro não tem acesso a esses dados! — brasileiro tenha acesso a esses dados? Deveríamos ter aqui, inclusive, um processo em que a sociedade brasileira, por meio de entidades representativas, pudesse, junto com o Governo, discutir esse assunto, que afeta a vida das pessoas.

Então, eu requeiro a V.Exa., mais uma vez, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda e que sejam repassadas a esta Comissão as memórias de cálculo desse modelo de projeção de longo prazo e os microdados, para que possamos repassar esses dados para técnicos especialistas que não são do Governo, a fim de que possam também trazer luz a essa questão.

Aliás, eu até tomaria a liberdade de sugerir ao Ministro da Fazenda que ele tivesse a grandeza de fazer uma comissão ampla, envolvendo não só técnicos do Governo, mas pessoas com notório saber, de várias instituições de ensino e pesquisa do nosso País, para discutir esse modelo de projeção de longo prazo, que erra muito, que erra bastante, e que tem servido de base para essas questões.

Então, eu faço essa questão de ordem a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O entendimento que me foi passado pelo Governo é o de que os dados existentes e suficientes já foram encaminhados à Comissão. Existe, obviamente, uma...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não é verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existe uma inconformidade de alguns Parlamentares, mormente dos da Oposição, em relação a esses dados.

Então, eu vou colocar dessa forma...



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas, Presidente, pelo amor de Deus! Foi entregue um CD. Foi-nos dito nessa reunião que estava sendo entregue um CD. Esse CD é igual ao material que foi entregue por escrito: ele não tem os microdados, não tem a memória de cálculo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Foi dito que ele não teria os microdados porque isso custaria 500 mil reais. O que é isso, Presidente?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Isso é um acinte à inteligência! Nós não somos beócios! Nós somos pessoas que pensam!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, Deputado, concluída esta reunião, eu vou novamente me reunir com o Governo. Mantida essa posição sobre os dados, eu vou comunicar aos Parlamentares...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, o Governo está aqui na Casa. Aproveite e fale agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O objetivo, neste momento, é começar o debate, e o debate vai-se fazer. No momento, nós estamos discutindo uma questão de ordem, e quem responde questão de ordem é o Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O Ministro está aqui ao lado. A gente não pode perguntar se ele pode mandar os dados?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, eu quero fazer um contraponto ao Deputado Pepe Vargas. Ele foi muito duro; esqueceu informações. Eu quero fazer um contraponto.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Isso é uma questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Cabe contradita à questão de ordem, não é?

Então, tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu também quero falar sobre isso, porque eu tenho...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Governo cumpriu praticamente...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Isso é uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Cabe a contrarrazão.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Tudo o que o Deputado Pepe Vargas quer consta de todos os encaminhamentos das leis orçamentárias. Os anexos estão claros. É só buscar...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não é verdade, Deputado. Se V.Exa. não leu os anexos, eu não tenho culpa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Duvido que V.Exa. tenha lido os anexos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - V.Exa. é desidioso! Se V.Exa. não lê, eu leio!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra está com o Deputado Darcísio Perondi, para contraditar a questão de ordem do Deputado Pepe Vargas.

Peço que seja garantida a palavra dos Parlamentares que estão se manifestando, como foi feito até agora.

Retorno a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Prof. André, do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, convidado pela Oposição, fez uma brilhante exposição. Ele até manifestou sua posição político-ideológica, mas foi técnico, dizendo que o cálculo atuarial estava bem feito e o satisfazia. Trata-se de uma pessoa indicada pela Oposição, que se silenciou. Mas há um mantra em que ela insiste.

A informação está em todas as Leis Orçamentárias Anuais — LOA, que os Deputados de Oposição votaram na Comissão de Orçamento e no Plenário. Isso é obrigatório e consta daquele documento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não é verdade! Não estão lá os microdados...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Isso é um desmerecimento ao técnico...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Pepe, o Deputado Darcísio Perondi respeitou a sua palavra. Respeite o Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Alô, Brasil, a Oposição quer desmerecer a meritocracia que existe no IBGE e no Ministério do Planejamento, que serviu ao Governo FHC, ao Governo Lula, ao Governo Dilma e agora serve ao Governo Michel. Querem desmerecer e desconstruir aquele trabalho.

V.Exas. não querem fazer a reforma. V.Exas. querem que os Deputados não recebam mais, nos próximos anos...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, ele está contraditando ou está fazendo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exas. não querem quebrar os privilégios, V.Exas. defendem os altos salários. É isso que está em jogo neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a discussão. Já respondi a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, Presidente. Um minuto...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Para uma questão de ordem também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já respondi. Obviamente, caberá aos Parlamentares da Oposição tomarem as medidas que julgarem adequadas em relação à minha resposta.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, só para eu entender: a resposta à questão de ordem é que os dados foram disponibilizados? Os microdados foram disponibilizados? V.Exa. está afirmando isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, eu estou afirmando que foi o pensamento até aqui colocado. V.Exa. está dizendo o contrário. V.Exa. está considerando...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não foram disponibilizados os microdados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu recebi a resposta e a encaminhei a V.Exas., que entendem que a resposta é insuficiente...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vamos perguntar ao Ministro.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Quem lhe deu essa informação, Sr. Presidente?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Ministro só vai se pronunciar daqui a 1 hora e 30 minutos, a partir das considerações daqueles que, de forma respeitosa em relação às inscrições aqui feitas, manifestarem-se.

Está encerrada...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Os microdados não foram disponibilizados, Sr. Presidente.

Aliás...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A resposta já foi dada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é o artigo, por favor?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Art. 95.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Quem informou, Presidente, que os dados foram disponibilizados?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, quero simplesmente para fazer um pedido a V.Exa. Eu fiz um requerimento à Mesa pedindo a relação dos 502 Deputados aposentados por esta Casa e das 498 pensionistas. Já faz mais de 20 dias...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não sei se V.Exa. está ou não. Já faz mais de 20 dias, e eu estou...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Não tem nada a ver. Isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Tem a ver, sim! O Ministro está falando das aposentadorias!



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Isso não tem nada a ver! V.Exa. requeira a manifestação da Casa! Isso não tem nada a ver com o debate!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Já requeri!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu estou pedindo a intercessão do Presidente para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está pedindo minha intercessão? É um pedido que V.Exa. faz?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É um pedido que eu estou fazendo a V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vou-me dirigir à Secretaria para ver como isso pode avançar.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, quem deu a informação? Isso é relevante.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós queremos saber quanto ganham mil aposentados Parlamentares que estão aqui na Comissão chiando e dizendo que querem consertar o País.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Espera aí, Major!

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, quem deu a informação de que os microdados foram disponibilizados?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, art. 95.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Isso é importante.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Isso é relevante para *(inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em sequência, passo a palavra ao Relator, em atendimento aos objetivos dessa audiência pública.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, alguém está induzindo V.Exa. ao erro. Alguém mentiu a V.Exa.?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quem foi que deu o dado?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Quem foi que deu a informação de que os dados foram disponibilizados?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, que os dados suficientes e existentes foram disponibilizados.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não é verdade. Quem disse isso?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quem disse isso?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Quem é a sumidade que disse isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos em frente.

Eu respondo a V.Exa. no momento devido.

Vamos em frente.

Por favor, eu peço que seja garantida a palavra ao Relator, para que o objetivo desta audiência pública seja atendido: a formação da nossa convicção a respeito do assunto.

A palavra é do eminente Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente Carlos Marun, ilustre Ministro Henrique Meirelles, Srs. Deputados, assessores, todos os que estão aqui nesta importante e final, última audiência pública que realizamos nesta Comissão, depois de um exaustivo debate em que a questão previdenciária foi tratada nos seus mais diversos aspectos. Com certeza, todas essas audiências colaboraram para que nós, Deputados, pudéssemos aprofundar os nossos conhecimentos e formular o juízo de valor mais exato e preciso acerca da responsabilidade que temos de reformular a Previdência Social no Brasil.

Quero saudá-lo, Ministro Henrique Meirelles, pela brilhante exposição que V.Exa. fez.

V.Exa. é um homem público que tem uma trajetória rara neste País, porque é um daqueles poucos homens públicos que superou a condição político-partidária no nosso País.

Vejam bem, nós tivemos, desde a nova República, duas posições de direção econômica bastante diferentes aqui no Brasil. Tivemos o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que modernizou o Estado, que diminuiu o tamanho do Estado, que deu a modernização importantíssima e foi aquele que fez a estabilização da moeda brasileira. Depois, tivemos 13 anos do Governo do PT, em que prevaleceu a política keynesiana de aprofundamento do gasto público, de



entender que simplesmente o consumo seria capaz de promover o crescimento econômico deste País.

Independentemente das consequências desastrosas que a política do PT trouxe, são posições absolutamente opostas, bem distintas, olhando sob o prisma econômico.

Mas V.Exa., tanto em um Governo como em outro, teve sua capacidade reconhecida. V.Exa. foi Presidente do Banco Central do Governo do Presidente Lula, e é verdade — eu tenho que fazer esta menção — que o Presidente Lula, nos seus 7 anos de mandato, teve uma política mais responsável do que aquela que ele fez no último ano do seu segundo mandato, para eleger a Presidente Dilma, e muito mais responsável do que a feita nos 5 ou 6 anos de mandato da Presidente Dilma, que realmente destroçou a nossa economia, que acabou com o todo o equilíbrio financeiro e que trouxe a este País a condição de ter o pior índice de desemprego da sua história, uma inflação galopante, com juros estratosféricos.

Enfim, ninguém tem dúvida de que há 10 meses, quando a Presidente saiu do Governo, nós tínhamos uma realidade econômica de caos neste País. E não fosse uma intervenção econômica, como a que foi feita pelo Governo do Presidente Temer, certamente estaríamos hoje em condições muito semelhantes às da Venezuela.

V.Exa., entretanto, Ministro Meirelles, foi Presidente do Banco Central, e hoje é Ministro da Fazenda. Eu sei que as convicções de V.Exa. não se alteraram. O Henrique Meirelles que foi Presidente do Banco Central do Governo Lula é o mesmo Henrique Meirelles Ministro da Fazenda neste momento. O que mudou foi o discurso daqueles que, à época em que V.Exa. era Presidente do Banco Central no Governo do Presidente Lula, colocavam V.Exa. como o símbolo da modernidade, da capacidade de um partido como o PT — que sempre teve um ideário mais à esquerda — absorver os conceitos do mercado, compreender a necessidade de fazer uma política econômica, compreender que é importante atrair investimentos internacionais, que é importante fazer um controle de gastos públicos, etc.

Mas hoje eu tenho certeza de que, quando abrirmos a palavra aqui, aqueles mesmos Deputados do PT que teciam loas a V.Exa. àquela época vão dizer aqui



contra V.Exa., vão trazer aqui pontos de vista que contradirão inteiramente a postura que eles tinham à época do Governo do Presidente Lula.

Essas questões, essas posições, esses comportamentos é que fazem com que a política seja desacreditada, infelizmente. Vejam os senhores, está circulando nas redes sociais, para quem quiser ver — todos aqui certamente já viram, todos aqui certamente já viram! —, palavra do Presidente Lula defendendo a reforma da Previdência Social, dizendo da necessidade de se fazer a reforma da Previdência Social, discursos da Presidenta Dilma dizendo da necessidade de fazer a reforma da Previdência Social.

Qual é a diferença entre eles e nós? A falta de coragem. A falta de coragem para providenciar, e realizar, e fazer aquilo que de fato...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. não vai querer tolher a minha palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro que vou querer!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não é possível.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. seja mais tolerante, Deputado! Seja tolerante, Deputado! Seja tolerante, Deputado! Seja tolerante com o contraditório!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Arlindo, vamos...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Seja tolerante com o contraditório! Aqui V.Exa. se manifestou várias vezes, e eu sempre respeitei a palavra de V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sempre respeitei a palavra de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não me cabe tolher a palavra do Relator no momento em que S.Exa. está se pronunciando, não me cabe!



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. vai ter que ouvir. Não vai ser V.Exa. que vai proceder a patrulhamento da minha palavra aqui. V.Exa. não vai proceder a patrulhamento da minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está registrada a contestação de V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não vão fazer patrulhamento da minha palavra!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Peço questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não vão fazer patrulhamento. Não podem fazer questão de ordem porque eu estou falando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ao final. Não há questão de ordem. O senhor continue falando. A palavra é sua.

Não me cabe tolher a palavra do Deputado. Após, questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu quero dizer com toda a clareza, Presidente, que fazermos a reforma da Previdência significa justamente a demonstração daqueles que separam a ideia de entender que o País precisa de uma reforma, mas não a fazem por uma questão populista; e há aqueles que enfrentam com coragem, com determinação e com verdade as necessidades que o Brasil tem. Essa é a distinção, essa é a distinção!

A reforma, obviamente, não é feita para angariar simpatia de ninguém. Ninguém faz uma reforma da Previdência Social porque acha bonito, não! A reforma é uma necessidade, uma necessidade que Lula reconheceu, que Dilma reconheceu, mas que não tiveram coragem de fazer por populismo. Essa que é a verdade.

Ministro Henrique Meirelles, V.Exa. foi muito feliz na exposição que fez, trazendo ao conhecimento desta Comissão a necessidade da reforma.

Quero dizer que, desde que o Presidente Temer assumiu o Governo, desde que V.Exa. assumiu o Ministério da Fazenda, ações fundamentais foram feitas neste País, a exemplo da PEC do teto de gastos, que foi aprovada aqui neste Parlamento; a exemplo a Lei de Responsabilidade das Estatais, de que eu tive o prazer de ser



Relator aqui na Casa, aqui na Câmara; a exemplo da lei que regulamentou e modificou as regras do pré-sal, que trouxe competitividade de volta à PETROBRAS e que, por sinal, já teve o seu valor alterado positivamente, de maneira substancial, depois de o PT haver destruído a PETROBRAS.

E quero dizer, Sr. Presidente, que todas essas mudanças trouxeram para a nossa economia significativas melhorias. É notório. Não sou eu que digo.

E não adianta — e eu até compreendo — o desespero daqueles que aqui se colocam contra a minha fala, porque não conseguem explicar que em tão pouco tempo este Governo tenha conseguido baixar significativamente a taxa de juros, que este Governo tenha em tão pouco tempo controlado a inflação. E, mais do que controlar a inflação, conseguiu reduzir a inflação a um nível inclusive menor do que aquilo que se esperava.

Conseguimos, ao longo desse tempo em que estamos conduzindo a política econômica do Brasil, o início da queda da curva de desemprego, que foi crescente ao longo de mais de 2 anos. Pela primeira vez, o Brasil registrou o início de uma recuperação de empregos, no mês passado. Passamos a ter essa recuperação e tivemos no mês passado 35 mil novas carteiras assinadas, interrompendo uma queda vertiginosa do desemprego neste País, causada pela política econômica irresponsável da ganância e da falta de compromisso com aquilo que tem que ser feito.

Então, Sr. Ministro Henrique Meirelles, a PEC que é encaminhada a esta Casa tem como pedra angular, tem como ponto fundamental a questão da idade mínima. É inaceitável que continuemos a ser um país concessivo de aposentadorias para pessoas privilegiadas, que se aposentam com 40 e poucos anos ou 50 anos. Não há Previdência Social no planeta capaz de sustentar algo dessa natureza.

Portanto, a PEC 287, que foi enviada para cá, da qual sou Relator, trata da questão da idade mínima, estabelecendo a idade de 65 anos, que já é, Ministro Meirelles, a idade em que as pessoas menos favorecidas se aposentam. Não existe no interior deste Brasil quem se aposente com menos de 60 anos, não! As pessoas precisam trabalhar, precisam contribuir. E quando observamos que a média de aposentadoria no Brasil hoje é bem inferior, é justamente a aposentadoria daqueles que ganham mais e que se aposentam mais cedo que desequilibra essa balança.



Portanto, estamos puxando, trazendo nossa Previdência para uma realidade mundial.

Eu vejo aqui alguns reclamarem que precisam de microdados para fazer a avaliação da reforma. Ora, foram enviados para cá os dados. As pessoas não tiveram a capacidade de avaliar, não souberam fazer a avaliação correta. E ficam insistindo! Podem vir para cá quantos e quantos volumes de dados que forem necessários: sempre dirão que são insuficientes para que se faça, de fato, a avaliação concreta do que é a Previdência Social.

Na verdade, Sr. Ministro Henrique Meirelles, no âmbito do nosso relatório, precisamos estabelecer a necessidade e a obrigatoriedade para o Congresso Nacional de elaborar uma Lei de Responsabilidade Previdenciária. Isso obviamente não será tratado no bojo da PEC, mas em seguida. Do mesmo jeito que temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal, uma Lei de Responsabilidade das Estatais, será necessário que tenhamos aqui uma Lei de Responsabilidade Previdenciária, com normas claras, que digam como é feito o cálculo atuarial da Previdência Social no Brasil, que defina com clareza quais são as metas a serem cumpridas a cada ano, que estabeleça claramente regras de fiscalização para os sistemas próprios de previdência dos Municípios, dos Estados e do próprio Governo Federal, mas que também possa acompanhar *pari passu* a evolução dos compromissos que existem em relação ao Regime Geral de Previdência deste País.

Portanto, não só estamos fazendo uma PEC que dará sustentabilidade à Previdência Social do Brasil: também estaremos assumindo compromisso para que possamos fazer uma lei que acompanhe a execução da reforma que nós estamos fazendo e possa, ao longo da história do Brasil, da evolução demográfica deste País e da evolução financeira deste País, fazer também, quando necessário, as correções que forem precisas.

Mas, Ministro Henrique Meirelles, esta audiência que estamos realizando tem como propósito avaliar qual seria a consequência para a economia brasileira no caso da aprovação da PEC ou de uma eventual — sei que isto não vai acontecer — não aprovação da PEC. Eu queria que V.Exa., na sua explanação, fizesse uma avaliação do que será a economia brasileira a partir da aprovação da PEC.



Obviamente, Ministro — e aí falo até como Relator da matéria —, a PEC sofrerá alterações. Não será em sua espinha dorsal, mas, obviamente, nenhuma reforma previdenciária transitou por esta Casa, no seu processo legislativo, sem que houvesse recebido as alterações e os aprimoramentos com os quais o Parlamento sempre contribuiu, que o Parlamento sempre ofereceu para o aperfeiçoamento da lei. Foi assim quando o Presidente Lula mandou a sua reforma previdenciária para cá, e foi assim quando o Presidente Fernando Henrique mandou a sua reforma para cá.

Então, obviamente, a PEC também terá mudanças e contribuições, que serão dadas pelo Parlamento. Mas eu quero ouvir de V.Exa. o seguinte: quais serão as consequências para a credibilidade do nosso País?

Ontem, eu vi o anúncio — feito pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Fazenda — de corte de 42 bilhões de reais, corte em investimentos, que foram feitos agora para justamente adequar a realidade fiscal do Brasil àquilo que arrecadaremos em 2017. Sei também que essas mudanças que foram feitas ontem, o que inclusive importa em modificação na base de cálculo das desonerações da folha, que foram feitas no passado, tudo isso dará mais equilíbrio à nossa realidade fiscal.

Mas, na verdade, eu me dirijo a V.Exa. não para fazer uma pergunta, mas uma solicitação. Peço a V.Exa. que faça uma avaliação de como ficará o nosso País com a aprovação dessa PEC. E como ficaria o Brasil, caso essa PEC não fosse, de fato, aprovada?

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem uma questão de ordem? Eu gostaria de passar a palavra para o Plenário, mas V.Exa. expressou o desejo de formular uma questão de ordem. A questão de ordem se baseia em qual artigo, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está baseada no art. 256.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, eu queria dizer a V.Exa., Ministro Meirelles, que o Relator apenas tentou mostrar serviço a V.Exa., presumindo que o senhor aqui não seria tratado como merece — e ele merece ser



tratado a partir do que ele falou. Quero dizer que V.Exa. é um homem experiente. E ele se perdeu tanto, que atribuiu a 13 anos daquilo que ele chamou de Governo do PT como descalabro. E eu fiquei incomodado com a sua presença, porque o senhor foi um dos condutores principais da política econômica e tem o nosso reconhecimento pelo sucesso de 8 anos no Governo Lula.

(Manifestação no plenário.)

O que eu queria falar, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, isso é questão de ordem?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Há um tempo reservado para isso, mas, por favor, Deputado, manifeste a sua questão de ordem. Já tenho, à minha frente, o art. 256.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual é o inciso do art. 256?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - No § 1º...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, Deputado Major Olimpio, respeite a palavra do Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - No § 2º, atribui-se ao convidado o tempo regimental, o qual, como V.Exa. esclareceu, seria de 40 minutos, com o nosso aval. Assim ocorreu também ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas aqui é dito também que o convidado — e aqui nós devemos entendê-lo como figura principal do debate, como outros foram — não poderia se afastar do tema. E ele não o fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Segunda observação. Diz o artigo que, caso o expositor se desviasse do assunto ou perturbasse a ordem, o Presidente poderia adverti-lo ou até colocá-lo para fora da sala, o que não é o caso.

A terceira observação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Até agora, pelo menos.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, claro! Mas nele... Nós entendemos que ele tem um comportamento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nem será, nem será! Positivo, não vai acontecer. Isso é claro! Positivo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não estendemos a mesma observação para o Relator.

O § 5º diz o seguinte:

“Art. 256.....

.....

§ 5º Os Deputados inscritos, para interpellar o expositor, poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição (...).”

O Relator, de forma absolutamente abusiva, porque o senhor o inscreveu, ele nos atacou publicamente sem ter nenhuma autoridade, nem política e muito menos moral; porque, se ele quer medir a nossa história, eu não devo um centavo para a Previdência, como ele defende como empresário (*expressão retirada por determinação da Presidência*).

Portanto, eu gostaria de propor...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - (*Expressões retiradas por determinação da Presidência*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - (*Expressões retiradas por determinação da Presidência*).

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - (*Expressões retiradas por determinação da Presidência*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - (*Expressões retiradas por determinação da Presidência*).

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Solicito que seja imediatamente recomposta a ordem.

Obviamente, a sua palavra foi indevida. E a resposta, eu a considero da mesma forma.



Retiro as duas, e continuamos como se isso não tivesse acontecido, porque as manifestações não estão à altura do andamento dos trabalhos da Comissão.

Conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, já passaram os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não passou.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Passou sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não passou.

Complete!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria solicitar de V.Exa. que ele retirasse o que falou, atingindo-nos, dizendo que somos nós que envergonhamos a política brasileira. É por isso que eu disse que ele não tem moral. E reitero. Então, que ele retire o que falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu respondo à questão de ordem. Questão de ordem é dirigida ao Presidente da Mesa.

Realmente, o art. 5º exige que as manifestações dos Parlamentares sejam feitas de forma estrita em relação ao tema. Eu tenho sido, pelo constrangimento que tenho de intervir a cada manifestação dos Srs. Deputados, tenho sido benevolente em relação a esta questão em vários momentos. Pela Oposição, o Governo tem sido questionado como um todo. Inclusive, aqui, várias vezes o processo de *impeachment* foi questionado e uma série de coisas, e eu não tolhi a palavra de ninguém. Tenho buscado me ater à soma do que está no Regimento com o Conselho de Ética. E, obviamente, intervenho no caso de o respeito e a necessária civilidade se encontrarem, no meu entendimento, ultrajados e ultrapassados.

Então, eu não estou tolhendo. Efetivamente, se observarmos da forma literal e estrita o que consta do § 5º, eu teria que já estar tolhendo, há muito tempo, a palavra dos Srs. Parlamentares e teria que tolher a partir de agora. Eu estou me atendo ao Conselho de Ética e ao respeito. Penso que essa é a forma de nós estabelecermos um debate aqui mais democrático.

Agora, se é o entendimento da Comissão que nós devemos atender o que especifica o § 5º, posso mudar o procedimento.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, questão de ordem, art.175.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. deve, porque nem todo mundo tem essa liberdade e se compõe adequadamente, na minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu acho que V.Exa. tem que mudar. Por quê? Quando atinge a nossa honra, aí estabelece um limite intransponível. Nós não aceitamos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas eu, sinceramente, não vi na manifestação política que se antecedeu ou nas que se antecederam... As perguntas...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Coloque-se no nosso lugar. E se ele tivesse dito que o senhor envergonha a política nacional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não vi a ofensa. Vamos passar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está respondida a questão de ordem. Vamos seguir...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, art. 175. É para ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Questão de ordem, art. 175.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Lê-se:

“Art. 175. O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá: (...)”.

Mas há jurisprudência. Como a Presidência não tem como antever o que será dito, não pode fazer censura prévia ao pronunciamento do Parlamentar. Questão de Ordem nº 436/2009.

Eu quero, primeiro, lamentar a censura ao debate; e, segundo, retirar os adjetivos dos Anais. Com certeza, o Deputado Arlindo Chinaglia mais tarde vai pedir desculpas, mas quero que sejam retirados dos Anais.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu penso o seguinte: na verdade, no calor da discussão, cometeram-se excessos. Eu, no devido tempo, vou conversar com os dois Parlamentares para que me permitam retirar ambas as considerações dos Anais da nossa Comissão. Vou conversar com os dois, mas penso que isso não deve neste momento prejudicar o debate, que tem tempo para terminar.

Peço licença aos Srs. Parlamentares para que tenham início as manifestações das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Da mesma forma, serão dois inscritos da lista, para um inscrito em Liderança.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu solicitei aqui à minha assessoria que verificasse a minha fala. Às vezes, qualquer um, no improviso, pode cometer um ato falho. Quem faz política sabe disso.

O Deputado Arlindo Chinaglia diz que eu, em determinado momento da minha fala, disse que o PT envergonha a política nacional. É mentira. Isso não está na minha fala. Se V.Exa. achar isso, se V.Exa. sair agora e achar essa frase na minha fala, eu publicamente pedirei perdão a V.Exa. Mas V.Exa. está mentindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou pegar a fala.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. está mentindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mentindo não.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. está mentindo, porque V.Exa. atribuiu a mim algo que não é verdade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Aqui a reação foi nossa, coletiva.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. atribuiu a mim algo que não é verdade. V.Exa. atribuiu a mim uma frase que não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está superada, está superada...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Espere aí, Presidente. Não tem briga nenhuma, não tem briga nenhuma...



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou procurar no texto e vou repetir na tribuna.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - ... não tem briga nenhuma, não tem briga nenhuma.

Eu só peço a V.Exa. o seguinte: V.Exa. reveja a minha fala.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vou rever e vou me retratar. Se eu errei, eu também pedirei desculpas.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pronto. E eu também farei o mesmo. Se existir o que V.Exa. afirmou, eu pedirei desculpas ainda nesta sessão a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E eu também.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - E peço a V.Exa. que haja da mesma forma. Se eu não falei, V.Exa., por favor, se retrate.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vou fazê-lo, claro! Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Que continue reinando a paz.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sempre tive por V.Exa. o maior respeito, e V.Exa. sabe disso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Presidente, vamos discutir o sistema previdenciário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Agora...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado Arlindo Chinaglia, eu não tenho nenhuma dificuldade para enfrentar brigas, para enfrentar dificuldades. Ofende-me muito mais quando uma pessoa que a gente respeita e considera trata a gente de uma maneira absolutamente injusta. V.Exa. foi injusto comigo, porque eu sempre tive por V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso é para o senhor ver a reação que nos causou!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Esperem, eu faço questão de falar!



Eu sempre tive por V.Exa. o maior respeito. Sempre tivemos uma relação cordial nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - E V.Exa. sabe disso. Não é justo que V.Exa. venha para cá me chamar de (*expressão retirada por determinação da Presidência*), porque eu não sou, Deputado. Eu não sou. Eu tenho uma empresa que tem uma dívida renegociada com o INSS e está absolutamente adimplente. Não é justo V.Exa. falar isso de mim. Mas tudo bem! Eu até também peço desculpas. Xinguei V.Exa., mas eu quero que V.Exa. reveja minha fala.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou rever. Vou rever imediatamente, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Essa situação está solucionada. Que reine a paz entre os homens e as mulheres de boa vontade. Vamos em frente!

O Deputado José Carlos Aleluia é o primeiro inscrito.

V.Exa. acumula o tempo. No caso de V.Exa. dividir o tempo, o Deputado Pauderney Avelino, que está aqui, só vai falar no momento da inscrição dele, que é a de nº 26.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O Deputado Pauderney Avelino falará como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Pauderney Avelino falará como Líder, positivo. Então, V.Exa. tem 5 minutos para a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu quero, primeiro, dizer ao Ministro que o clima aqui tem sido muito mais tranquilo. Eu quero inclusive dizer que as oposições colaboraram bastante com o trabalho. Trouxeram aqui inclusive pessoas que esclareceram coisas.

Nessas duas últimas reuniões, nós ajustamos com a Oposição: eles indicariam uma pessoa que falasse a linguagem deles. Foi o Dr. Márcio Pochmann, que veio ontem. E o senhor, que fala a linguagem do Governo, embora também tenha falado a deles no passado.



Uma coisa eu aprendi, ao longo de todas as exposições: ninguém de bom senso veio aqui dizer que não precisamos de reforma da Previdência. Inclusive o Dr. Márcio Pochmann foi muito didático e foi muito elegante, na sua elegância acadêmica, ao mostrar a história da Previdência Social no mundo e no Brasil. Ele deixou claro, através dos seus gráficos, que o Brasil não tem investido, não tem tido recursos para investir, e que os gastos com a Previdência são crescentes. Isso ele deixou claro. Eu perguntei a ele, inclusive, se ele entendia que não seria necessária a reforma da Previdência, e ele não respondeu. Ele não foi... Ele foi muito responsável.

Portanto, uma coisa é clara, Sr. Presidente. Depois de ouvir o senhor, depois de ouvir o Ministro do Planejamento, depois de ouvir os oradores da Oposição, só resta uma coisa que me irrita: é a posição da ANFIP. Esta me parece a mais falsa de todas. Eu tenho o direito de dizer, e os companheiros têm o direito de discordar: essa questão dos números da ANFIP, eles são fantasiosos. E o pior: terminam convencendo algumas pessoas.

Portanto, eu estou convencido. E eu tenho a impressão de que a grande maioria da base do Governo e da Oposição está convencida de que devemos fazer reforma. E, como disse o Relator, que tem feito um trabalho muito responsável e que tem estudado muito o assunto, eventualmente poderemos fazer alguns ajustes, mas uma coisa é certa: eu não vou nem me basear só nos dados de V.Exa.

O Dr. Marcos Lisboa, por quem tenho grande estima, veio aqui nesta semana e fez uma exposição na mesma linha da exposição do senhor, mostrando claramente que o Brasil precisa da reforma da Previdência.

Portanto, eu pediria ao senhor apenas que falasse um pouco sobre o viés do keynesianismo social, trazido pelo Dr. Márcio Pochmann. Ele termina desenvolvendo a tese de que a redução dos gastos com a Previdência, que já estão explodindo, V.Exa. deixou muito claro, poderá afetar o desenvolvimento nacional — eu o contradisse — e poderá afetar o desemprego. Eu disse a ele: poderá afetar as estatísticas de desemprego, mas nunca o desemprego. Então, meu pedido a V.Exa. é para que trate essa questão, para que traga esclarecimento a todos os presentes.



Eu sou daqueles que entendem que a reforma da Previdência é fundamental. É a espinha dorsal das reformas. Sem ela, o limite de teto de gastos daria problemas incontornáveis.

Agora, Ministro, eu acho que nós precisamos de outras reformas. Eu fico mudando de sala. Trabalho aqui e trabalho na Comissão da reforma trabalhista, porque este é um dos obstáculos ao desenvolvimento nacional.

Acho que a burocracia do Governo também é um obstáculo ao desenvolvimento nacional. As empresas não conseguem sobreviver, ninguém consegue investir no Brasil com a burocracia que temos. Sei que isso não é da área de V.Exa., mas nós temos que atuar. A atuação do IBAMA é desastrosa. A atuação do Ministério do Trabalho é desastrosa. Portanto, nós temos que voltar a ter possibilidade de investir no Brasil, sobretudo em infraestrutura.

E na área do senhor, eu tenho uma reclamação. Eu acho que as curvas estão mostrando claramente que o Brasil tem um sistema bancário imperfeito. Há uma imperfeição bancária, para não dizer que há um apagão de crédito. Enquanto o custo de captação dos bancos cai, a taxa de juros cobrada às empresas e aos cidadãos cresce. Os bancos brasileiros não estão investindo, não estão fazendo seu papel, não estão fazendo a intermediação financeira para alimentar a sociedade. Eles estão apenas investindo no que é seguro, e o seguro é investir no Governo e investir nos empréstimos compulsórios.

Talvez, Ministro, isso seja consequência do passado, dos empréstimos desastrosos que eles fizeram em grandes projetos, como o da Sete Brasil. Mas é preciso tratar da crise bancária. Há uma crise bancária no Brasil. Sem isso — e eu falo em nome dos médios e pequenos empresários —, a quebradeira vai continuar. Não vai haver reação na receita e não vai haver reação no crescimento.

Portanto, Ministro, quero expressar minha solidariedade ao senhor, ao Relator e àqueles que vão lutar pela reforma. A reforma é um momento importante para que nós consolidemos a saída da crise e iniciemos um processo de crescimento no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao segundo inscrito, o Deputado Assis do Couto.



O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Presidente, eu tenho metade do tempo da Liderança, dividido com o Deputado Pompeo de Mattos. Então, seriam 7 minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O Deputado Pompeo de Mattos, no momento da sua fala, poderá utilizar mais 2 minutos e meio. V.Exa. tem 7 minutos e meio, Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente.

Primeiro, faço minha saudação ao Ministro Meirelles.

Quero dizer, Sr. Ministro, que algumas coisas nos separam, em termos de formação intelectual, em termos de profissão, em termos de idade e de experiência. Mas há uma coisa que nos une. No início dos anos 1990, eu fui um dos protagonistas da criação de um sistema de crédito solidário, que se chama CRESOL. Tínhamos que obedecer à lei e às normas do Banco Central. Então, eu circulei muito pelo Banco Central, embora eu fosse ainda jovem, um jovem agricultor, de pouca formação escolar, sem nenhuma experiência em economia, mas com alguma experiência da vida. Então, eu conheço um pouco e passei alguns anos lidando com crédito. V.Exa. também, como dirigente de banco, lidou com a mesma matéria.

Mas o meu público eram agricultores familiares, os mais pobres dos pobres. Inclusive, de onde o sistema nasceu, no Estado do Paraná, seguiu o mapa, na sua origem ou no seu nascedouro, das regiões mais pobres do Estado do Paraná. Hoje o sistema está em mais de dez Estados do Brasil. Então, tenho um mínimo de conhecimento e de vivência nessa área.

Segundo, ao falar de reforma, eu queria reafirmar o que eu disse várias vezes: não me oponho a reformas. Acho que elas são necessárias, em vários aspectos. E não só a da Previdência. Na Previdência também, necessariamente, de vez em quando temos que fazer reformas. O que está colocado em pauta pela PEC 287 não é uma reforma, mas uma mudança completa de conceito. É uma mudança completa de visão, de objetivo do Estado em relação à Previdência. É uma retirada de praticamente todos os dispositivos do Capítulo social da Constituição brasileira.

Então, não se trata de uma reforma. Trata-se de uma mudança que, inclusive, nem cabe a nós Parlamentares fazer, já que não fomos eleitos para essa finalidade.



Não é uma emenda à Constituição. Trata-se de uma mudança radical no conceito constitucional do Constituinte de 1988. Essa é a verdade. Por isso, a nossa pressão, o nosso trabalho no sentido de reverter vários aspectos.

Para ilustrar isso que eu estou dizendo, Ministro, a reforma proposta, pretensa, ataca os mais pobres. Ela é cruel com as camadas mais pobres da sociedade, como os trabalhadores rurais, que eu represento aqui. Elevar de 60 anos para 65 anos para o homem e de 55 anos para 65 anos para a mulher trabalhadora rural é uma crueldade! Retirar a pensão ou diminuir a pensão dessa gente que ganha um salário mínimo é uma crueldade! Substituir a contribuição da nota de produtor da sua produção ou da declaração de produtor, na realidade brasileira, é uma crueldade e é algo que não será aplicado.

Eu estou me dirigindo a V.Exa. porque o Relator já sabe disso. Já conversamos isso várias vezes aqui.

Substituir essa forma de contribuição é cruel. Agora, muitos camponeses, não comprovando com declaração a sua atividade rural, vão para o BPC com 65 anos; passar para 70 anos é cruel! São idosos pobres.

E retirar da pessoa com deficiência, modificar o BPC da pessoa com deficiência é cruel! Eu sou pai, tenho uma filha com deficiência. A deficiência não é cruel pela deficiência em si, mas pelo estado de pobreza das famílias. E nós estamos mexendo com um benefício das famílias pobres, pobres!

Então, isso tudo é cruel, de maldade tamanha!

Mas, junto a isso, vem algo que não é ruim só para essas pessoas, que vão sentir o efeito disso logo, de imediato. Como foi dito aqui ontem, no campo da economia, é um tiro no pé da economia, porque quem recebe benefício social ou previdenciário abaixo de três salários mínimos não especula no mercado financeiro. Não compra ações, não compra títulos, gasta no mercado local. E isso foi dito aqui por várias pessoas.

Eu gostaria que V.Exa. nos respondesse isto: qual é o efeito da retirada de benefícios sociais de baixo valor para a economia, para a dinâmica da economia do País? A Fazenda, o seu *staff*, a sua equipe de Governo tem que nos dar essa resposta.



Hoje nós estamos colhendo frutos da Constituição de 1988, porque as pessoas podem comprar mais. Ontem foi dito aqui que muitas cidades vão se transformar em cidades fantasmas, porque nós vamos tirar o oxigênio dessas cidades pequenas, do interior.

Essa pergunta tem de ser respondida, se realmente é proposital ou é de forma inconsciente que se está asfixiando essa dinâmica econômica dos benefícios sociais.

Há outro aspecto que eu gostaria de considerar aqui, o último aspecto, em relação ao modelo de desenvolvimento, ao modelo econômico.

Sei que V.Exa. foi Presidente do Banco Central, com *status* de Ministro, creio eu, no Governo do Presidente Lula. Mas eu gostaria de dizer aqui rapidamente — e este debate tem nos mostrado isso, nas últimas audiências públicas principalmente — que há um problema no Brasil, o problema do crescimento da economia e do crescimento da produtividade do trabalho. Todo mundo sabe disso. No entanto, eu analiso, de forma leiga, um tripé, Ministro, da nossa retomada do crescimento.

Por um lado, primeiro, o capital produtivo tem de ser privilegiado e valorizado, não o capital especulativo. E aqui eu gostaria que o senhor nos explicasse como é que nós podemos sair dessa situação apenas com a reforma da Previdência e com o teto de gastos, com uma taxa de juros real que é a maior do mundo, 7,93%. O segundo país é a Rússia, com 4,76%. Realmente, é grave isso! Como é que o senhor explica essa taxa de juros ainda tão elevada?

O segundo ponto desse tripé são os trabalhadores, é o trabalhismo brasileiro, que tem de ser valorizado. Nós estamos retirando um conjunto de direitos. Estamos colocando as pessoas em desespero, relegando essa gente a uma situação cruel de trabalho, com a reforma trabalhista, com a terceirização e com isto que estamos fazendo aqui. Isso é desvalorizar o trabalho, que é parte importante dessa necessária retomada do crescimento e da produtividade do trabalho. Nós estamos jogando fora esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O terceiro tripé são as políticas públicas para que isso tudo funcione. Ciência e tecnologia, universidade, Ciência sem Fronteiras, e por aí vai. O teto de gastos nos ataca violentamente nesse ponto.

A pergunta é a seguinte: como é que nós vamos sair desses 40 quarenta anos de estagnação do crescimento e da produtividade com políticas como estas que vemos aqui? É impossível!

Por isso, eu gostaria que V.Exa. nos respondesse se há uma luz no fim do túnel ou se é uma decisão apenas emergencial.

E infelizmente tenho que dizer isto. Durante a sua exposição, tive mais uma visão. Eu lidei muito com contadores nas cooperativas de crédito do Sistema CRESOL, e tive muitos bons contatos contadores, mas a visão apenas contabilista da situação não responde à necessidade. Infelizmente, eu tive uma visão de V.Exa. como um contador, alguém que tem que fechar uma contabilidade, mas sem nenhuma visão de desenvolvimento, uma visão de projeto de desenvolvimento do País. Infelizmente, foi essa a constatação que tive.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra para o próximo inscrito, agora pelo critério de Liderança.

A primeira Liderança inscrita, do DEM, é o Deputado Pauderney Avelino.

A Liderança dispõe de 5 minutos. Como V.Exa. está inscrito, dispõe de mais 5 minutos. V.Exa., portanto, disporá de 10 minutos.

Na sequência, ouviremos a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Alessandro Molon.

Peço ao Deputado Marcus Pestana que assuma a Presidência.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, Sr. Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, Ministro Henrique Meirelles e Sr. Secretário Marcelo Caetano.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Ministro Henrique Meirelles, porque outro dia, visitando o Ministro, meu caro Deputado e ex-Presidente desta Casa Arlindo Chinaglia, eu disse a ele o seguinte: *“O senhor deveria ir aos meios de comunicação fazer a defesa da reforma da Previdência, porque foi Ministro por 8 anos do Governo Lula, como Presidente do Banco Central”*. E tenho certeza de que



a política monetária, naquela época... E quantas vezes o Ministro Meirelles esteve conosco aqui, nesta sala, trazendo a prestação de contas do Governo que ele estava defendendo e servindo àquela altura? Quantas vezes nós discutimos, tivemos embates? Quantas vezes fomos também convidados a ir ao Banco Central para dirimir dúvidas, e sempre de forma respeitosa? Portanto, a meu ver, cabe ao Ministro Meirelles credibilidade para propor a reforma que o Governo Temer, ao qual ele atualmente serve, está propondo.

Nós não podemos, meu caro Ministro Meirelles, Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos continuar convivendo com um Governo que gasta em torno de 13% do PIB em Previdência e investe menos de 3% desse PIB em investimentos públicos.

Nós temos hoje uma PEC que limita os gastos. Nós gostaríamos muito de privilegiar, nesses gastos, investimentos que são reclamados há tantos anos, há décadas pelos brasileiros.

Infelizmente, nós não temos uma economia forte o suficiente para atrair todos os investimentos de que nós precisamos, e o Estado não tem capacidade para fazer esses investimentos.

Como é que nós vamos continuar com uma Previdência que, em 2015, apenas no Regime Geral, beneficiou 32 milhões de brasileiros e teve uma despesa de 436 bilhões de reais?

Cálculos de um professor da Fundação Getulio Vargas dizem que, com os 9 milhões de trabalhadores urbanos aposentados por tempo de trabalho, por contribuição e por idade, a Previdência teve um gasto de 160 bilhões de reais no ano de 2015.

Se não houver a reforma, esse mesmo professor calcula que, desses 9 milhões de aposentados urbanos em 2015, nós iremos para 65 milhões em 2060. E as despesas com esses benefícios sairiam de 160 bilhões de reais para 1,1 trilhão de reais.

Não há milagre para financiar esse incremento de gastos. Nós entendemos que a reforma é absolutamente necessária. E, se fizermos a reforma elevando a idade para 65 anos, nós teremos de 31 milhões a 37 milhões de beneficiários e uma despesa de 580 bilhões a 700 bilhões de reais, em 2060.



Não há imposto que venha a favorecer um número como esse. Nós teríamos que ir para o endividamento público e, com isso, teríamos deterioração das contas públicas e falta de credibilidade no Brasil, e os investidores que poderiam vir para gerar emprego e renda se afastariam do nosso País.

Nós temos muitas dificuldades. Em 2014, se não me falha a memória, nós tivemos a mudança da regra do fator previdenciário para a regra 85/95. Nós fizemos com que o fator previdenciário acabasse e essa regra pagasse a aposentadoria integral. Houve uma explosão no déficit da Previdência pública. Tivemos, como fator dessa explosão, a crise, a recessão que nós estamos atravessando, os 13 milhões de brasileiros desempregados que deixaram de contribuir, a redução da atividade econômica e a desoneração irresponsável — eu digo isso porque foi irresponsável — da folha de pagamento da forma como foi feita no ano de 2014 pela ex-Presidente Dilma. Tudo isso somado trouxe o caos em que nós encontramos hoje, com uma dívida pública acima de 70% do PIB — e ela está crescendo — e ainda com a situação de descalabro da economia.

Os sinais são até certo ponto alentadores. Mas os sinais alentadores se esvaíam se nós não completarmos as reformas de que precisamos. É certo que a equipe econômica do Governo do Presidente Temer tem credibilidade com V. Exa. no comando, Ministro Meirelles, com o Secretário Marcelo Caetano na Previdência e com profissionais reconhecidos de alta competência. Mas tudo isso tem limite. Tem limite porque o capital tem medo e só vai aonde há segurança.

Portanto, nós estamos preparados para fazer a reforma. E aqui eu quero deixar claro que até respeito a Oposição. Respeito aquela Oposição que ideologicamente — no Governo deles, do PT — se colocou contra e fez as mudanças que foram necessárias, mas não foram suficientes para a Previdência. Esses eu até respeito, porque eles falam por ideologia. Porém, eu não posso respeitar os oportunistas. Não respeito oportunistas seja de que partido for, porque esses querem se aproveitar de um momento para, com discursos populistas, tentarem surfar uma onda que vai quebrar logo ali na frente.

Não há esperança para este País se não fizermos políticas sérias. E as políticas sérias exigem enfrentamento, coragem e determinação. Nós queremos agora recuperar o Brasil.



Quero deixar aqui, mais uma vez, claro que o meu compromisso não é com as eleições de 2018. O meu compromisso pessoal é com as próximas gerações: com minhas filhas, que ainda não entraram no mercado de trabalho; com meus netos que virão; com as crianças que estão nascendo hoje e que precisam ter esse contrato que a geração atual, que o Governo atual assume e assina com as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Seguindo a lista de inscritos, passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Henrique Meirelles.

Antes de entrar no debate, eu gostaria de fazer dois registros. O primeiro deles é que não é possível manter o desrespeito a uma entidade como a ANFIP, que trabalha seriamente há décadas, analisando a Seguridade Social brasileira. Eu quero me solidarizar com os técnicos e dirigentes da ANFIP, que tentam e buscam contribuir para as análises que este Parlamento faz.

Em segundo lugar, também quero registrar a minha insatisfação, e não é a primeira vez que faço isso, com o comportamento do Relator. Já fiz isso outras vezes e faço de novo. O Relator tem que fazer a opção entre ser Relator e ser Líder do Governo. O que não pode ocorrer é o Relator, no momento em que ainda não apresentou seu relatório, ter uma posição tão editorialmente parcial, como ele demonstra aqui, atacando a Oposição e se posicionando antes mesmo de apresentar o seu relatório. O papel dele é ouvir, para ir construindo opinião até apresentar seu relatório, mesmo que ele já a tenha.

Então, quero fazer a crítica aberta, como sempre fiz, francamente, dentro desta Comissão. Esse não é um comportamento aceitável.

Entrando no debate, Sr. Ministro, V.Exa. atuou a maior parte da sua vida no sistema financeiro, internacional inclusive. Então, é um homem dos grandes números.

Eu tive três surpresas. A primeira delas é que os números que apresentou não são os mesmos que outros membros do Governo aqui apresentaram em termos de tamanho de déficit e perspectiva.



Mas interessou-me outra questão que abordou e que me surpreendeu, francamente, bem: V.Exa. reconheceu que o problema não é o déficit, o problema é caber na PEC do Teto. De fato — vou entrar depois na questão do déficit —, essa foi a primeira vez que um membro do Governo aqui esteve e disse que é preciso fazer caber na PEC do Teto.

Dessa questão nós falamos o tempo inteiro, mas nenhum membro reconheceu que o problema é o teto de gastos determinado pelo Governo e aprovado pela maioria.

Uma terceira questão é que, com as lâminas que o senhor apresenta, o senhor traz números diferentes, mas o seu conceito de análise é o mesmo que foi trazido, que é inconstitucional. O modelo de análise de déficit e superávit que o senhor faz é inconstitucional. A Constituição tem três artigos que tratam de regimes de previdência: o art. 40, que trata do servidor público; os arts. 194 e 195, que tratam da Seguridade Social; e o art. 142, que trata dos militares.

Na hora em que o senhor apresenta esses dados, inclui na análise do déficit coisas que não podem, de forma alguma, estar nessa tabela, e eu vou chegar lá.

Mas há um constrangimento, na minha opinião, que é um constrangimento alheio: o senhor, como Ministro da Fazenda, não mostrou uma lâmina sequer indicando qual é o percentual dos juros no PIB, que é o principal algoz do déficit nominal deste País. O senhor não mostrou, em nenhum momento, qual é o tamanho da desoneração, que ao longo dos anos causou dificuldades ao Tesouro e à Previdência Social. O senhor não falou do percentual de sonegação no PIB, que deve chegar a 13%, fazendo do Brasil talvez um vice-campeão mundial de sonegação. O senhor não falou da dívida ativa. O senhor não falou do impacto da terceirização na arrecadação previdenciária, na medida em que a terceirização reduz a tributação das empresas e dos empregados, que recebem menores salários e contribuem menos para a Previdência Social. O senhor não falou do impacto que os contratos temporários têm na arrecadação tributária, inclusive para a Previdência Social. E o senhor não falou no estímulo que este projeto garante à “pejotização”, porque se vai deixar de ter arrecadação tributária para a Previdência Social brasileira. Nada disso constou da sua apresentação.



Também não constou da sua apresentação o papel da renda na dinamização da economia brasileira. Ou ter renda não interfere na dinamização da economia? Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, 56% dos gastos sociais em tributos retornam para os Municípios, para os Estados e para a União. Então, quando eu reduzo a renda, quando eu dificulto a renda, eu interfiro gravemente na economia e na arrecadação tributária da Seguridade Social brasileira. O senhor não citou a presença e a importância da Previdência e dos gastos sociais acima de 70% dos Municípios, que têm neste recurso a dinamização principal das suas economias, maior do que a do Fundo de Participação dos Municípios — FPM e maior do que a arrecadação própria desses Municípios.

Então, parece-me que a sua apresentação como Ministro da Fazenda e como homem dos grandes números do Sistema Financeiro Nacional foi bastante incompleta. Eu esperava sinceramente uma exposição mais completa de V.Exa. aqui dentro desta Comissão.

Quando se fala de percentual do PIB — desculpem-me, mas nada é em números absolutos —, como se pode discutir previsão de aumento do PIB de 1991 até 2015, que aumentou o percentual da Previdência Social de 2% para 8%, sem falar que o PIB caiu? Não é o problema da despesa, é o problema da economia, Ministro. Desculpe-me.

Da mesma forma ocorre com o percentual de juros. Se o senhor colocar o percentual de juros, nós também vamos ver que é maior do que o gasto previdenciário. O próprio Líder do DEM disse: “*Gastamos 436 bilhões de reais com Previdência*”. Mas quanto se gastou com os juros na rolagem da dívida pública brasileira? Isso não entra na sua apresentação.

Na hora do déficit, não é possível fazer o cálculo como os senhores fazem. A Seguridade Social tem tributos próprios, e o dinheiro que o Governo coloca na Seguridade não é do Governo Geral do Tesouro, não é o mesmo dinheiro. O dinheiro que o Governo põe na Seguridade, em média 18%, é dos tributos da Seguridade, que não são apenas sobre folha de salário. Esse é o dinheiro.

Já houve reforma do Regime Próprio do servidor público por três vezes, sendo a última, inclusive, feita no Governo Lula. Em 15 anos dos Governo Lula e Dilma, não houve reforma do Regime Geral, mas houve reforma do regime dos



servidores. E foi no Governo Dilma que nós mudamos a incidência do fator previdenciário para ser menos injustos com a sociedade brasileira. Ela foi para a fórmula 85/95 de forma progressiva até 90/100, o que estabeleceu a idade mínima também no Regime Geral para se aposentar com 80% da média.

O que muda em relação à sua presença, Ministro, do Governo Lula para o Governo Michel Temer — vou esperar o Ministro me ouvir — é a orientação do Governo. É isso que muda. O senhor é o mesmo. No entanto, aquela orientação daqueles 8 anos de Governo Lula e mais 5 anos de Governo Dilma foi para ampliar a cobertura para o povo, investir mais para ter geração de emprego, apostar no pré-sal, ampliar as universidades brasileiras e o ensino técnico brasileiro, incorporar pessoas pobres na economia e na geração de emprego. Ou nós vamos desconhecer que, em 2015, houve uma crise do capitalismo, que já dura 10 anos e impactou o Brasil? Ou é um problema só de orientação interna? O que muda é a orientação, o comando. O comando no Governo Lula não foi esse, nem no Governo Dilma, que o senhor vem aqui hoje defender.

No déficit que vocês colocam, o militar saiu da reforma, mas ele está ali na despesa, na discussão do déficit. Está dentro da despesa da tabela de vocês o dinheiro com a Polícia Militar e Polícia Civil do DF, na Seguridade. Está dentro do cálculo dos senhores o auxílio-creche. Está dentro do cálculo dos senhores o auxílio para pagar plano de saúde do servidor. Isso aqui não é Seguridade, não é Previdência.

O senhor colocou uma tabela considerando a DRU no déficit. A DRU não pode estar dentro do cálculo do déficit, ela entra depois. Até porque, se houvesse déficit, a DRU não incidiria sobre a Seguridade Social brasileira — e foram 99 bilhões, em 2016.

V.Exa. está presidindo a Mesa e deveria ficar mais isento um pouquinho e não balançar a cabeça o tempo todo quando eu falo, Sr. Presidente. Sei que V.Exa. discorda, mas deve ter um comportamento mais isento na Mesa.

Ministro, o senhor fala da OCDE. Eu gostaria, sinceramente, que calculássemos a OCDE por todos os lados. Fala da idade média na OCDE. Mas com que idade eles começam a trabalhar? Esse dado era bom trazer também. Será que



tem alguém lá que começa no campo, aos 5 anos de idade? Era bom ver a idade de início.

O percentual que os governos colocam na sua previdência é muito maior do que no Brasil, na média. Grande parte dos países chega a colocar 45% do orçamento nos gastos de previdência e de benefícios sociais. Qual é a política para idoso na OCDE? É uma política absolutamente generosa com os idosos na Europa e em outros países da OCDE.

O senhor citou o Japão. O Japão acabou de diminuir para 10 anos de contribuição e reduziu a idade mínima. Sabe por quê? Por causa da pobreza no seio dos idosos. É isso que nós vamos provocar aqui com essa reforma.

O senhor sabe que 37,3% da população no Brasil não chegam aos 65 anos para se aposentar? Eu não estou falando a partir da mortalidade infantil. Estou falando de depois.

Eu não sei quantas empregadas domésticas têm nos países da OCDE, Ministro, até porque essa profissão lá é quase inexistente, mas aqui são 6 milhões de mulheres, a maioria negras. Até 2014, a maioria não tinha carteira assinada e ganhava 700 reais por mês.

O corte que senhor anunciou ontem, dentro da sua perspectiva de cumprir a meta fiscal, pelo que eu vi, porque foi de ontem para hoje — se eu estiver errada, o senhor me corrija — foi de 2,5 bilhões na saúde, 3 bilhões na educação, 10 bilhões em investimento e 20 bilhões nos outros Ministérios. Pelo menos, foi o que chegou até nós aqui. Eu fico pensando: essa PEC do Teto mudou em 20 anos a possibilidade de a economia crescer, porque a PEC do Teto não é só para custeio, é para investimento também. O único gasto liberado é financeiro — o único —, que é o alçoz do nosso déficit nominal: os juros. Mesmo que arrecademos mais, não vamos conseguir alterar o Orçamento, porque, com esse congelamento aqui, na medida em que o senhor tira 50 bilhões este ano, no ano que vem, o Orçamento é o gasto mais a inflação. Qualquer corte vai impactar o Orçamento nos próximos 19 anos.

Então, o que nós estamos reduzindo é a possibilidade de investir. E o que gera emprego é investimento, o que gera renda é investimento, o que gera renda também é custeio.



Sobre o trabalhador rural, eu lhe diria, Ministro, que essa reforma pode sim ter impacto em quem ganha mais — pode ter e terá —, mas esse não é o impacto maior. O impacto maior é a exclusão da grande maioria dos trabalhadores de menor renda.

Não sei se o senhor sabe, mas 79% dos segurados hoje não alcançaram 25 anos de contribuição; 42% dos trabalhadores, na atual recessão e crise, contribuem 4,9 vezes por ano, ou seja, são 60 anos de trabalho para atingir 25 anos de contribuição. Os trabalhadores rurais, pela nova regra, estarão 100% excluídos do sistema previdenciário.

Para as mulheres, haverá um grau muito maior de precarização, aumento de jornada e menor salário. Como pode haver a mesma possibilidade de acesso ao benefício? Apesar de vivermos mais pela estatística, nós custamos menos para a Previdência Social.

Na nossa curva econômica, o juro caiu menos que inflação; portanto, o juro real não caiu, porque ele caiu menos do que a inflação. Estamos com a indústria, no percentual do PIB, igual ao início da década do século passado, em 1910. Nosso comércio está lá embaixo, assim como nosso serviço.

Não vou nem entrar em discussão econômica, porque o senhor é muito mais competente para o assunto, mas eu preciso registrar que é absurda a defesa que os senhores fazem dessa reforma. Eu também penso nos meus filhos, no futuro, e nos filhos do povo brasileiro, nas filhas do povo brasileiro. Eu não quero ter a previdência do Chile, que está tentando, agora, a muito custo, voltar para uma previdência solidária e de repartição.

Sinceramente, eu detesto média. Quando se fala em média do serviço público, coloca-se o Legislativo. Deputado não tem aposentadoria especial desde Luís Eduardo Magalhães — esse não é o debate aqui, mas é importante dizer para o povo parar de criminalizar a política. Considerar o Ministério Público, o Legislativo e a casta do Judiciário a média é uma coisa; outra coisa é considerar a média do serviço público. E, de fato, não é essa a aposentadoria, pelo amor de Deus! Vamos parar de usar a média, usando a casta do serviço público! E, pior, o fundo de pensão, que era de natureza pública, virou um fundo de pensão agora aberto, numa parceria aberta com a previdência privada, com os bancos e sistema financeiro!



Para terminar, eu queria mais 30 segundos, Sr. Presidente, só para concluir e dizer o seguinte: eu quero um futuro de solidariedade. Essa PEC é de exclusão. Não há, de fato, microdados que permitam a projeção de cenários para frente. É mentira, são dados facciosos e de ficção os que levantaram um cenário de um PIB de 0,7% até 2060, e um salário mínimo crescendo até 2060, com a PEC do Teto. É mentira! Esse quadro que foi trazido aqui — não me lembro se pelo Ministro do Planejamento — é uma grande manipulação de informação. O que nós precisamos agora é derrotar a reforma. A taxa de reposição aqui é essa porque a maioria é de salário mínimo! Ou estão propondo taxa de reposição de meio salário mínimo?

Precisamos derrotar a reforma da previdência! E o Líder do DEM não parece ser seu amigo quando lhe propõe fazer a defesa na comunicação. O povo já entendeu. O Governo já perdeu na batalha de comunicação. Aqui dentro, essa reforma não vai passar, e eu espero que V.Exa. se preserve neste processo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Dentro da dinâmica acordada, agora nós retornaríamos uma rodada com o Ministro e retomariamos a lista logo depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu tinha entendido, com o Deputado Carlos Marun, que ele falaria no final, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Mas, o Prof. Pochmann, no meio, depois de uma hora e meia... *(Pausa.)* Então está bom.

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, o Pochmann não estabeleceu limite de tempo, e o Ministro disse que tem que sair às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Não, isso foi acordado no momento do convite.

Com a palavra o Sr. Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, por favor, some o meu tempo com... *(Pausa.)* Obrigado.

Quero cumprimentar o Ministro, agradecendo-lhe a presença. Quero cumprimentar os demais representantes que vêm defender a proposta, os colegas, o Relator.



Ministro, tanto V.Exa. quanto os demais representantes do Governo que vieram — aliás, também os economistas que vieram, embora não ocupem cargos de confiança do Governo, mas que defendem a proposta, como o Marcos Lisboa e o Fabio Giambiagi, que estiveram também na Comissão — têm a mesma estrutura de apresentação da defesa da reforma. Apresentam os números e dizem: “*Os números não fecham, nós precisamos modificar essa realidade*”. No entanto, daí não se parte para as possibilidades que teríamos de tratar desses números.

Recebemos aqui recentemente o ex-Ministro da Fazenda do Chile, e ele nos relatou a aprovação de uma reforma da Previdência, aprovada no Congresso Nacional por unanimidade. O Congresso entendeu que era preciso rediscutir as normas. Isso foi feito com tranquilidade e se chegou a um consenso.

Aqui, o Governo fez o contrário. O Governo diz: “*Os números não fecham, só há uma saída, e a saída é essa*”. E esse método é muito ruim, primeiro, porque nós aqui não vemos só números, nós aqui vemos pessoas; nós vemos a vida das pessoas.

Os números são importantes, mas, como disse o ex-Ministro da Fazenda do Chile, uma reforma da Previdência tem que pensar na sua sustentabilidade financeira — é evidente —, mas também na cobertura, na quantidade de benefícios, no percentual da população economicamente ativa ou que saia da atividade que vai poder ser coberta, e, por fim, na qualidade dos benefícios, ou seja, se eles são suficientes para que as pessoas vivam com dignidade. Esse outro aspecto não está sendo considerado pelo Governo, e por isso nós discordamos frontalmente da proposta.

Vendo a apresentação do senhor, quando compara o Brasil com outros países, o que transparece, a impressão que fica é que o problema do Brasil é a sua generosidade no seu sistema previdenciário e fica subentendido que isso é, em especial, com os mais pobres, pelo menos. Ainda que o Governo fale em combater privilégios, há uma série de medidas propostas que não atacam privilégios, atacam os mais pobres.

Eu vou citar alguns exemplos. Primeiro, desvincular o benefício de prestação continuada do salário mínimo afeta a quem? Aos mais pobres ou aos privilegiados? Eu respondo: aos mais pobres.



Elevar a idade mínima do BPC de 65 anos para 70 anos afeta mais a quem? Aos mais pobres ou aos mais privilegiados? Eu respondo: aos mais pobres. É claro que essa é a minha visão. Se o senhor pensa diferente, é evidente que eu gostaria de ouvir a sua opinião.

Cito outro exemplo: aumentar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos vai afetar a aposentadoria dos que recebem maiores aposentadorias, ou daqueles que se aposentam normalmente com o salário mínimo? Vai afetar os mais pobres, se aumentar de 15 para 25 anos. Afinal, foi dito a todo o momento que os mais pobres se aposentam com 65 anos, por idade e sem ter uma aposentadoria maior do que o salário mínimo. Então, é uma medida que afeta os mais pobres.

Acabar com o piso de um salário mínimo das pensões — a proposta acaba com o piso de um salário mínimo de pensão — vai afetar a quem? Aos mais pobres.

Então, não é fato que a única coisa que afeta a redistribuição de renda e será mantida é a vinculação da aposentadoria ao mínimo. Não é fato. Há uma série de outras medidas redistributivas no sistema previdenciário brasileiro que serão alteradas, vão afetar a distribuição de renda, vão afetar aos mais pobres. E nós não vamos aceitar isso. Nós não vamos votar a favor disso.

E eu não digo nós apenas os membros da Oposição, como é o meu caso, não. A base do governo não vai compactuar com um pacote de maldades desse. Se fosse para discutir privilégios, esse é um debate; agora, afetar os mais pobres num país como o Brasil? Falar que o Brasil é excessivamente generoso com os pobres? Este é um dos países mais desiguais do mundo!

E o Governo o faz de forma pouco transparente, enviesada. E, Ministro, desculpe-me, o Governo mente. E eu vou dar uma prova disso para o senhor: na apresentação do Ministro Eliseu Padilha aqui, falou-se que a idade mínima de aposentadoria na França é de 65 anos. Está aqui na transparência do Ministro Padilha: 65 anos, na França. O senhor acabou de apresentar a idade média de aposentadoria na França: 60 anos.

O senhor disse que nós não podemos brigar com os números. Eu queria que algum matemático do senhor me explicasse qual é a equação que permite que o resultado da idade média seja inferior ao mínimo. Eu confesso que eu estudei muito matemática no ensino médio; depois, eu fiz História e Direito, então, pode ser que



esteja me fugindo alguma lição. Como a média é inferior à idade mínima para aposentadoria? Ou a tabela do senhor está errada — e é inaceitável que o Ministro da Fazenda venha apresentar um dado equivocados —, ou o Ministro Padilha mentiu. Não há terceira opção.

A idade mínima é de 65 anos na França? Então, a média não pode ser 60. A média é 60? Então, a idade mínima não pode ser 65. Tem que haver uma conta muito elaborada para a média ser inferior ao mínimo.

O quarto ponto é o teto de gastos. O senhor disse: *“Nós aprovamos o teto de gastos e isso nos leva à reforma da Previdência”*. O Governo, quando propôs a PEC do Teto de Gastos, já queria fazer a reforma da Previdência. Vamos falar isso abertamente.

Aliás, o senhor, nas justificações das suas propostas, é transparente. Por exemplo, na justificção da PEC do Teto de Gastos, o senhor disse que o que se queria era acabar com a vinculação dos investimentos em saúde e educação ao PIB. Isso estava escrito e assinado pelo senhor. Eu disse isso na Casa. E era isso mesmo que o Governo queria. O Governo vai gastar e investir cada vez menos em saúde e educação. É isso que se extrai dos dados trazidos pelo senhor. Se vai subir o percentual para a Previdência, e ele vai se manter estável em relação ao PIB, isso significa que, em relação ao PIB, necessariamente, o percentual para saúde e educação vai cair. É isso que está acontecendo.

Mas o Governo já tinha esse plano. A PEC do Teto de Gastos foi feita para obrigar a reforma da Previdência. O Governo sabia disso, o Governo dizia isso. Então, agora, não é razoável dizer: *“Agora que fizemos a PEC, então temos que fazer a reforma da Previdência”*. Sim, mas o projeto era esse, era isso que se queria.

Aliás, Ministro, por falar em justificção, eu queria trazer dois pontos da justificção do senhor. Primeiro, na mudança das regras para as mulheres. Quando justifica a equiparação da idade de homens e mulheres, o senhor diz: *“Com efeito, segundo dados da PNAD, o contingente de mulheres que se dedicam aos afazeres domésticos de 15 a 29 anos de idade caiu de 88,2% para 84,6%, de 2004 a 2014”*. O senhor acha que isso justifica equiparar as idades — uma queda de menos de 4 pontos percentuais, de 88% para 84%? O senhor acha que 3,6 pontos percentuais



justificam equiparar a idade de homens e mulheres? É sério que o senhor acredita nisso?

Mais do que isso, diz o senhor: “*O número médio de horas semanais dedicadas a essas atividades diminuiu de 23 para 20,5 horas*”. Essa queda de 2 horas e meia, pela semana, é o que senhor acha que justifica equiparar a idade de homens e mulheres?

Eu concordo com o senhor: nós queremos um mundo em que homens e mulheres tenham direitos iguais, mas essa não é a realidade brasileira. Isso está distante ainda, infelizmente, assim como está, Ministro, para os trabalhadores rurais.

O senhor diz: “*Tal discriminação — ou seja, a idade menor para trabalhador rural — se justificava à época pelas adversas condições de vida e trabalho desse grupo que exerce atividade tipicamente braçal, exposto a intempéries e, no passado, com grande dificuldade de acesso a serviços públicos básicos*”. Mas, realmente, o senhor acha que as condições de trabalho dos trabalhadores rurais hoje são boas, no campo brasileiro?

A regra não é aquela das propagandas do AGRO, com grandes máquinas e a pessoa trabalhando com ar condicionado; o Brasil ainda liberta trabalhadores escravizados em lavoura de cana! Esse é o nosso País, ainda. A realidade majoritária não é aquela do trabalhador rural; a realidade majoritária é de um trabalho sacrificado no campo.

E interessa a nós que as pessoas saiam do campo? Eu não posso acreditar que o Ministério da Fazenda queira — porque não conheço nenhum Ministério da Fazenda que queira isso — aumentar o êxodo rural num país como o nosso. Interessa a nós manter as pessoas no campo? Ou não nos interessa que elas produzam alimentos para as cidades? Nós queremos trazer mais gente para as cidades? Aumentar o êxodo rural, com o problema de moradia que temos, de acesso ao emprego nas cidades? Como é que o Governo propõe uma coisa dessas?

Eu encerro, Ministro, dizendo o seguinte: uma reforma da Previdência não deve mirar unicamente nos números, embora, naturalmente, o primeiro olhar de qualquer Ministro da Fazenda sejam os números. É compreensível que este seja o primeiro enfoque, mas ela não é só isso — ela não é só isso. Uma reforma da



Previdência é um projeto de país, de solidariedade social, do que fazer com as pessoas que não têm o mínimo para sobreviver. Isso é um benefício de prestação continuada.

Então, como é que se vai tirar o piso do salário mínimo do BPC? Como é que se vai tirar o piso de salário mínimo de pensão, Ministro, num país como o Brasil? Isso não é minimamente razoável — independentemente da visão que se tenha de economia, de Estado, de direita ou esquerda, de governo ou oposição; independentemente de haver um mínimo civilizatório, que é incompatível com essa proposta.

Então, se é para debater privilégio, vamos debater privilégio, mas não fazer maldade contra os mais pobres, num país tão desigual como o Brasil. Essa é a minha visão e, por essa razão, vou votar contra essa proposta, porque ela é um pacote de maldades, e não uma correção de privilégios ou de injustiça. Ela vai aprofundar, a meu ver, as injustiças e desigualdades no Brasil. Por isso, meu voto é contra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Retomando à lista de Líderes, concedo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, que vai somar à sua inscrição 5 minutos... *(Pausa.)*

V.Exa. vai dividir o tempo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu começo a falar e, depois, eu pediria que o Dr. Marcelo consultasse o Deputado Pepe, porque, por questões de inscrição, eu não sei se ele conseguiria usar o tempo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria até perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Mas são dois. A Deputada Jandira e o Deputado Molon falaram pela lista de inscritos, e vamos para o novo Líder, o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de V.Exa. dar a palavra ao Líder, eu pediria só que visse na lista de inscrição, pois eu estou inscrito como Líder, se há outros Líderes na frente? Quem são?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Sim, V.Exa. é o décimo segundo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Sim, mas a lista de inscrição está mais ou menos coincidente com a de Líder. Então, vamos anulando. Esse pingue-pongue vai fazendo com que haja uma neutralização das inscrições. V.Exa. é o décimo segundo inscrito, mas certamente vai acelerar aqui na lista de Líderes.

Deputado Arlindo, então, vai somar o tempo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos marcar 5 minutos mais 4 minutos e meio e depois nós acertamos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente, obrigado.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro pela presença e, naturalmente, fazer algumas observações que, na nossa opinião, deveriam complementar esse debate.

Eu quero começar citando alguém que defende a reforma e, ainda que pontualmente divirja de um ou outro aspecto da proposta do Governo, é ouvido pelo Governo. É um estudioso do tema, segundo ele próprio, há 33 anos. Refiro-me ao Dr. Fabio Giambiagi.

Por que eu o menciono? Porque em dado momento de sua exposição que ocorreu esta semana, ele fez a defesa do Pacto de Toledo, com o que eu concordei. Com que diferença? Ele falou que nós deveríamos procurar fazer uma discussão ampla na sociedade para ver como a Previdência está. Eu falei que estava de acordo, mas que nós deveríamos usar o mesmo exemplo antes de aprovar essa proposta de reforma. E explico o porquê, Sr. Ministro.

Primeiro, eu acho que o método é fundamental. O senhor sabe que, em vários momentos da vida nacional, empresários e trabalhadores foram ouvidos pelo Governo na formatação de proposta de reforma da Previdência.

Pois bem, quando fez a abordagem de gastos, o senhor não trabalhou tema de arrecadação. O senhor trabalhou com a arrecadação existente. Entretanto, quero chamar atenção para alguns aspectos que creio que melhorariam muito a



Previdência nacional. Primeiro, por que a dívida com a Previdência do empresariado prescreve em 5 anos?

Um trabalhador, mesmo quando registrado em carteira, não tem nenhuma garantia de que, mesmo sendo descontado de seu salário, aquilo está sendo depositado para a Previdência Social. É uma das poucas coisas que resultam em cadeia, mas ninguém está organizado suficientemente para fiscalizar isso, a não ser Estado brasileiro. O pior é que, quando o trabalhador vai pedir a contagem de tempo, ele vai descobrir que não depositaram. O seu patrão foi depositário infiel. Mas quem paga o preço do crime do empresário é o trabalhador, que não consegue contar seu tempo de contribuição.

Há outro tema aqui. De fato, nós temos falado que a desoneração da folha é uma contradição, ainda que nós tenhamos ressaltado que parte dos valores da desoneração da folha tenham retornado à Previdência, não integralmente, mas uma parte significativa tem voltado. O problema é que, no conjunto da economia, há várias desonerações.

Mas, além disso, vamos pegar os devedores inscritos na dívida ativa da União. Aqui veio uma representante da Procuradoria da Fazenda Nacional, e ela afirmou textualmente que, pelo menos, 1 trilhão desses valores são recuperáveis. Ela disse que, pelo menos, a metade está naquela condição de boa ou razoável possibilidade arrecadatória. Alguém pode argumentar: *“Bom, mas isso não resolve definitivamente o problema”*. É verdade, mas, pelo menos, isso nos daria tempo, porque a nossa convicção é de que o Governo está tocando essa proposta com muita pressa.

E o que nos incomoda na pressa também, além do conteúdo? É que isso impossibilita de se fazer o debate pleno como gostaríamos. Quando se fala, por exemplo, de microdados — e fui eu que perguntei para que serviriam os microdados aqui numa audiência —, é para exatamente isolar determinadas populações. Então, pode ser, por exemplo, o trabalhador rural no Centro-Oeste ou o trabalhador rural no Nordeste. Quais são as diferenças de públicos? Isso repercutiria num debate que está posto, que é ter ou não idade mínima, qual seria ela, para que grupo e onde.

Pois bem, temos outro problema. Vou repetir *ad nauseam* o que eu tenho falado aqui. Existe uma parte do empresariado que tem, como eu diria, o



pressuposto de que dívida velha com o Estado não se paga e com dívida nova se trabalha para envelhecê-la.

O maior exemplo são os recursos administrativos que tramitam o tempo que tiverem que tramitar e, depois, o Estado brasileiro permite que eles se socorram no Poder Judiciário. E aí é outra complicação de várias naturezas. Tanto no administrativo quanto no Judiciário, o poder do capital é forte. E eles não são obrigados a depositar.

Para que ninguém imagine que esse é um argumento de ocasião, um dos primeiros projetos que apresentei, quando aqui cheguei, foi exatamente para que os empresários que quisessem recorrer ao Judiciário, tendo perdido no administrativo, deveriam depositar o valor, para que o Estado passasse a utilizá-lo. E, caso ganhassem, da mesma maneira que eles fazem, o Estado também poderia parcelar até perder de vista no Judiciário. O Estado também poderia negociar.

Eu vou dar outro exemplo, o do CARF. O CARF esteve envolvido em caudalosos escândalos, bilionários escândalos. Houve mudanças produzidas pela Receita Federal. Na CPI do CARF, vários dos representantes disseram: *“Agora melhorou, agora nós mudamos”*. Aí, eu fiz a seguinte pergunta: *“Os senhores assassinarão a partir de agora, com o seu nome próprio, as decisões do CARF, depois dessa constatação de que melhorou? Portanto, estaria seguro para cada um dos senhores colocarem o nome?”* Nenhum deles topou. Pelo óbvio, aquilo foi uma discreta maldade para dizer que as mudanças não foram suficientes.

E eu, até mudar de opinião, sou contra a existência do CARF. Não é possível haver a penalidade e depois o próprio Estado, que penalizou — e creio que todo mundo cumpra bem a sua tarefa com base na lei — falar: *“Olhe, não é bem assim, vamos rever a penalidade”*.

Pois bem, entre as injustiças na sociedade brasileira, nós temos a tributação, que talvez seja maior, que é tributação indireta. Pelo menos 50%, aproximadamente, da arrecadação do Estado brasileiro são tributos indiretos. E, desses, quem mais paga proporcionalmente são os mais pobres.

Quando se fala, portanto, de tributos, nós temos que trabalhar, e eu estou tentando trabalhar para melhorar a arrecadação do Estado brasileiro e, por consequência, também da Seguridade Social.



Quando falamos da seguridade, não é um raio que surge em um dia ensolarado. Ontem, o Prof. Marcio Pochmann fez uma evolução histórica daquilo que começou em 1601, na Inglaterra, e foi fazendo uma comparação internacional. No Brasil, resultou na seguridade, não foi algo criado abstratamente.

A Deputada Jandira já observou, e o senhor anotou, e eu percebi isso, aquilo em que não se cumpre a Constituição. E foi aqui argumentado por representantes do Governo que o Congresso Nacional é cúmplice. Pois bem, se o Congresso Nacional é cúmplice, ao aprovar vários e sucessivos orçamentos a partir de 1989, sem cumprir a Constituição, então, está na hora de mudar, porque senão vira uma contabilidade fictícia, que é o que acontece. É tão fictícia que as previsões de quanto mais tempo passa, 1 ano, 2 anos, 3 anos, nem o Governo, nem o Ministério do Planejamento consegue acertar previsão de 3 ou 4 anos.

A Profa. Denise Gentil, assim como ontem o Prof. Marcio Pochmann, disse: *“Se pegarmos o Focus do começo do ano e do final do ano não há acerto. Como nós vamos acertar uma previsão para 2060?”*

Quero dizer a esse propósito, e o senhor é um homem experiente, que o mercado de trabalho já é outro. Daqui para frente, nós não sabemos como ele vai evoluir. Portanto, pensar a reforma da Previdência para o séc. XXI com os olhos voltados para o mercado de trabalho precedente não me parece que vá dar certo.

O senhor falou da taxa de reposição, que, no Brasil, é de 76% e que, na Europa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Conclua, Deputado, pois já passou o tempo, e o Deputado Pepe Vargas pediu para que eu fosse extremamente rigoroso para assegurar o tempo dele posterior.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. E que a taxa de reposição na Europa é de 56%. Mas, veja, no Regime Geral, 66% ganham um salário mínimo, Portanto, isso quase garante uma taxa de reposição de um valor muito baixo.

Mas eu encerro, porque meu tempo terminou. E quero apenas reiterar que, no caso do benefício de prestação continuada, está desvinculado do salário mínimo, e o senhor afirmou que estaria vinculado.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pensei que V.Exa. me responderia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu ainda não tive acesso. Não sei se V.Exa. já teve acesso. Eu não tive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos, então, dar prosseguimento. Retomando a... Por favor, vamos prosseguir, o tempo já avança.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, passe-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Por favor, vamos dar prosseguimento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Mas, só para constar, seu partido tem um parcelamento igual ao da minha empresa. Só para constar, o seu partido, o PT, tem um parcelamento exatamente igual ao da minha empresa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quando eu fui Presidente do PT não tinha.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O PT é o PT...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Certos temas eu respondo pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Bem, com a palavra agora retomando a lista de inscrições, o Deputado Julio Lopes, que soma os 10 minutos da Liderança do bloco liderado pelo PP, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Sr. Ministro, o Dr. Marcelo, o Relator e a todos, enfim.

Quero comentar aqui que, certamente, a Deputada Jandira e a Oposição se esqueceram disso, mas a Presidente Dilma, na Medida Provisória nº 664, de 2014, alterou, sim, as regras de pensão por morte e auxílio-doença. E ela foi amplamente divulgada e trabalhada na reforma proposta pela Presidente Dilma. Certamente, houve um esquecimento da Deputada Jandira e do grupo de Oposição. Inclusive, o Presidente Lula também anteriormente tentou reformar a Previdência, o que ora estamos tentando fazer aqui.

Gostaria de consultar o Sr. Ministro, e já fiz isso ao Dr. Marcelo em outras vezes. Uma das maiores preocupações que eu tenho é com relação à informalidade no Brasil. Nós temos 16,5% da economia na informalidade, e isso é um tamanho



absurdo. Nós temos 46% dos trabalhadores brasileiros trabalhando na informalidade.

Em que medida, Ministro e Dr. Marcelo, nós poderíamos, com essa reforma, avançar um pouco na formalização do Brasil? O déficit previsto em virtude de a Previdência não alcançar esses 46% de trabalhadores é algo em torno de 286 bilhões, o que seria suficiente para pagar o déficit da Previdência. Nós sabemos da dificuldade de alcançar esse nível de informalidade que nós temos e, obviamente, do empenho do Governo. Eu o parabenizo por todo esforço que fez e pelo teto de gastos.

E acredito que todos nós que votamos pelo *impeachment* votamos na agenda do ajuste, votamos na agenda da responsabilidade. E essa agenda tem uma tríade da qual a reforma da Previdência faz parte, com reforma trabalhista e com reforma tributária.

E, por isso, volto a consultar o Ministro e o Dr. Marcelo. Será que nós não teríamos capacidade de ter um imposto capaz de alcançar, de forma mais eficiente, toda essa imensa maioria de brasileiros que não contribui para Previdência e que um dia virá para o BPC? Certamente, todos os trabalhadores que hoje estão nessa informalidade total, em algum dia, terão que vir para se socorrer do BPC, e eles não têm contribuição. Nem nessa reforma nós estamos conseguindo alcançá-los.

E, ao mesmo tempo, Ministro, melhor do que eu o senhor sabe que nós temos um custo de impostos sobre o posto de trabalho no Brasil que é um dos maiores do mundo. Nós temos um custo direto, só para a Previdência, da ordem de 28% de tudo aquilo que é gerado para o trabalhador, para tributar somente a Previdência na contribuição patronal e na contribuição do empregado. Será que não seria razoável haver um imposto que alargasse a base tributária para desonerar o posto de trabalho? Nós não teríamos como fazer algo tipo a CPMF ou um imposto sobre transações financeiras?

O senhor mesmo tem dito que a bancarização no Brasil tem avançado. E, como tem avançado a bancarização, seria uma forma mais eficiente de nós alcançarmos essa base que está fora da tributação e que um dia virá para Previdência, sem dúvida, se servir do BPC, novamente, como estou colocando.



Eu acho que esse é um tema importantíssimo: nós continuamos com 13 milhões de desempregados, mas mais importante do que 13 milhões de desempregados é 46% da força trabalhadora brasileira fora do mercado formal. Precisamos desonerar o custo do posto de trabalho e fazer com que essa reforma alcance também essa grande maioria de brasileiro que está na informalidade.

Eu não vou usar o meu tempo todo, só vou registrar que essa reforma é absolutamente fundamental. Temos cometido alguns equívocos na forma de comunicá-la. Eu penso que nós deveríamos fazer um contrato de adesão. Tenho dito ao Dr. Marcelo que essa reforma certamente não será suficiente, e nós vamos ter que fazê-la novamente. Daqui a 6 ou 8 anos, e talvez não sejamos nós, mas aqueles que nos substituírem aqui no Congresso Nacional, nós teremos que novamente enfrentar o tema da reforma da Previdência, porque, como o senhor muito bem colocou, essa reforma ajusta um pouco o déficit, mas não muda a trajetória do crescimento ao longo do tempo do custo da Previdência no Brasil. Será necessário que aqueles que venham depois de nós enfrentem novamente esse tema com mais profundidade.

O que vejo é que, ao fazermos essa reforma agora, vamos minorar o esforço da sociedade brasileira, que terá que passar por algo muito parecido como a Grécia, se nós não tomarmos essas providências que ora estão em nossas mãos aqui, Deputado Thiago, Deputado Perondi. Se nós não fizermos exatamente agora o que estamos fazendo nessa difícil discussão, nós teremos que, num futuro muito breve, cortar benefícios da ordem de 30%, como fizeram países novamente como a Espanha, no pacto que fez para poder reordenar o seu sistema previdenciário.

Essa é uma questão importante e também o é tratamento dos Estados. Eu sou do Rio de Janeiro, que está completamente falido pela questão previdenciária. Obviamente, há a questão do suborno, obviamente há a questão, enfim, de toda a anomalia que aconteceu no Estado, mas a verdade é que o Rio tem 200 mil funcionários ativos para pagar 400 mil inativos; o Rio tem uma professora entrando no sistema para 24 professoras se aposentando; o Rio tem um coronel na ativa para cada 60 coronéis inativos. Então, essa é a realidade do Brasil que temos que enfrentar.



Nós temos que nos defrontar com esse problema, enfrentar o desgaste, Deputado Perondi, e mostrar para o Brasil que, se nós não a fizemos agora, essa reforma será muito mais dolorosa daqui a algum tempo e certamente custará muito mais caro à sociedade brasileira. E, ao a empreendermos agora, nós vamos minorar o problema, vamos melhorar as contas nacionais e ter finalmente uma perspectiva de crescimento na área da infraestrutura, do emprego e do desenvolvimento. O que o Brasil mais precisa é de prosperidade, e a prosperidade só virá na medida em que nós possamos ajustar as contas nacionais, que nós façamos, com responsabilidade, a implementação das medidas que aqui discutimos.

Penso que a oposição e alguns Deputados bastante criteriosos não fazem correlação entre receita e despesa. Isso é uma coisa inacreditável. Como nós podemos continuar gastando nessa irresponsabilidade sem vermos no retrovisor tão claramente o desastre econômico que vivenciamos nesse passado tão recente que foi, como o Ministro disse aqui, a maior crise da economia brasileira, Deputado Marun, desde 1930, decorrida exatamente depois da administração da Presidente Dilma Rousseff?

Então, Dr. Marcelo, deixo aqui, mais uma vez, o meu pedido de que nós façamos uma reforma estrutural também para os Estados, de que façamos um contrato de adesão em que os Estados façam adesão a essa nova reforma, senão teremos que federalizar a Previdência. Os Estados não têm condição política nem administrativa de empreender uma reforma da Previdência. Se o Brasil continuar nesse descalabro previdenciário, nós vamos ter que federalizar a Previdência do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de todos os Estados brasileiros, e aí teremos um problema muito mais sério, teremos que cortar diretamente nas pensões e nas aposentadorias.

Portanto, deixo aqui essa indagação e os votos de que nós façamos a condução da aprovação da relatoria do nosso querido Deputado Arthur Maia.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Thiago Peixoto, que vai incorporar o tempo de Líder e dispõe, portanto, de 11 minutos.



Comunico às assessorias dos Srs. Parlamentares que, na sequência, haverá o primeiro *pit stop*, a primeira parada para as manifestações do Sr. Ministro, e retornaremos com a palavra ao Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós vamos até às 14h30min, 15 horas aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, tenho uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Ministro necessita, inclusive, ir ao banheiro. Ele vai retornar e fazer a sua explanação na sequência, conforme o combinado. O relógio está aqui, são 13h30min.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas qual é o horário de término, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Às 14h30min.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, algumas pessoas que estão na lista não poderão falar, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Se for acordado, nós podemos suspender, então, essa primeira intervenção do Ministro, para que mais pessoas se manifestem. Isso é possível.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu proponho isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pelo Ministro, está o.k. Pelos Deputados, está o.k. Então, não haverá a paralisação.

O Ministro pode ir ao banheiro? V.Exas. permitem? Já é uma grande coisa! (*Risos.*) Vamos ver pelo lado bom.

Tem a palavra o Deputado Thiago Peixoto.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Sr. Presidente, primeiro eu queria parabenizar o Ministro Henrique Meirelles pela lúcida apresentação. O Ministro foi muito claro e colocou aqui, Deputado Perondi, o que todos nós já sabemos, mas com uma clareza muito grande.

A reforma da Previdência é necessária por dois motivos muito claros. Primeiro, para que nós tenhamos um sistema previdenciário sustentável; para que, de fato, haja equilíbrio na Previdência brasileira. Como todos nós sabemos, isso não acontece só no Brasil, isso vem acontecendo mundialmente. Como diz o próprio ex-



Presidente Lula, de tempos em tempos a Previdência tem que ser reformada. Então, pela sustentabilidade de um sistema, é necessária a reforma da Previdência.

Quanto à discussão sobre o déficit, sobre o superávit, eu não tenho a menor dúvida de que existe o déficit. Isso é claro, é matemático. Apesar de não gostarem de estar utilizando aqui o tema matemático, a matemática não pode ser desprezada. Agora, independente disso, ninguém tem como questionar a trajetória desse gasto. Ela é de total ascensão. Então, além de ser deficitário, ele tem uma trajetória muito forte, ascendente, complicando, Relator, as contas públicas do nosso País.

Outro ponto fundamental da reforma da Previdência é que ela é pedra fundamental para a nossa recuperação econômica, para que tenhamos, de fato, equilíbrio fiscal. E a verdade é teimosa, não adianta disfarçar. O responsável por colocar o Brasil na crise econômica, na maior crise econômica do último século, foi, sim, o Governo anterior; foi, sim, o Governo da Presidente Dilma. A verdade é teimosa, como disse.

São muitos os exemplos: desonerações desenfreadas que foram feitas — parablenho o Ministro pela notícia de ontem sobre o corte dessas desonerações, que vão gerar mais equilíbrio fiscal —; uma invenção maluca de uma nova matriz econômica que não teve o menor sentido e deu tudo errado; desequilíbrio fiscal, que foi combatido recentemente, além da reforma, com a PEC do teto dos gastos, que limita; desequilíbrio inflacionário — os resultados começam a aparecer; agora a inflação volta ao controle —; e o maior de todos os problemas: os 12 milhões, quase 13 milhões de desempregados gerados pela má condução econômica do Governo anterior, que também agora mostra uma tímida, mas positiva recuperação.

E há outra coisa: ao não se fazer a reforma da Previdência, além de não gerar a sua sustentabilidade, além de colocar o País em desequilíbrio fiscal, além de nos colocar, de fato, num penhasco econômico muito forte, condenam-se as gerações atuais, as gerações mais novas, porque elas serão penalizadas de uma forma brutal. E isto não é correto, não é justo: condenarmos os jovens de hoje a não se aposentarem, por não termos a coragem cívica de fazer a reforma da Previdência.

Sr. Ministro, Sr. Presidente, eu entendo que os principais opositores da reforma da Previdência são as corporações, isto é, a visão corporativista, que infelizmente é forte. E a visão corporativista quer proteger uma coisa só, não se



preocupa com os mais humildes, com os mais pobres, mas, sim, com privilégios. Quem é contra a reforma da Previdência é a favor, sim, dos privilégios produzidos pelo modelo de Previdência de hoje, e isso não pode ser aceito.

Como eu disse, de certa forma, a reforma preserva, beneficia a população mais humilde e corta privilégios daqueles que querem se aposentar cedo, de maneira completamente incompatível com o nível médio de renda da população brasileira. Há um exemplo claro disso. A luta dessas corporações fica clara em uma liminar concedida por um juiz substituto do Distrito Federal. Essa liminar proíbe o Governo Federal de apresentar as contas da Previdência.

E quem entrou com essa ação na Justiça? O sindicato dos funcionários da própria Justiça Federal, exatamente aqueles que têm aposentadorias e pensões acima de 20 mil reais, aqueles que se aposentam com cinquenta e poucos anos. É um absurdo censurar a comunicação pública do Governo Federal, que pela Lei de Responsabilidade Fiscal é obrigado a prestar contas bimestralmente da situação das contas públicas. Todos os demonstrativos elaborados dentro das normas fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal indicam a clara existência de déficit na Previdência do setor privado e do setor público em um valor que atingirá em 2017, Ministro, a bagatela de 266 bilhões de reais.

A decisão absurda diz que se cessem imediatamente a divulgação ou a exploração de qualquer menção acerca de qualquer informação de que o sistema Previdência brasileiro amarga déficit anual bilionário. Ou seja, proíbe-se que a verdade seja dita, porque o sistema é deficitário, sim, e isso tem que ser público e transparente. Há uma censura absurda tentando calar o Governo. Enquanto isso, Relator Arthur Oliveira Maia, o sindicato dos privilegiados paga campanhas caríssimas com o dinheiro do imposto sindical, propalando mentiras sobre as contas públicas e sobre a reforma. Eles estão livres para mentir, e o Governo está obrigado a ficar calado por uma decisão judicial. Esse é o absurdo. Essa é a força do corporativismo. Essa é a força das corporações.

Eu tenho certeza absoluta de que este Congresso e esta Comissão não vão permitir que o corporativismo vença uma reforma fundamental, como a da Previdência, que ataca privilégios.



Sr. Ministro, ao concluir, eu queria cumprimentá-lo pela coragem cívica de defender a reforma da Previdência ao lado do Presidente Michel Temer e de toda uma equipe econômica. Saiba que o Congresso tem, sim, responsabilidade com o Brasil. Nós não vamos nos pautar aqui pelo populismo. Se alguns vão fazer populismo, são poucos, serão aqueles que preferem ter uma visão populista e não uma visão de um país a longo prazo, que tem que ter equilíbrio fiscal, para poder gerar emprego, crescimento e desenvolvimento.

A Previdência é fundamental para a sustentabilidade do sistema previdenciário e para a retomada do crescimento econômico do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, que dispõe de 5 minutos mais 4 minutos, totalizando 9 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Deputados e Deputadas, população brasileira que acompanha neste momento esta Comissão, na esperança de que possa haver melhora para o povo brasileiro, preliminarmente, eu gostaria de cumprimentar o Ministro pelo seu perfil e pela sua trajetória de vida, que chegou ao ápice do sucesso como executivo, sendo o primeiro brasileiro a presidir um banco americano.

Sabemos da sua vocação para o atendimento à população. Quando V.Exa. foi Presidente do Banco de Boston, em São Paulo, foi criado o Viva o Centro, a partir de uma iniciativa sua e do Banco de Boston, à época. Eu falo disso com muita satisfação, porque eu era o comandante da polícia ostensiva da região naquele momento. Hoje ainda existe o Viva o Centro, que foi uma semente plantada.

Devo dizer também que a mínima obrigação de todo aquele ente público acaba sendo destacada por ser raridade. V.Exa. foi Presidente do Banco Central por longo tempo, é Ministro e sobre V.Exa. não paira qualquer tipo de acusação, no entanto lamentavelmente na política acabam sendo uma regra as acusações. Hoje, temos nove Ministros acusados, que ainda não foram denunciados. O Presidente pode ser cassado na semana que vem pelo TSE, com recursos e etc. Mais de 50 Parlamentares desta Casa foram atingidos até então — é simplesmente uma questão de avançar nas investigações —; no Senado, de outra feita. Então, deve ser



muito difícil para quem tem realmente perfil técnico, reputação verdadeiramente ilibada e as conquistas que teve com trabalho, tentar sustentar para o Governo o insustentável.

Eu vi que o senhor é um idealista. O valor do senhor dentro do mercado empresarial e bancário... Qualquer corporação no mundo pagaria dezenas de vezes o que o senhor recebe como Ministro para tê-lo em seu conselho, entretanto, o senhor recebe só o salário de Ministro — eu pesquisei isso —, de 30 mil reais, que, com os descontos, é muito menos, o que demonstra altruísmo.

Isso é diferente das coisas que eu disse ao Sr. Marcelo Caetano, que recebe 33 mil reais mais 10 mil como conselheiro da BRASILPREV. O Conselho de Ética da Previdência está recomendando a ele sair, dizendo que, se não for ilegal, é imoral quem está conduzindo o processo, quem encabeça o projeto e nos diz que nós precisamos ter uma Previdência equilibrada, ter os interesses pagos por um sistema de previdência privado.

Também diferentemente, o Ministro do Planejamento Dyogo Oliveira, Ministro igual ao senhor, recebe 68 mil reais por mês, mais do que o dobro do que o senhor recebe. Ele recebe jetons do BNDES, do SENAC. O senhor não recebe jetom de ninguém. Nesse aspecto, nós temos que respeitá-lo muito.

Mas nós divergimos até nos dados. Primeiro, quero dizer a V.Exa. que nós precisamos equilibrar o País, sim. Corremos o risco de ter de federalizar a Previdência do Rio de Janeiro.

Quem quebrou o Rio de Janeiro não foram os PMs aposentados, não. Quem quebrou o Rio de Janeiro foram ladrões e mais ladrões, está o Cabral na cadeia. Foram fazer a Linha 4 do metrô. A previsão de gastos era de 800 milhões de reais e terminou em 9 bilhões e 600 milhões de reais. Isso está sendo investigado pela Polícia Federal. Vai para a cadeia quem fez isso. Não foi soldado da PM, não foi coronel da PM que quebrou o Rio de Janeiro, não. Isso precisa ficar muito bem claro.

Eu vejo aqui grandes idealistas que estão totalmente afundados nesse processo e vêm aqui falar. Nós precisamos consertar o País, sim, e vamos consertá-lo. O Moro hoje condenou o Cunha a 15 anos e 4 meses de cadeia em um único processo, o primeiro. O Brasil está mudando, sim.



Eu quero dizer ao senhor agora, entrando em dados, que eu divirjo...

Antes de tudo, reitero manifestações que foram feitas à ANFIP, que tem 67 anos de existência e vem dando uma grande colaboração a governos e mais governos no Brasil com informações técnicas — não são chutes — que vão mostrando claramente onde estão as incongruências nas manifestações governamentais ou nos dados.

Os senhores apresentaram o projeto da LDO em março de 2016, e V.Exa. assinou isso, que está prevendo um déficit. V.Exa. falou do Regime Próprio de Previdência de 68 bilhões, 801 milhões. V.Exa. assina, em dezembro, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Governo Federal. Está assinado aqui por V.Exa. Michel Temer é o primeiro que assina, depois o senhor e depois Eduardo Guardia e Ana Paula, dando conta de que o déficit do Regime Próprio foi de 39 bilhões, 962 milhões, ou seja, 41,91% a menos do que o senhor projetou. Os senhores assinaram em março e estão dizendo: *“Nós erramos em 41% em dezembro”*. É o mesmo documento. Acho que isso interessa ao Sr. Relator.

Eu tenho certeza de que V.Exa...

Está aqui, está assinado. Eu vou passar para V.Exa.

Quando os senhores fazem a projeção também... Desses anexos nós temos ido atrás, falando nos microdados, nos microcálculos. Não chegou nada disso. Mas nós temos que ter isso. Disseram que custavam 500 mil reais. Quinhentos mil reais seriam nada para o País se o dado tivesse substância para embasar o projeto que V.Exas. estão apresentando.

Quando nós pegamos essa tabela de projeção do déficit do Regime Próprio da Previdência e do Regime Geral — eu vou passá-la para o Relator, para todos os Deputados, para a mídia —, vemos que, em 2028, os senhores fazem a projeção do Regime Próprio de Previdência de que o débito vai ser de 131 bilhões de reais, dizendo que o percentual sobre o PIB projetado é de 1,28%. Com o mesmo PIB, o mesmo de 2026, os senhores dizem que o déficit projetado para o Regime Geral vai ser de 529 bilhões, ou seja, 4,15% do PIB.

Eu gostaria de perguntar a V.Exa. ou à sua assessoria qual é o PIB desse ano que está valendo? Basta fazer a regra de três para ver, sobre o percentual, qual é o PIB. Em 2026 os senhores estão dizendo que o PIB projetado é de 10 trilhões,



264 bilhões. Quando se fala no mesmo percentual com o mesmo PIB, esse valor vai para 12 trilhões, 926 bilhões, de tal forma que se chega a 2060, nesse PIB projetado — os senhores não conseguem dizer qual é o PIB do próximo trimestre, mas projetam para 2060 —, com um déficit do Regime Próprio de Previdência de 227 bilhões, com um percentual sobre o PIB de 0,68%, o que daria um PIB de 33 bilhões. Entretanto, os senhores projetam, com o mesmo percentual de PIB, o mesmo PIB, pois não há dois PIBs num ano, com 11 trilhões, 333 bilhões de reais, mas com o percentual de 11,87% de déficit no Regime Geral, o que daria 92 trilhões.

Quero saber qual PIB os senhores estão apresentando, se um está errado e outro está certo ou os dois estão errados.

Por isso nós estamos afirmando que não há substância técnica, hoje, para fundamentar a PEC 287.

Eu vou passar isso para todos. Está aqui a regra de três, simplesmente. Isso foi feito pela ANFIP e feito pelo Ministério Público de São Paulo. Não se trata de corporativismo, não estamos aqui defendendo nada. Trata-se, simplesmente, da fundamentação a partir dos argumentos que os senhores mesmos estão apresentando. Hoje eles não embasam, não dão substância.

Esse projeto não vai passar nas Comissões, quanto menos no Plenário, com 308 votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos ter um intervalo de cerca de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quem é o próximo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O próximo inscrito é o Deputado Marcus Pestana. Na sequência, o próximo é o Deputado Lelo Coimbra. Então, falará um Líder, que será o Deputado Darcísio Perondi, pelo Governo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pelo Governo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, pelo Governo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pelo PMDB ou pelo Governo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Aqui ele está inscrito para falar pelo Governo.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas existe isso? Onde está o Líder do Governo? Ele não é o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas ele tem delegação. V.Exa. também fala pela Liderança.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas falar pela Liderança do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele tem delegação assim como V.Exa., que, em alguns momentos, fala como Líder do PSOL, sem o ser. V.Exa. fala pela nobre delegação do seu colega que exerce a Liderança.

Deputado Mauro Pereira, eu acho que V.Exa. só fala na próxima audiência pública.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é a minha posição na lista, Sr. Presidente? Aproveite que estamos com tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, o som do microfone está liberado, é só apertar o botão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria só que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. estava apontando para cá, então, eu pensei que queria tomar um tereré.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu também quero, porque estou com fome. V.Exa. pode informar a sequência de inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A sequência é: Deputados Marcus Pestana, Lelo Coimbra...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputados Darcísio Perondi, pelo Governo; Heitor Schuch; Pepe Vargas; como nono Líder, pelo PSDB, Marcus Pestana, que já terá falado; como décimo Líder, pelo PMDB, está o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas vai estar e já terá falado. Na sequência, é o Deputado Julio Lopes, pelo PP, que já falou. Depois falará pelo PSOL o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Espero poder falar, Sr. Presidente. Agregado meu tempo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Folgo em saber que provavelmente V.Exa. vai ter tempo de falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu voltei a ser Líder só para falar aqui hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. não precisa voltar a ser Líder, é só pegar a delegação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu peguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por sinal, essa delegação já se encontra aqui, demonstrando a eficiência do seu partido. Positivo?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Positivo e operante, Sr. Presidente.
(*Pausa prolongada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos dar sequência. O próximo orador é o Deputado Marcus Pestana, que dispõe de 5 minutos e acumula o tempo de Líder pelo PSDB, por mais 7 minutos, ao todo são 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Cumprimento o Sr. Presidente Carlos Marun, o Sr. Relator Arthur Oliveira Maia, o Ministro Henrique Meirelles e o Secretário Marcelo Caetano.

Ministro, em primeiro lugar, obrigado pela sua presença, que tenta jogar luzes sobre este debate que tem dimensão estratégica para o futuro do País. É evidente que se instalou uma luta política e que há um descolamento do debate da realidade objetiva. Às vezes, os números são desprezados.

Eu queria que, ao fim da sua exposição, o senhor fortalecesse essa impressão que deixou muito bem registrada: a de que esta não é uma questão de governo, é uma questão de Estado, é uma questão que impacta no médio e longo prazo em termos de desenvolvimento sustentável do Brasil. O Governo Temer tem apenas mais 1 ano e 9 meses e não colherá os frutos, os impactos dessa reforma.

Às vezes, nesta Comissão, fora de um ambiente de objetividade e de serenidade recomendável, transparece-se que o orçamento público é um saco sem fundo, e não uma escolha de alternativas de aplicação de recursos delimitados e escassos. Se há déficit na Previdência, há déficit na saúde. Eu fui, por 8 anos, Secretário de Saúde em Minas Gerais. De acordo com as projeções, para termos um SUS constitucional, precisaríamos quintuplicar o investimento agregado dos três



entes federados. Há déficit no saneamento — cobertura do esgoto, coleta de lixo. Há investimentos necessários em outras áreas. O Plano Nacional de Educação — PNE projeta um gasto futuro de 10% do PIB.

Eu queria que o senhor fortalecesse a leitura do que acontecerá num prazo curto de 7 anos. O Presidente Michel Temer, numa fala recente, disse que, daqui a 7 anos — portanto, num horizonte do próximo Governo —, o Estado coletará impostos simplesmente para pagar benefícios previdenciários e a folha de pagamento. São escolhas. Está embutido, na concepção do sistema previdenciário, é evidente, na nossa Constituição, um sistema de repartição que não se sustenta só com as contribuições. Isso está subjacente na concepção do nosso generoso sistema. Mas isso é sustentável?

Eu gostaria que o senhor aprofundasse esta perspectiva: se nada for feito, o que ocorrerá com as demais áreas — infraestrutura, moradia, saneamento, educação, saúde — se fizermos a opção de expandirmos, em escala explosiva, as despesas previdenciárias? Afinal, dos gastos operacionais, os gastos previdenciários, de forma agregada, já consomem 13,1% do PIB, e, no caso do Governo Federal, 54% do gasto primário, tendendo a 80%. Ou seja, isso vai comprimir os outros gastos.

Eu queria que o senhor fortalecesse a percepção sobre qual será o nosso futuro em curtíssimo e médio prazo, se nada ocorrer, porque, de vez em quando, fica ininteligível o debate aqui, fica parecendo que temos possibilidades ilimitadas. Vamos destinar 10% do PIB para a educação e vamos gastar 20% com previdência, numa sociedade que tem um déficit nominal de 10% e uma carga tributária já elevada, com intolerância ao aumento de impostos.

Em segundo lugar, é preciso aprofundar esta discussão: se é necessária ou não a reforma. Isso diz respeito às duas precondições a que um sistema previdenciário tem que atender: ele tem que ser justo e sustentável. Parece-me bisonha essa discussão do déficit ou não déficit. Infelizmente, a ANFIP prestou um desserviço, porque, no enfoque constitucional orçamentário da seguridade, há uma manipulação grosseira na receita, na despesa e no ano de apropriação — não se fala em 2016. Até com a metodologia da ANFIP, em 2016 haveria déficit, e aí se agrega a DRU e não se agrega o gasto com o Regime Próprio.



Do ponto de vista da seguridade, há déficit. E se há déficit, ele tem que ser financiado. Não são os contribuintes de Marte, é a sociedade brasileira que tem que bancar qualquer decisão de subsídio. Se for para o fluxo de caixa, para o conceito financeiro, piora um pouco. É visível! Os dados são públicos. As pessoas mascaram isso por conta da luta política, mas os números da contabilidade, que são transparentes, estão aí.

Então, há déficit do ponto de vista financeiro, e muito pior no conceito atuarial, porque, se há um grave déficit financeiro em todos os regimes, nós temos que perguntar: a dinâmica demográfica corrige ou piora o cenário?

Há estudos do TCU, há estudos de especialistas do Governo Federal, que também são servidores filiados ao Regime Próprio do Serviço Público Federal. Aí se questionam as projeções, se questiona a consistência técnica, mas o TCU já deu projeções que são insustentáveis.

Portanto, eu queria que o senhor fortalecesse os dados sobre essa leitura da situação deficitária. E aí a outra perna do sistema é saber se é justo. Passou quase despercebida uma planilha que o senhor projetou, em que se pergunta: é sustentável? Parece que não. É justo? O senhor tratou do benefício médio por Poder no Regime Geral — vou lembrar, porque passou despercebido e não está sendo discutido — para ver se há equidade social: Legislativo, 28.593 reais a média salarial das aposentadorias; Judiciário, 22.245 reais; Ministério Público, 18.137 reais; Poder Executivo, 7.620 reais; e trabalhadores da iniciativa privada filiados ao Regime Geral, 1.800 reais. Isso é justiça social? Isso é equidade? Ou esse é um desafio a ser enfrentado? E ter um sistema para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Se eu lhe der 20 segundos para repetir esses dados, o senhor os repete? É que eu estava pensando em outra coisa e não o acompanhei, mas gostaria de ter essa informação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Este é o benefício, a aposentadoria média no plano federal: 28.593 reais no Legislativo, 22.245 reais no Judiciário, 18.137 reais no Ministério Público, 7.620 reais no Executivo, que é o primo pobre da máquina pública, e aí vamos para a iniciativa privada, no Regime Geral, com uma aposentadoria média em torno de 1.800 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Oitenta por cento estão na faixa de até 3 salários mínimos. Então, se o sistema não é sustentável e não é justo, há que se mudá-lo. É preciso uma reforma.

Eu tenho me esforçado, mas estou afastado da sala de aula há muito tempo. Sou economista, mas de vez em quando esqueço que ainda o sou. Em terceiro lugar, Ministro, com a sua experiência, e com muito mais propriedade, peço ao senhor que nos ilumine aqui sobre a questão dos juros da dívida.

Ontem foi proposto aqui algo original, na macroeconomia de botequim: que se extinguisse o COPOM, se cancelasse a política monetária e se trouxesse a despesa de juros para o Orçamento. Foi proposto aqui, como se fosse uma questão, que pudéssemos arbitrar a despesa de juros no Orçamento. Assim, não precisaríamos de COPOM e não haveria política monetária.

Eu tenho procurado esclarecer, Ministro, que juro é consequência. A relação do déficit fiscal, do desequilíbrio fiscal com a política monetária, com juros, é de causa e consequência, e não o inverso. É por termos o déficit, o desequilíbrio fiscal que nós temos juros elevados. Isso acontece porque se tem uma noção voluntarista — e o próprio Governo Dilma fez uma experiência voluntarista, e teve que voltar atrás, de queda da taxa de juros —, como se a reforma da Previdência, a política monetária fosse sadomasoquista; como se o Presidente do Banco Central, o Presidente da República pensassem em fazer maldades, a partir de uma subjetividade perversa.

Eu queria que o senhor esclarecesse qual é essa relação. Aqui se mistura tudo: rolagem, amortização e despesa de juros. Então, que o senhor esclarecesse esses conceitos, e como é o inverso: ao fazermos o ajuste é que teremos queda, como estamos tendo queda real da taxa de juros, e algum espaço fiscal para melhorar os investimentos e as políticas sociais.

Por último, queria que o senhor desse uma palavrinha sobre Estados e Municípios. O Presidente da República, atendendo ao princípio da autonomia federativa, optou por deixar a cargo de Prefeitos e Governadores a reforma. Queria que o senhor também esclarecesse como está sendo pensado esse tratamento.

Claro que o Relator e todos nós teremos que fazer alguns ajustes, sem desfigurar, sem desidratar o impacto fiscal necessário da reforma. Precisamos ter



sensibilidade social e humana. Mas, na verdade, quem defende a juventude, quem defende o trabalhador, quem defende o pensionista e o aposentado, quem defende os beneficiários do sistema previdenciário, principalmente o horizonte previdenciário das futuras gerações, não é quem está fazendo luta política com retórica populista e demagógica; é quem está reconhecendo os gargalos que temos, gravíssimos, e está tratando de erguer um sistema que seja justo e sustentável.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Depois de ouvir o Prof. Marcus Pestana, passo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra. (*Pausa.*) Ausente.

Passo a palavra, na sequência, ao Deputado Heitor Schuch.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Muito obrigado, Presidente Marun, a quem saúdo; colegas Deputados, Sr. Ministro, em minha manifestação inicial cumprimento os colegas Parlamentares pela abordagem ampla que fazem das mais diversas categorias. Mas eu, que sou agricultor de profissão, ligado à agricultura familiar, vou ater a minha fala aqui à questão dos trabalhadores rurais.

Segundo o IPEA, 80% dos trabalhadores rurais brasileiros começam a trabalhar com 14 anos de idade. Para chegarem aos 65 anos, como diz a proposta, teriam trabalhado, de forma ininterrupta — sábados, domingos, feriados, Natais, anos-novos —, durante 51 anos, em uma atividade diária, de sol a sol, às vezes sob chuva, sob geada lá no Sul do Brasil, e com muito esforço físico.

Essa proposta de mudança, na nossa leitura e na de muitos outros, caminha no sentido de que o jovem vai ficar totalmente desestimulado a permanecer na atividade rural. Estudos indicam uma redução do êxodo com a inclusão da categoria na Previdência ocorrida na década de 90, depois da Constituição de 1988, até porque leite não dá em supermercado; é preciso que alguém esteja, diuturnamente, cuidando do terneiro, da novilha, da vaca. O campo precisa de gente para que eu, o Sr. Ministro, os colegas Deputados e todos os brasileiros possam ter o seu alimento.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o último que temos, em 49% dos estabelecimentos rurais brasileiros, o valor médio da renda monetária é de 255 reais. Se for aplicada, por exemplo, a menor alíquota de contribuição previdenciária individualizada, para que o segurado especial possa contribuir com 5% do salário



mínimo, conforme se fala, segundo o MEI, nós vamos ter o agricultor, durante 1 ano, contribuindo com mais de 560 reais. Mas ele, a esposa dele e normalmente um filho ou dois estão na atividade. E essa contribuição anual passaria a ser de 2.240 reais.

A pergunta que se impõe aqui, Ministro, é: de onde esses agricultores vão tirar esse dinheiro no ano em que não chove, em que não há safra? Isso, no Sul do Brasil. E como é que ficam os agricultores do Nordeste, onde, às vezes, ficam 2 ou 3 anos sem chuva? Vão todos para a LOAS? Vão todos para fora da Previdência e entrarão na assistência social?

Diante disso, eu queria fazer mais duas perguntas.

Antes, porém, trouxe um processo de aposentadoria de uma mulher trabalhadora rural do Município de Vera Cruz, no interior do Rio Grande do Sul, que, semana passada, no dia 24, às 9h20min, requereu o benefício de aposentadoria. Aqui se diz que agricultor não contribui e aqui se diz que quem quebra a Previdência são os rurais, e que o processo de aposentadoria é muito simples e fácil.

Pois eu quero dizer que essa senhora teve que apresentar carteira de identidade; cadastro do CPF; certidão de casamento; comprovante de residência; declaração de responsabilidade constitucional e penal, prevista nas penalidades dos arts. 171 e 299 do Código Penal; assinou a mesma declaração do INSS; e, dos últimos 15 anos — de 1999, de 2000, de 2001 e, conseqüentemente, de todos os outros anos —, uma nota fiscal atestando que ela trabalhou, que ela contribuiu, que ela pagou, que ela produziu, para as mais diversas empresas, os mais diversos produtos, e que, em todos esses anos, ela recolheu 2,3% — está aqui o desconto feito na nota fiscal — para o sistema da Previdência Social.

Mas não é só isso. Tem também o Anexo XLVI, um tipo de ficha de qualificação, a declaração de exercício de atividade do segurado, com nome, endereço e uma série de informações. E, não bastasse isso, exige-se também uma certidão do registro de imóveis, atestando que essa senhora, efetivamente, mora numa propriedade rural de 15 mil metros quadrados, portanto, de 1 hectare e meio.

Está aqui, para quem quiser ver, quem quiser consultar, que ser trabalhador rural não é fácil. E, para conseguir se aposentar, para pedir o benefício, é um rosário de informações que se precisa apresentar.



Para encerrar, eu não vou falar nos 15 minutos que me concederam, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, foi erro. Desculpe-me, houve um engano na marcação. O senhor tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sem problema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eles são muito bem aproveitados, como sempre.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Eu concluo, Presidente — e agradeço a V.Exa. a gentileza —, com duas perguntas, para encerrar.

Eu queria que o Governo explicasse, ou seja, que o Ministro pudesse me explicar como se chegou ao cálculo de que os brasileiros, e os rurais, em especial, vão chegar aos 25 anos de contribuição, sabendo-se que em um ano não chove, que no outro ano tem a seca, que no outro ano ocorre uma intempérie. Há agricultores que perderam toda a produção de uva numa granizada; há aquele agricultor que perdeu o trigo bonito na lavoura, porque caiu uma geada fora de época. E, assim, há tantas e tantas outras intempéries que acontecem por este País afora.

A segunda e última pergunta é: desatrelar a pensão por morte e assistencial do salário mínimo não fere o art. 7º, incisos VII e XXX, da Constituição Federal, que garante a dignidade da pessoa humana?

São essas as duas perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao próximo inscrito, agora pelo critério de Liderança.

A Liderança do Governo estava inscrita. O Deputado Darcísio Perondi tem 10 minutos, que pode somar ao seu tempo de inscrito, totalizando 15 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, só uma informação, modestamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O PDT usou a metade do tempo. Nós temos, de Liderança, ainda um tempo. Só peço a V.Exa. que nos oriente quando nós vamos usá-lo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu, às 14h30min, vou paralisar e vou tomar alguma decisão a respeito da situação dos presentes. Certo?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. Então, vamos aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Confie! Confie!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ...porque eu quero garantir o meu espaço de Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para ter garantido, o senhor tinha que ter chegado antes, aqui, na fila.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas nós vamos ter uma deferência com V.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, eu, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Claro...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu estou aqui, Presidente, desde que abriu a reunião, desde as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está certo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Desde que chegou a hora. Desde que abriu, eu cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas nós vamos... Nós estamos sendo benevolentes.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós estamos aqui entendendo... Eu estou conversando com o Ministro. Confie na Mesa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabéns, Sr. Ministro Henrique Meirelles, pela apresentação. O senhor é uma das maiores inteligências do País, conhece e estuda a economia brasileira, teve experiência também de buscar o voto, conhece toda a economia do mundo e fez uma apresentação segura. Aliás, o senhor é uma das garantias, com a sua equipe, do Governo Michel, um governo reformista, que em menos de 10 meses



conseguiu aprovar, com o apoio de um Congresso consciente, de uma base consciente, mais de 56 projetos que auxiliam o Brasil enviados pelo Executivo ou produzidos pelos Deputados.

Por exemplo, com o pré-sal, teve a coragem de enfrentar e libertar a PETROBRAS, para que nós possamos explorar o nosso pré-sal; encaminhou a Lei das Estatais, que está botando ordem na indicação dos cargos na administração pública, o que ninguém teve coragem; fez a reforma do ensino médio, que estava parada há mais de 20 anos — há mais de 20 anos! —, e agora já é transformadora e será mais; teve ainda a coragem de encaminhar a PEC dos gastos.

É como em uma família, quando o marido perde o emprego ou a mulher e eles se desequilibram, ou mesmo em uma empresa, que precisa fazer ajustes. É preciso tirar o celular dos filhos, ou reduzir a Internet, ou vender um carro, ou uma empresa fazer uma reavaliação se perdeu o mercado. Nos últimos 3 anos, que tristeza, o Governo anterior nos jogou em uma crise econômica sem precedentes, com um salto brutal de desempregados. Então, a PEC dos gastos era importante, e o Presidente Michel teve confiança.

Na PEC dos gastos, o próprio Governo dizia — eu fui o Relator, a assessoria do senhor foi também fantástica — que esse era o primeiro passo, que o Governo cortaria a própria carne e também limitaria o gasto dos grãos, do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público, e até aqui no Parlamento todos iriam contribuir. Eu, como Relator, a maior pressão que recebi foi dos grãos do gasto público.

Sempre foi dito que a PEC dos gastos estava ligada simbioticamente ao custo maior do Governo, que era a Previdência, e passaria por uma análise da lei demográfica, que é uma questão física — física porque, nascendo menos gente, vivendo muito mais os idosos, teria que se enfrentar uma questão física —, e a fiscal também seria gerada. Então, ninguém omitiu nada à população. Isso sempre foi dito com clareza.

Aliás, sofremos pressões de toda ordem. Crianças foram envolvidas e usadas para fechar escolas, como agora estão fazendo, mentindo, mentindo, mentindo, e usando dinheiro de sindicatos públicos para financiar campanhas de desinformação.



Então, o senhor representa uma segurança para enfrentar a crise fiscal e também a reforma da Previdência, com todos os seus assessores. É uma segurança para o Brasil.

Perguntas. Eu ouvi esta semana uma professora do Rio de Janeiro dizer que nós poderíamos enfrentar a reforma pelo viés da receita da Previdência e também por um plano arrojado de economia para o Brasil, que não precisaria ser pela despesa, e sim pelas receitas. Eu achei isso um absurdo e até contestei, mas eu queria que o senhor falasse sobre isso. Seria possível nós enfrentarmos esse grave problema da receita, que de um lado é a questão demográfica, física?

Alô, Brasil! Os nossos vovós e bisavós faziam muitos filhos, e o sistema é de solidariedade. Agora, nós estamos fazendo menos filhos. Como resolver isso sem enfrentar a questão demográfica e o buraco fiscal? Os Governos dos últimos 18 anos tentaram fazer reformas; fizemos, mas não resolvemos o problema. Não o resolvemos porque não enfrentamos a questão demográfica, deixamos para agora. Também pioramos as nossas leis.

Então, esta é a primeira pergunta: é possível esse enfrentamento só pela melhora da economia?

Segunda pergunta: é usado o dinheiro da Previdência para pagar o juro da dívida? Eu acho que nós buscamos a poupança interna. Nós aumentamos a dívida bruta que aumenta o juro, etc., mas esse é um mantra em que a Oposição bate, bate. Aliás, esqueceu-se que Dilma e Lula já disseram isso em alguns momentos, e os vídeos deles estão passando no Brasil inteiro, viralizaram. A Oposição esquece.

E se não houver a poupança? E se não houver a reforma? Qual é o caminho? É aumento de tributos ou não? Ninguém quer isso. Tributo penaliza o pobre e também o empresário que gera emprego. É aumento da contribuição? Eu ouvi um número aqui que me assustou: se não se fizer a reforma, daqui a 10 anos talvez a contribuição patronal e trabalhista vá para 80%. Hoje ela está em torno de 22%. É algo dramático!

O que acontecerá se não ocorrerem as reformas na economia? A dívida bruta vai diminuir? Ela aumentou 50% no Governo da Dilma. O juro vai baixar? O juro alto penaliza todos. A inflação já está baixa. Ela vai continuar baixando como os juros ou vai aumentar?



Vou ressaltar agora alguns pontos importantes em relação à Previdência que o senhor levantou. Antes disso, eu quero aqui trazer com tristeza a decisão, emitida ontem por um juiz federal em Brasília, proibindo o Governo de falar do déficit, desmoralizando a meritocracia do Poder Executivo, que passa pelo Tribunal de Contas, que audita tudo isso. A meritocracia já apontava há anos e anos o déficit, inclusive dos Governos anteriores. Ela censura a comunicação pública para informar o déficit público. Censura!

Isso aqui reforça o que aconteceu com uma juíza no Rio Grande do Sul há 3 semanas. Atendendo a quem? Aos sindicatos públicos do Rio Grande do Sul, para proibir a propaganda do Governo. Foi para o desembargador, que está há 3 semanas sentado em cima da decisão. E agora vem a decisão dessa juíza, com a proibição.

Primeiro, isso aqui é a censura absoluta de um juiz. O Governo vai entrar... Eu acho que o Supremo ou a vara superior a essa juíza derruba rapidamente essa decisão. Não sei se é a primeira vara. A juíza deve estar na primeira vara. Isso aqui, primeiramente, é uma censura, é sonegar informação.

Mas o mais grave foi o sindicato dos trabalhadores da Justiça Federal entrar com essa liminar. Estão, volto à informação que o senhor deu: a área dos Parlamentares ou área legislativa é a que está mais comprometida; depois vem o Poder Judiciário e, em seguida, o Poder Executivo. Os beneficiados por altos salários é que entraram com o pedido. E a juíza aceitou. Ela defendeu a sua própria classe. Eu estou defendendo a reforma da Previdência e sei que ela vai afetar sim o Parlamento brasileiro — todo o Parlamento —, mas é preciso.

Mas ela não pensou nisso. Ela defendeu a incorporação, que significou, na área federal, 77 bilhões de reais no ano passado. Neste ano, se não houver a reforma, vai passar de 100 bilhões de reais. Vai se tirar do doente, da criança que precisa de vacina, do combate à febre amarela, do doente que está nas UTI, da qualidade do ensino médio, que precisa ser enfrentado — nós temos problemas no ensino médio; vai se tirar do benefício continuado, do deficiente, do agricultor que se aposenta pela LOAS.

Ela não pensou nisso. Há um movimento das corporações públicas no Brasil contra essa reforma porque elas não querem perder. Não querem perder! Esse é



mais um exemplo que mostra que essa reforma, sim, está atingindo o andar de cima, está atingindo os graúdos da previdência pública e também os que se aposentam por tempo de contribuição na área do Regime Geral. São aqueles que vão ter que trabalhar um pouco mais. Um pouco mais! A regra de transição é até generosa. Eles vão trabalhar só um pouco mais. Isso também está sendo combatido.

Esse é o exemplo vivo. Isso é doloroso. Se o Tribunal Federal, em Brasília, não derrubar isso aqui, vai também confirmar o que começou lá no Rio Grande do Sul. Esse aqui é o maior exemplo de que essa reforma está pensando no Brasil. É uma reforma de Estado que pensa em todos os brasileiros, em quem mais precisa.

Sr. Presidente, os 3 minutos que me faltam estão dentro dos 15 minutos ou dos 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estão dentro dos 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Este aqui é o exemplo mais grave de todos — o mais grave! E a campanha que está sendo feita contra os Parlamentares, com *outdoors*, é bancada pela CUT pública e financiada pelos sindicatos públicos. Aqui, nesta Mesa, inclusive, há servidores que estão apoiando a reforma da Previdência e sabem que vão se aposentar com mais idade, sabem que vão trabalhar mais; há até servidores que vão ficar fora de regra de transição. Mas eles têm consciência. E este Parlamento também vai ter.

Por isso, à medida que o Parlamento fica sabendo dessas injustiças que partem de juízes, desembargadores e sindicatos riquíssimos, os Parlamentares ficam cada vez mais enojados. Quem não sabe leva um impacto. E isso está começando a mudar. É um tiro no pé o que eles estão fazendo, e a população fica cada vez mais chocada. Eu não quero que o policial federal se aposente com 50 anos. Ele vai viver mais 35 anos, no mínimo, porque a expectativa de sobrevida dele é passar dos 84 anos. Eu não quero que um juiz faça a mesma coisa, se aposente com 50 anos. Eu não quero as aposentadorias acumuladas, que significam 200 bilhões de reais, que são contratos que o Governo assume com os pensionistas por muitos e muitos anos — homens e mulheres —, os quais precisam ser honrados. Mas, para os próximos, aposentadoria dobrada!



O Relator está estudando o assunto. Talvez escape que quem ganhe 1 salário mínimo seja dobrado. Mas se um juiz ou auditor tem a esposa que falece, ou vice-versa, a esposa ou o juiz vai receber, por no mínimo 30 a 40 anos, o dobro? Isso é o privilégio do privilégio. Repito: vai faltar para os doentes; vai faltar para a economia estimular o empresário, baixando os juros para ele investir mais, a fim de enfrentar a maior tragédia, que é o desemprego.

Essa reforma, queridos e queridas Deputadas, funcionários públicos e o brasileiro que nos estiver vendo, preserva o andar de baixo, porque a maioria aposenta-se com 1 salário mínimo, e vai preservar fortemente. Fazendo essa reforma e enfrentando os privilégios, vai haver mais dinheiro para saúde, educação, jovens. E esta é a grande decisão do Brasil: ou se pensa nos jovens, nas crianças e nos desempregados, que vão crescer se não sair a reforma, ou vai ser um caos absoluto.

E isso precisa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Mais 1 minuto, não. V.Exa. teve tempo suficiente. Concedo 30 segundos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Fazer a reforma será o fim do mundo, principalmente para os assalariados, quem mais precisa, e também para o empresariado, que precisa gerar emprego. Será o fim do mundo. E o Presidente Michel tem essa consciência muito viva. Os graúdos não têm essa consciência da previdência pública, os sindicatos também não. Não têm. O Michel tem!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Chegamos às 14h30min combinadas e ajustadas. Em conversa com o Sr. Ministro e em consideração aos membros da Comissão que estão presentes, eu pergunto se algum membro da Comissão não teve oportunidade de falar ainda, nesta audiência.
(Pausa.)

Deputado Ivan Valente, Deputado Pepe Vargas, Deputado José Mentor, Deputado Assis Carvalho e Deputado Rocha Loures.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. não é membro, mas não falou?

Vamos conceder 3 minutos a cada um. Como Líder, V.Exa. terá 3 minutos. Estou lhe concedendo exatamente por isso. Estou concedendo 3 minutos a todos e para V.Exa. Eu penso isso como uma deferência, porque, na verdade, o combinado foi que a audiência se encerraria agora e que, às 14h30min, passaríamos a palavra ao Ministro. Fiz a solicitação ao Sr. Ministro. Como S.Exa. pode permanecer, então, faço essa consideração.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, proponho um pequeno ajuste na proposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Qual seria?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, são 14h37min. Houve uma pequena interrupção completamente compreensível para o Ministro dar uma saída. V.Exa. também ficou um tempo no telefone, compreensível. Eu até lhe dizia para passar para o próximo, mas V.Exa. permaneceu no telefone. Mas não é essa a questão.

A nossa bancada se sente prejudicada no seguinte aspecto, Sr. Presidente: nós teríamos direito a uma declaração de Líder que foi partilhada entre o Deputado Arlindo Chinaglia e eu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem inscrição, não é Presidente? Eu também estou inscrito.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Qual é o ajuste que eu proponho? A nossa bancada reivindica o tempo restante da declaração de Líder, que poderia ter sido toda ocupada pelo Deputado Chinaglia e significa 1 minuto e meio a mais do que está sendo proposto, porque, senão, a nossa bancada será prejudicada. Acho que é uma questão de isonomia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, vamos em frente.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu acho que é uma questão de isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, eu vou fazer os seguinte... Cinco minutos são demais. O Ministro tem compromisso, eu também tenho.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nós estamos perdendo tempo discutindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não gosto de injustiça.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL não usou a declaração de Líder, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Três minutos. Concedemos 3 minutos ao PSOL.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O PDT também tem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem 2 minutos e meio. Eu estou lhe concedendo 3 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Nós teríamos 4 minutos e meio só de declaração de Líder fora os 5 minutos a que eu teria direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Os seus 5 minutos estão prejudicados. Nós chegamos aos 2 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, mas eu tenho inscrição. Há lista de inscrição

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas eu estou reivindicando 4 minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Todas as inscrições estão prejudicadas pelo fim do horário. Estou mantendo a possibilidade de fala, por consideração àqueles que estão presentes.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, eu reivindico o tempo restante da bancada do PT. É só o que eu estou reivindicando.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, então, eu prefiro o meu tempo de inscrição ao meu tempo de Líder, porque o tempo de Líder do PSOL é de 3 minutos e o tempo de inscrição é de 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pois é. Vamos fazer o seguinte: 4 minutos para todos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Quem não falou ainda?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu me proponho a começar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu me proponho também.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. já falou.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, é só para informar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. já falou.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, por justiça, no momento em que V.Exa. entender adequado, eu tenho em mão a degravação, e creio que tanto eu quanto o Deputado Arthur Oliveira Maia poderemos falar a respeito, agora, num outro clima. Estou preparado para isso na hora em que V.Exa. entender adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Diga. V.Exa. já leu? Então, fale.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. escolheu este momento para eu falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não há problema. Tudo bem, é porque eu já li também. Acho que teremos mais um momento de paz.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, o Deputado Arthur Oliveira Maia entendeu que eu não tinha falado o que eu lhe atribuí.

O que eu atribui a S.Exa. é que teria dito — e eu reitero e vou explicar o porquê — que a nossa prática era o que envergonhava a política nacional. Quando eu consegui falar, já tinha decorrido um tempo.

V.Exa., Deputado, usou o termo “desacreditar”. V.Exa. fez uma sequência em que analisou Lula, Dilma, a nossa eventual contradição, e aí disse que “*são essas práticas que desacreditam a política brasileira, lamentavelmente*”. Aí, eu disse que V.Exa. teria dito que nos envergonhava. Fiquei incomodado com essa diferença e fui



atrás do dicionário, porque, na minha cabeça, era a mesma coisa. Depois, se V.Exa. quiser, eu lhe mostro que eu achei no dicionário — tenho pelo menos duas testemunhas — que são sinônimos.

O que é útil e que eu gostaria de dizer a V.Exa. é que, quando se generaliza e se diz “Deputados de tal partido” — eu quero falar em nome deles, porque V.Exa. viu que eu os consultei —, todos nos sentimos atingidos. Eu só falei porque eu fui o primeiro a conseguir falar.

Agora, fica no plano da política. Eu acrescentei algo que já retirei com sua explicação. Por que eu falei aquilo? Porque V.Exa., antes de eu conseguir fazer a questão de ordem, já havia dito que nós não tivemos coragem, e começou a me ofender a partir daí: que eu não suportava o contraditório, etc. e tal. Eu disse que V.Exa. não tinha autoridade política nem moral, porque eu estava falando por mim. Foi nesse nível, portanto.

A lição que eu tiro, Sr. Relator, é que nós mantemos. O senhor disse que nós temos uma boa relação, o que é verdade. Agora, quando chega a um nível em que as pessoas se sentem atingidas, foge da política. Eu quero evitar isso sempre, porque me sinto mal, inclusive, quando sai da política. O.k.?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Primeiro, quero dizer que realmente está totalmente superado para mim o episódio. Eu sei, e todos nós que somos profissionais da política sabemos, que, às vezes, caímos na armadilha do imprevisto. Eu sei que V.Exa., se tivesse ouvido de fato o que eu falei, quando eu disse “desacreditar” no sentido de uma contradição... Isso não me parece nada demais. É comum entre nós sugerir que o outro lado está se contradizendo, e isso não é absolutamente uma ofensa, no nível em que as coisas chegaram entre nós dois. Eu realmente sei que foi uma infelicidade minha e de V.Exa. termos chegado ao ponto a que chegamos.

Eu queria também ter a oportunidade aqui — e já que isso foi tão falado — de explicar a questão de uma dívida de um posto de gasolina que eu tenho.

Veja bem, eu fico até feliz de saber que, num momento em que todos os holofotes...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu chamei primeiro de dívida, viu? Eu falei “*Eu não devo*”. Mas o senhor reagiu, e eu o provoquei mais.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Veja bem, Deputado, isso foi até bom, porque V.Exa. me deu uma oportunidade.

No momento em que todos os holofotes da mídia brasileira estão voltados para mim, por ser Relator dessa matéria tão importante, eu fico muito feliz que o que tenham a dizer contra este Relator é que minha empresa tem um parcelamento do INSS. Quando ia ser fechada uma filial de minha empresa, na cidade de Barreiras, identificou-se uma dívida de 150 mil reais no INSS. Automaticamente, fomos ao INSS, parcelamos a dívida, da qual já se pagou 80%. Minha empresa é adimplente com o INSS. Ela não deve, obviamente, nada que de fato não esteja dentro do prazo. E fico feliz que a única crítica do Brasil contra mim é que minha empresa tem um parcelamento do INSS.

Eu não vou de forma nenhuma criticar o PT, mas isso está aqui. Eu sei que a dívida não é responsabilidade de V.Exa., não é igual à minha, porque a minha está parcelada, mas eu descobri que o PT tem 10 milhões de dívidas em aberto com o INSS. Não é só o PT. Há vários outros partidos, e o PT está entre eles.

Veja bem, Deputado, eu não quero estender este debate até em respeito a todos os outros colegas nossos que estão aqui debatendo a reforma da Previdência, mas é só para fazer esse registro. De fato, gosto de V.Exa., respeito V.Exa. como Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. é um grande Parlamentar, independentemente das suas posições. V.Exa. é um homem de bem, sei disso. Realmente, reputo este momento como um momento de infelicidade recíproca minha e de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos seguir em frente. Peço que se retire qualquer palavra mais áspera das notas taquigráficas, inclusive.

Vou colocar a ordem de pronunciamentos finais.

O primeiro é o Deputado Pepe Vargas, o segundo é o Deputado Assis Carvalho, o terceiro é o Deputado Ivan Valente, o quarto é o Deputado Rocha Loures, o quinto é o Deputado Pompeo de Mattos e o sexto é o Deputado José Mentor.



Vamos ser efetivamente fieis ao tempo.

Deputado Mauro Pereira, V.Exa. está inscrito? O Deputado Mauro Pereira é o sétimo orador inscrito que vai falar por 4 minutos.

Vamos respeitar o tempo e seguir em frente.

Com a palavra o Deputado Pepe Vargas. Somos todos ouvidos para suas considerações.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Em primeiro lugar, é importante dizer que existem partidos que têm dívidas, e elas são reparceladas. Isso é a mesma coisa que uma...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não há dúvida, Deputado. Deputado, pelo amor de Deus, não há dúvida sobre isso. Só estou dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos nos dedicar ao tempo nesses 4 minutos. Por favor, isso é ultrapassado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Era só para deixar isso claro.

Em segundo lugar, quero dizer o seguinte. Este é um debate político que não envolve nada pessoal contra ninguém. Entretanto, eu fico abismado com alguns Deputados que têm falta de personalidade de defender algo que eles estão convictos de que têm que defender. Mas, para defender o que eles querem — e acredito que se eles defendem é porque estão convictos —, eles têm que ficar se escudando e tentando colocar na boca dos outros coisas que, eventualmente, não disseram.

Se alguém está convicto da proposta, que a defenda. O Governo Lula fez uma reforma em 2003 que, combinada com a criação do FUNPRESP — Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, resolveu o problema de médio e longo prazo dos servidores públicos. Não existe mais essa história de que algum servidor público vai se aposentar com 30 mil, 40 mil, 25 mil reais, porque agora é o teto do Regime Geral. Mas existem direitos adquiridos nos quais não há como mexer. Então, temos aí algumas meias verdades que são ditas e que deveriam ser colocadas na sua integralidade.

Outra coisa importante dizer é que quem usou dinheiro público para fazer propaganda dizendo meias verdades ou inverdades — e meia verdade e inverdade para mim é a mesma coisa — foi o Governo. Inclusive, ele desviou dinheiro do



Ministério do Esporte que era destinado para fazer propaganda institucional do legado das Olimpíadas e Paralimpíadas. Por isso, a Justiça determinou o que determinou.

Eu queria colocar aqui uma questão e pedir a atenção do Ministro Henrique Meirelles sobre esse tema da projeção de longo prazo.

Eu não sei se V.Exa. já teve a oportunidade de pegar as projeções feitas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 para cá. Quando nós pegamos as projeções feitas em 2002 e vemos como elas projetavam, em 2015, em 2014, o chamado déficit da Previdência ou o resultado do Regime Geral, nós percebemos que elas erram muito, Ministro. E nem se exige que acertem porque, de fato, se lida com variáveis às vezes difíceis de mensurar. Então, primeiro eu queria dizer isso.

Em segundo lugar, se algum auxiliar disse a V.Sa. que o CD que foi entregue aqui era suficiente para as informações que nós estamos pedindo, isso não é verdade, Ministro. E por que não é verdade? Foram encaminhados para nós três avisos ministeriais e uma planilha digital com alguns arquivos. Só que nessa planilha digital não há todo o conjunto de microdados suficientes para técnicos que são economistas, doutores, pós-doutores, de universidades, de instituições como o IPEA, de várias universidades brasileiras, pessoas que o Governo deveria chamar para aperfeiçoar o modelo de projeção de longo prazo. São eles que estão nos dizendo: *“Como aquele conjunto de microdados que foi colocado ali é insuficiente, nós não conseguimos”*. E nós estamos, desde o dia 22 de fevereiro, esperando essas informações. Cá entre nós, é preciso haver transparência para os tomadores de decisões e para a sociedade. E essa transparência nesse sentido não está havendo.

É verdade, Ministro, que as desonerações, segundo o jornal *Valor Econômico*, não cumpriram aquilo que se queria — e a própria Presidenta Dilma já disse isso —, porque as empresas não investiram, elas acabaram entesourando esse recurso. Mas aqui está dito que três setores manterão as desonerações: o setor de transporte de passageiros, o setor da construção civil e o setor de comunicações.

Pergunta objetiva: as empresas jornalísticas manterão a desoneração na proposta do Governo?



Eu queria concluir porque meu tempo está terminando, eu tenho 30 segundos e mais 30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não usou, agora vamos liberar os 30 segundos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas eu ainda tenho 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor ainda tem 30 segundos, use-os.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - E mais uns 30 como todo mundo teve, não é, Sr. Presidente?

O grande problema aqui é de concepção de modelo. Nós não acreditamos que essa política de ajuste, de corte de gasto, que está sendo empreendida, e de manutenção de uma política de elevados juros que promove um gasto público muito maior, mais do que o dobro do que o gasto social do Governo, o gasto com serviços da dívida, vá resolver o problema do Brasil. Aliás, nos anos 90 nós já vivemos isso, e o resultado foi um momento de baixo crescimento; quando não, de recessão. E, na nossa ótica, é o que acontecerá. É evidente que, num cenário como esse, a Previdência pública não tem saída, mas nós acreditamos que há outros modelos possíveis, mas que não há tempo de debater aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho, por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabeno várias Câmaras de Vereadores deste País e sindicatos de trabalhadores rurais. Destaco as Câmaras de Vereadores de Batalha e Luís Correia, no Piauí, que vêm dialogando com a sociedade, independentemente de partido político. Elas estão tirando posições por unanimidade. Então, inicio parabenizando esses movimentos que não concordam com essa proposta.

Quero dizer para todos que precisamos ter certo cuidado com coisas que aparecem nas redes sociais. Assim como o Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, acabou de explicar que o que rola nas redes sociais sobre a situação dele não é verdade, de repente, são dadas versões verdadeiras aqui, com as quais concordo, mas dão a versão que querem em relação a Lula e à Dilma. Ninguém está dizendo



aqui que é contra uma reforma. Nós somos contra essa reforma. E Lula e Dilma nunca defenderam nem defendem essa reforma.

Eu compreendo a posição do Ministro Henrique Meirelles, que tem toda a responsabilidade, todo o respeito, foi inclusive um Ministro do Presidente Lula. E, certamente, se estivesse num Governo com a sensibilidade do Presidente Lula, ele não defenderia essa proposta, mas defenderia outra, porque nós compreendemos que é preciso fazer alguma coisa, não isso que está aí.

Não há nenhum sentido dizer ao povo brasileiro que uma proposta que foi desenhada, sob a coordenação do Dr. Marcelo Caetano, que defende interesses da previdência privada, não esteja viciada. Isso é um fato.

Eu acho que o melhor seria pegar essa proposta, aposentá-la e fazer outra com o povo brasileiro, que também compreende a necessidade disso. Mas uma proposta, que tem a coordenação de um membro da previdência privada, tem vício de origem, tem erro na sua origem. É como colocar a raposa para cuidar das galinhas. Isso é um fato. Não é nada que se possa esconder.

E tentam colocar em nossas cabeças todos os dias aqui, de forma repetitiva, que essa proposta não prejudica os mais pobres. Como essa proposta não está prejudicando o trabalhador se ela vai obrigar o trabalhador rural a ir para a periferia das cidades — e há possibilidade de faltar alimento na mesa dos trabalhadores — e vai fazer com que um trabalhador rural, que ganha um salário mínimo, não tenha mais possibilidade de se aposentar? Como dizer que as pessoas humildes, que terão a idade mínima aumentada de 65 anos para 70 anos, não estão sendo prejudicadas?

Acho que não temos o direito de usar o dinheiro do povo brasileiro para mentir nas mídias. O Governo está mentindo quando diz que não prejudica os mais pobres, e isso não é justo. Eu tenho certeza de que essa recomendação não partiu de um Ministro que tem o nosso respeito, como o Ministro Henrique Meirelles. A meu ver, deve ser outro setor do Governo que está vendendo essas mentiras, porque estão mentindo. E uma proposta que nasce sustentada em mentiras não tem como ser viabilizada.

Aqui, algumas pessoas passam 80% do tempo esculhambando todos nós, o PT, Dilma, Lula.



Quem criou a fórmula 85/95, porque compreendeu exatamente o que era necessário fazer, foi o Governo do PT, e eu não vi um elogio aqui sobre isso. Essa fórmula evitou os supersalários. Agora, qual é o supersalário de 5.531 reais, que é o teto da Previdência? Isso é supersalário? Então, a fórmula 85/95 para o servidor público já está votada, aprovada e sancionada. Isso foi feito pelo PT.

E para algumas cabeças — e sei que isso realmente é ideológico — o Minha Casa, Minha Vida, o Bolsa Família e a transposição do Rio São Francisco, feitos pelo PT, são ganância. Todavia, é normal pagar agiota e ter dinheiro somente para altos juros. Essa é a grande diferença que há neste Parlamento.

Eu quero dizer que nós temos uma posição contrária, que vamos votar contra essa reforma. Mas não somos só nós. Inclusive aquelas pessoas que concordaram com a condução de Eduardo Cunha, que foi condenado pelas falcatruas de conduzir um golpe nesta Casa, muitas delas também não votam nisso hoje. E nós vamos estar juntos aqui hoje, Sr. Ministro. Essa proposta não passa.

A nossa sugestão é no sentido de que, com a sua sensibilidade, essa proposta seja retirada de pauta e seja refeita, com ausência de interesse da previdência privada, porque uma proposta que nasceu de alguém que representa a previdência privada, como o Marcelo Caetano, não goza de nenhum crédito junto ao povo brasileiro. Por isso, a maioria dos Parlamentares desta Casa vai derrubar essa proposta, porque ela faz muito mal ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ivan Valente, por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer ao Ministro Henrique Meirelles que eu até o acho uma pessoa muito coerente. E, quando o Ministro entrou para o Governo do PT, em 2003, eu comecei a sair do PT, porque entendo que S.Exa. é um homem do mercado financeiro, pensa nos bancos, na estabilidade causada por servir às turbulências do mercado internacional e nacional. Certamente, o Secretário de Previdência também é um homem do seguro privado e está comandando a Previdência. Então, não poderia esperar outra coisa.

A primeira medida do Governo Lula foi aumentar os juros em 2,5%, através do Ministro Palocci e com anuência de S.Exa. Então, foram 2,5% na primeira ação.



Eu estava no Fórum Social Mundial nesse dia, e o Lula ainda tinha um pé em duas canoas. Em seguida, ele viajava para Davos, na Suíça.

Quero dizer que eu conheço o Ministro Meirelles, acho que ele tem uma visão fiscalista da reforma, e não tem jeito de não ser, porque, atrás disso, está a privatização do sistema e passar uma segurança para o mercado, para os investidores internacionais e nacionais. À custa de quê? Do sacrifício do povo trabalhador.

O Ministro ficou muito tempo, durante 8 anos, no Governo do PT. Eu saí antes. Quero até, Deputado Arthur Oliveira Maia, dizer que não concordo muito com essa forma de falar que o PT fez a desgraça aqui. Eu fui Oposição ao Governo do PT e quero dizer que a maioria dos que estão falando isso era de partidos da base do Governo, e concordava com ela.

Eu quero dar um exemplo, Ministro, sobre as desonerações da folha que V.Exa. suspendeu. O PSOL foi o único partido, o único que votou contrariamente às desonerações do COFINS e do PIS/PASEP em todos os encaminhamentos naquela época. Todos os partidos da Situação, à época, e os partidos da Oposição, PSDB e DEM, também votaram pela desoneração. Foram mais de 380 bilhões de reais, que não geraram emprego nem renda. Estamos falando de incoerência.

Na verdade, nós queremos uma lógica. Alguém tem que pagar a conta da crise. O Ministro falou um tempo grande e não se referiu à questão dos juros. Ele se referiu à questão do déficit primário, do gasto primário, ou seja, se a Previdência cresce, então, decrescem saúde e educação, mas os juros não entram.

No Governo Lula, o Ministro sabe disso, a dívida pública terminou em 600 bilhões. No Governo Fernando Henrique, em números redondos, em 60 bilhões. Atualmente, nós estamos com quase 4 trilhões de dívida pública. Qual foi a evolução do pagamento de juros? Ali nós só temos a evolução do gasto.

Quero dizer, Ministro, que, nos 2 últimos anos, nós tivemos uma recessão de 7,2%. Aí é que aumentou a projeção do cálculo do Governo, que não pensa o orçamento da Seguridade Social, prevista nos arts. 194 e 195 da Constituição. O Governo pensa numa proposta de entrada e saída. Mas por que aumentou? Porque diminuiu a arrecadação brutalmente. Então, o rombo foi de 50 bilhões para 90 bilhões e agora para 150 bilhões. Nós não podemos concordar com isso, porque,



para sair da recessão, nós temos outras propostas econômicas que respondem a isso.

Então, é óbvio que a aposentadoria no Brasil não é generosa. Não é possível falarmos em uma grande generosidade pelo fato de que 75% talvez ganhem um salário mínimo, a não ser que o BPC, por exemplo, que está sendo desvinculado do salário mínimo e indo para 70 anos de idade, ao invés de haver 7% de pobres pedintes, nós teríamos 70%. Esta é uma das coisas de que talvez devêssemos até nos orgulhar: ter menos pedintes pobres e excluídos nas ruas.

Por isso, essa é a reforma para penalizar os pobres, os de baixo. Os privilegiados não serão atingidos. Privilegiados são só os que ganham acima do teto, porque a burocracia estatal também é necessária no País. Acima do teto é um privilégio, é outro departamento.

Então, Sr. Presidente, finalizo, em respeito ao próprio Ministro, já que não pude falar como Líder. Eu acho que vai crescer muito o movimento social de indignação com essa reforma. Eu acho que ela não vai sair nem aqui na Casa, porque vai haver uma pressão muito forte das ruas.

Eu espero que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado. V.Exa. falou até mais tempo do que como Líder dentro do nosso acordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria encaminhar ao Ministro o meu requerimento de informações, que não foi respondido, mas eu quero entregá-lo pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rocha Loures. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só declare quem são os próximos, Sr. Presidente, para termos uma leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputados Pompeo de Mattos, José Mentor e Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obrigado.



O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e parabênzo V.Exa., o Relator Arthur Oliveira Maia e o Ministro Henrique Meirelles.

Quero dizer que, aqui no Plenário nº 5, 10 anos atrás, provavelmente na sua última manifestação, o então Ministro da Previdência, meu amigo Nelson Machado, a quem respeito e admiro, falou da importância da Previdência e de uma eventual reforma da Seguridade Social.

Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, naquela época, vimos os números consolidados. O déficit foi de 34 bilhões de reais. Em 2002, voltando um pouco no tempo, o déficit foi de 22 bilhões e, no ano passado, de 259 bilhões de reais, o que significa que evoluiu em mais de dez vezes, ao longo desse período, a sequência de dados que passou pelos Governos do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula, da Presidente Dilma e agora do Presidente Michel Temer.

Com isso, quero dizer é que o tema não é novo, e que, se faltavam dados para que a sociedade se convencesse da importância da matéria, eles estão aqui revelados nessa transparência de nº 12, com barras em vermelho, no plano invertido, para revelar aos internautas que nos acompanham e à imprensa, escrita e falada, a verdade sobre a nossa realidade, porque a verdade sempre nos salvará. E, dentro dela, não há espaço para esse debate político-partidário, até por ser natural, porque não tratam do tema de uma maneira própria.

Entendo que esse é um tema de gestão, não é um tema de política partidária. É um tema que trata do futuro, sim, e do presente de cada um de nós, das nossas futuras gerações e do tipo de redesenho de contrato social que vamos estabelecer por mandamento constitucional, baseado em uma votação, em um exame que será feito no Congresso.

O Executivo Federal, liderado pelo Presidente Temer, enviou essa reforma da maneira como se encontra nesta Comissão. Nós não conhecemos ainda o relatório final do Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, que, desde ontem, passou a se reunir com cada uma das bancadas da Casa, acolhendo e recolhendo as suas ideias, convicções e informações.

Acho que, desse trabalho do Relator, surgirão as eventuais manifestações, contribuições e colaborações que certamente melhorarão a reforma, como fez o



Deputado Darcísio Perondi, quando relatou a PEC do Teto. Isso significa o compromisso inadiável do Congresso Nacional de examinar esse tema.

O Presidente Temer não poderia deixar de enviar o projeto de reforma, sob pena de, digamos assim, concordar novamente com essa evolução, que, no final, se não a tratarmos, nós vamos nos assemelhar àquele jovem que acha que não precisa estudar, porque, não estudando, ele aproveitará sua juventude e depois encontrará, talvez por sorte, talvez por generosidade, outra oportunidade na vida, assim como o agricultor que não plantou e quer colher.

Isso não é possível ao Estado brasileiro. Essa matéria não é de importância apenas para este Governo. É uma matéria que interessa a todos os brasileiros. Corretamente, eu vi hoje, desde o início da sessão, a paixão com que são colocadas as mais diversas posições. Eu tenho certeza de que essa reforma será aprovada na Casa, com o meu voto, que é favorável. Também tenho certeza de que ela será fruto da atenção e dedicação do Relator, com a colaboração do Secretário Marcelo, com a paciência e a competência do Ministro Henrique Meirelles.

Portanto, muito confiante, acolho com alegria, nesse meu retorno à Casa, a sua liderança, Presidente Carlos Marun, e verifico que o Congresso brasileiro está mais vivo do que nunca. Tenho certeza de que o Brasil brilhará ao final da discussão desse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Rocha Loures. Bem-vindo à nossa Comissão. Ficamos felizes por poder contar com sua experiência, com seu conhecimento e com sua lealdade nesse momento ímpar da vida nacional.

O próximo orador inscrito é o Deputado Pompeo de Mattos, por 4 minutos. Olhe como eu sou benevolente, porque, pelo tempo de Líder, V.Exa. teria 2 minutos e meio. Mas concedo a V.Exa. não só 4 minutos, mas 4 minutos e 30 segundos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas eu também tinha a inscrição, só para não esquecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tinha, mas não tem.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, eu quero cumprimentar o Presidente Carlos Marun, os colegas Parlamentares, o Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, e o Ministro Henrique Meirelles.

Essa matéria, Sr. Presidente, Sr. Relator, não deveria ser uma matéria de Oposição e de Governo. Tem que ser algo de Estado, do País, para o Brasil e fundamentalmente para os brasileiros. Não é uma questão de números, mas de vidas. Nós estamos tratando da vida das pessoas. Por isso, a transparência se faz necessária, como também a lealdade, o compromisso com a verdade. A verdade faz bem para a saúde, faz bem para a liberdade, faz bem para o direito.

Nesse contexto, Ministro Meirelles, eu lamento que todos nós tenhamos pedido aqui os microdados da Previdência e que eles não tenham vindo. Aliás, veio um CD que, em termos de microdados, tinha o que o peixe faz: nada, nada, nada. É lamentável! E nós continuamos pedindo. Acho que o Governo não fornece, porque sabe quais são os números. Mas há coisas que só o Governo sabe, e que eu não posso saber, até porque, se eu ficar sabendo o que ele sabe e contar para o mundo o que acontece, cai a casa. Então, esse é o desafio que está posto.

Nesse contexto, quero dizer que, na maneira como a proposta está posta, Ministro Meirelles, a lei de hoje exige 35 anos de contribuição para os homens e 30 para as mulheres. Mas passar para 49 anos de contribuição para homem e para mulher, acumulando isso com 65 anos de idade, é um absurdo, é um exagero, é insuportável, é insustentável! Eu chamo isso de aposentadoria pela hora da morte.

Há algo pior, e quero aqui ponderar, que é o caso dos deficientes físicos, dos deficientes mentais, enfim, das pessoas com deficiência, que hoje recebem um salário mínimo e vão receber menos do que isso. E o valor do benefício não mais será atualizado pela correção do salário mínimo.

A mesma coisa com as viúvas: não vão mais receber a pensão quando o marido morrer, se elas já tiverem uma pensão. O marido leva a pensão para o cemitério? Se houver um aposentado na casa e esse vier a falecer, a aposentadoria vai ficar pela metade praticamente.

Além das viúvas e dos deficientes, há os idosos, pessoas pobres com 65 anos de idade, que recebem uma prestação de serviço continuado, recebem um amparo previdenciário. Essas pessoas só vão receber aos 70 anos. Ora, uma



peessoa com 65 anos, que ganha 240 reais por mês. Estou falando de 240 reais e não de 240 mil reais! É um absurdo!

A mesma coisa ocorre com a mulher. Como é que a mulher vai ser tratada igual ao homem? Todos nós sabemos que é diferente: a mulher tem dupla jornada, tripla jornada, gera filhos, trabalha fora, cuida da casa, é a primeira a se levantar e a última a se deitar. Enfim, não é concebível, não é aceitável.

E a questão da agricultura, que é tão batida. O agricultor trabalha, gera renda, paga, sim, o FUNRURAL, com bloco modelo 4, contribui para a Previdência e se aposenta recebendo um salariozinho. Então, não é uma coisa milionária, bilionária.

Nesse contexto, Ministro, o que nos deixa muito contrariados é que o Ministério da Previdência Social foi incorporado pelo Ministério da Fazenda, e sabemos que o Ministério da Fazenda não tem coração. A Fazenda usa números, respira com números e não com oxigênio. Estou enxergando que a Fazenda está tendo muita coragem para enfrentar os pobres, mas não tem coragem para enfrentar os ricos. Por exemplo, a Friboi deve quase 2 bilhões, e V.Exa. sabe, para a Previdência; o Marfrig; Bradesco, Itaú e outros bancos devem para a Previdência.

V.Exa. foi Presidente do Banco Central e sabe como é que os bancos são, sabe que os bancos devem. Por que V.Exa. não tem essa coragem cívica de cobrar deles? É uma covardia cobrar dos pequenos, cobrar da pessoa com deficiência, cobrar da viúva, cobrar do velho e pobre, cobrar do agricultor, que é a galinha dos ovos de ouro da economia deste País.

A indústria está crescendo para baixo, os serviços estão parados, o comércio está estagnado e a agricultura está salvando a Pátria, a Pátria agrícola, a Pátria econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu concluo em 30 segundos.

Esse é o apelo que eu faço. Não é possível, o Governo tem que rever isso, não dá para tirar dos pobres e privilegiar os ricos, não dá para lavar a cabeça de burro com sabonete, que são os banqueiros, e dar cascudo nos pobres, judiar dos humildes. Isso é uma covardia com a qual nós não podemos concordar, e o Governo tem que ter a grandeza de revisar.



Podem aprovar, não com o meu voto, não com o meu apoio e não sem a minha crítica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado José Mentor, por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política como arte e como ciência é uma coisa notável. O Ministro conseguiu hoje ser criticado porque aumentou os juros em 2,5%, em 2003, e desonerou ontem a folha. A mesma pessoa conseguiu criticar e elogiar. Então, o senhor está de parabéns mais uma vez.

Veja V.Exa. que o que nós não podemos aqui aceitar é que não existe uma oneração para os mais pobres nessa proposta. Não vou perder tempo com isso, porque vários já falaram, mas é evidente que aquele que ganha um salário mínimo vai ter que pagar o pedágio. Aquele que ainda não atingiu o suficiente para pagar o pedágio terá que ter 65 anos e contribuir por 25 anos. O FUNRURAL vai ter que seguir essas mesmas regras. O BPC mudou de 65 anos para 70 anos. É evidente que onera os mais pobres. E, mais do que isso, mesmo a classe média que poderia tentar atingir o teto da contribuição vai ter que trabalhar 49 anos, contribuindo no teto, para receber o teto, porque a média é feita considerando 49 anos. Como é que alguém vai conseguir fazer isso? A proposta prejudica todos.

A segunda questão que eu queria dizer é que o PT, e aí queria chamar a atenção do Relator, teve a coragem, em 2003, de propor o fim da paridade do aposentado com o funcionário público, a pensão por morte, o acidente, ou seja, ele fez uma reforma no regime próprio, no teto, no subteto. Nós tivemos a coragem de defendê-la. Naquela ocasião, o DEM, o PSDB, o PPS e o PMDB tiveram a coragem de combater, só se inverteram os papéis. Eles discordavam daquela emenda. V.Exa. ajudou a defender e a construir aquela proposta. Nós a defendemos, e a Oposição atacou.

Agora, com relação à Presidenta Dilma, eu tenho certeza de que o que ela fez naquele final de ano, em 2015, muitos chamaram de traição o voto que ela recebeu. Quem chamou? O PSDB, o DEM e o PPS chamaram de traição. Nós defendemos a mudança que ela fez no seguro-desemprego, no fator previdenciário, no abono salarial. Alguns chamaram de traição, e nós tivemos a coragem de defender. Não



faltou coragem nem com o Lula nem com a Dilma, nem para quem defendeu nem para quem atacou.

Eu acho, Sr. Presidente, que nós estamos numa situação hoje em que devíamos comparar, Ministro, aquilo está em jogo aqui. Se há déficit, se não há déficit, está todo mundo aqui cansado de ver essa discussão. Por exemplo, os números dos últimos 10 anos da ANFIP, com o mesmo critério de apresentação. O que é a Seguridade? Todos os valores que se apresentam como créditos da Seguridade e todas as despesas, nos últimos 10 anos, ela diz que são 9 anos de crédito e só no último ano, em 2016, que foi um ano atípico de muito desemprego, houve déficit; nos outros 9 anos houve superávit.

A mesma coisa nós poderíamos fazer em relação ao regime próprio, o que é receita do regime próprio e o que é despesa do regime próprio. Há déficit ou superávit? A mesma coisa com relação aos militares, para comparar alhos com alhos, não dá para comparar alhos com bugalhos. Nós temos que comparar aquilo que a ANFIP fala com os números que o Governo fala, usando os mesmos critérios.

Sr. Ministro, tenho certeza de que V.Exa. — e competente como é e que serviu, com essa competência, dentro do capitalismo a governos diferentes, ao Governo do Presidente Lula, que é um governo, e ao Governo do Presidente Michel Temer, que é outro governo, embora, repito, no capitalismo dos dois, teria outra orientação, por exemplo, para o BPC — poderia ter excluído o BPC dessa reforma, por exemplo, se fosse num governo como o do Lula, poderia ter excluído, por exemplo, os rurais. E nós podíamos ter outro tipo de arrecadação. Vamos cuidar da receita.

V.Exa. me ajudou, em 2003, em 2004, a defender dentro do Governo o repatriamento. Havia gente no governo que não queria o repatriamento. V.Exa. viu, no ano passado, 50 bilhões de reais no repatriamento, neste ano estão falando em 30, 40 bilhões de reais. Imagine o Brasil hoje, sem esses 80, 90 bilhões de reais, quanto seria o déficit? Agora, por que não podemos pensar em receita aqui? Porque a crise é fiscal, não é só da receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo 30 segundos para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - A crise é fiscal. Por que nós não temos, por exemplo, a taxaçoão dos dividendos? Por que não temos outro tipo de receita que possa arrecadar mais, como foi a CPMF, para cobrir a crise fiscal e amenizar a questão da Seguridade Social?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estamos chegando ao final dos trabalhos de contribuições externas. Quando vejo o Deputado Darcísio Perondi se dirigir ao Deputado José Mentor dizendo que concorda com ele, percebo que estamos partindo para a convergência. Sinto que a convergência começa a se estabelecer, fico feliz.

Passo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Mauro Pereira. V.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun; nosso Relator, Deputado Arthur Maia, primeiramente quero parabenizar o nosso convidado, o Ministro Henrique Meirelles, e a equipe econômica pela tranquilidade que vêm transmitindo para o povo brasileiro e, em especial, para os investidores, tanto nacionais como internacionais. Nós já conseguimos sim recuperar parte da credibilidade perdida do nosso País. Graças a um trabalho sério, a projetos importantes que vêm para esta Casa, àquilo que nós conseguimos apoiar, já está havendo redução da inflação, redução dos juros, e os investidores estão de olho no nosso País, estão querendo voltar a investir neste País, que é maravilhoso.

Eu gostaria de dizer aos meus colegas Deputados do PT, do PCdoB, do PSOL e de outros partidos que, durante o ano de 2015, votei, em praticamente 100% dos casos, a favor das medidas que a Presidenta Dilma mandou para esta Casa, inclusive no caso da pequena reforma que ela fez na Previdência em 2015. Agi assim porque sou daqueles Deputados que não fazem política considerando o estômago, o fígado. Eu faço política pensando no País. Foi por isso que ajudei e apoiei a Presidenta Dilma Rousseff.

Ministro, eu gostaria que V.Exa. e sua equipe mandassem para esta Casa os números das dívidas que não foram pagas entre 2014 até o início do Governo do Presidente Temer. Ele terminou de pagar 99% dessa dívida em 2016. Foi dito que não havia problemas. Temos que deixar uma coisa bem clara: aos fornecedores dos ônibus para o Governo Federal em 2014 o Presidente Temer terminou de pagar 280



milhões. Na ocasião, não foram mais feitos pagamentos a hospitais, a Prefeituras; Estados não receberam recursos para a saúde da forma devida, e, ao mesmo tempo, serviços de oncologia, de tratamento de câncer, não foram pagos.

Eu procurava Jaques Wagner, os nossos Ministros, inclusive o Ministro Levy, que falava: *“Nós não temos dinheiro para pagar, Deputado. Vai ter que ter paciência. Não temos dinheiro”*. Isso aconteceu de 2014 até 2016. *“Nós não temos dinheiro para pagar as dívidas.”*

E se diz que não existia déficit. É claro que existia déficit! Se não era déficit, então era falta de vergonha. Se não existia déficit, então era falta de vergonha. Não queria pagar as dívidas, não queria pagar o que devia. E foi isso. Quem pagou agora as dívidas com o Minha Casa, Minha Vida, com construtoras, com fornecedores, foi o Ministro Henrique Meirelles, juntamente com a equipe econômica, com o Presidente Temer, graças a votações nossas. Ele pagou todos os atrasados que havia. Ainda falta pagar a uma ou a outra empresa, como a Comil, lá de Erechim, que tem ainda 45 milhões para receber da União. O Brasil estava vivendo dessa forma. Hoje, com as reformas, nós já conseguimos uma luz.

Eu concordo, Deputado Perondi, colegas Deputados, nós vamos ter que debater. Existem algumas coisas que estão exageradas, estão acima do que seria justo. Nós vamos debater, vamos conversar. O próprio Presidente Temer já vem tomando algumas decisões para fazermos uma reforma justa para o País.

Eu quero parabenizar o Ministro Meirelles pela sua gentileza, pela sua postura, bem como sua equipe e o Presidente Temer.

Gostaria, Ministro, de pedir a V.Exa. que falasse sobre a desoneração das folhas, pois temos aqui hoje muitos empresários e empreendedores preocupados, inclusive o Velloso da ABIMAQ. Muitas indústrias do setor de máquinas geram muitos empregos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, eu lhe concedo 30 segundos para que finalize a sua explanação.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Ministro Henrique Meirelles, seria muito importante que essas empresas exportadoras, que têm contrato, que estão exportando, que estão gerando empregos, pudessem analisar essa desoneração de



folhas, para que não se prejudique mais a competitividade dessas empresas. O dólar vem caindo e causando prejuízos.

Eu estou pedindo isso a V.Exa., que é uma pessoa humana, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Encerradas as manifestações das Sras. e Srs. Parlamentares, passo a palavra ao Ministro Meirelles, para que faça as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas perguntas, pelas declarações, pelas opiniões. É tudo muito útil ao debate. Nós estamos aqui atentos. Quero assegurar-lhes que estamos prestando toda a atenção, como sempre agimos em todas as posições que ocupamos, visando a fazer uma administração com a maior responsabilidade e eficácia possível, buscando o melhor resultado possível para o País.

Os resultados têm sido bastante favoráveis. A economia e a diminuição já perceptível do ritmo de perda de emprego indicam uma recuperação, durante o correr do ano, do emprego e, o que é mais importante, da renda. A inflação já está caindo, as taxas de juros já estão caindo, o que significa que deveremos, de fato, terminar este ano com a economia crescendo, com o nível de emprego voltando, com empregos sendo criados no País. Em resumo, é esta a finalidade última da gestão de política econômica: melhorar o padrão de vida da população, gerando emprego, renda, maior poder de compra, queda de inflação, menos juros, etc.

Vamos então procurar responder às diversas perguntas e diversas observações, buscando agrupar, se possível, questões similares numa mesma resposta, para evitar muita repetição.

O Relator, o Deputado Arthur Maia, fez algumas perguntas sobre como será a economia após a reforma da Previdência, quais são as consequências e como ficaria sem a aprovação.

Eu diria que já está acontecendo na economia uma demonstração dessas respostas. Quer dizer, no momento em que foi aprovado o teto dos gastos, no momento em que foi encaminhada a reforma da Previdência, na medida em que ficou claro que a gestão do País está preocupada com a capacidade de o Estado



brasileiro financiar a sua despesa, financiar a sua dívida pública, gerir com responsabilidade os seus recursos, de maneira que o País volte a crescer, já houve um aumento da confiança dos consumidores, da confiança dos diversos segmentos.

A economia, portanto, já começou a se recuperar, já começou, de fato, a dar sinais inequívocos de melhora, segundo diversos indicadores. Menciono o transporte nas estradas, o consumo de energia. Demonstram que a economia está crescendo, voltou a crescer. Isso vai ficar mais claro durante o correr do ano. E o emprego, certamente, vai reagir.

Existem alguns dados que ainda mostram sinais negativos. É o caso de alguns setores, como o de serviços. Mas essa é uma questão da defasagem normal. O que nós vemos é que a economia brasileira está voltando a crescer, chegando ao último trimestre com crescimento de 2,7%, se comparado ao último trimestre do ano anterior. Se nós fizermos a comparação com os piores momentos dos últimos 2 anos, vamos ver que tivemos momentos de queda de quase 5% num trimestre, comparado com o trimestre anterior.

Esses parecem números frios, mas não são. Isso se reflete nas pessoas que estão perdendo emprego, perdendo renda; nas famílias que estão passando por dificuldades; no aumento da inflação e da taxa de juros. Isso tem consequências dramáticas, muito importantes para cada um, para as famílias, para as pessoas, para o indivíduo, para a população. Isso é o que tem mostrado a política econômica bem feita, com problemas, quando dá certo ou não, nas últimas décadas do Brasil. Se nós olharmos a questão com tranquilidade e serenidade, vamos ver claramente isso.

Como ficaria sem a aprovação? É necessária muita responsabilidade ao se dar esta resposta, porque a reforma está em discussão no Congresso Nacional. Evidentemente, cabe aos senhores e às senhoras a prerrogativa de aprovar a reforma ou não, de estabelecer os termos em que será aprovada. Então, na posição em que estamos, temos muita responsabilidade ao dizer o que acontece se não for aprovada.

Eu tenho muita responsabilidade quanto ao que digo. O que eu posso dizer é que a aprovação deverá ser muito importante para a economia brasileira, para a



capacidade de o Brasil gerar emprego e de ter, de fato, um custo cada vez menor da dívida.

Nós entramos numa outra questão, recorrente em diversas perguntas, que são os juros da dívida. Por que não se controla o juro? Nós estamos discutindo aqui despesas primárias, etc. Por que não discutimos a despesa de juro? Muito bem, nós discutimos a despesa de juro o tempo todo. No momento em que o Governo Federal ou um Governo Estadual toma algum empréstimo — recebe autorização do Senado para fazer isso —, no momento em que a família ou a empresa toma um empréstimo, depende do objetivo. Quando o Governo ou uma organização qualquer toma cada vez mais recursos para pagar despesa corrente, do dia a dia, e a dívida vai aumentando, ocorre um problema muito simples: alguém tem que emprestar esse dinheiro. Se eu gasto mais do que arrecado ou do que eu ganho, tenho que tomar emprestado. E eu não vou obrigar ninguém a me emprestar a juro barato.

Houve diversas experiências no mundo inteiro. Governos tentaram obrigar outros, a população, a comunidade, a lhes emprestar dinheiro a juro barato, para que bancassem despesas crescentes. Isso fracassou. Também fracassou no Brasil. Isso aconteceu aqui várias vezes. Houve tabelamento de juros aqui na década de 60, depois ocorreu isso com o Plano Cruzado. Fracassou redondamente, tivemos uma crise, a hiperinflação voltou logo em seguida. Nós vimos isso em diversos países, em diversos países vizinhos, mais recentemente na Venezuela.

Há 2, 3 anos, eu estive em países do Oriente Médio. Um país grande tinha feito uma experiência nesse sentido. Mas isso já é algo abandonado. Por quê? Porque a última experiência foi feita pela Grécia. Aliás, uma experiência interessantíssima. O partido de oposição, que é o Syriza, fez uma campanha propondo exatamente isto: reduzir os juros, não fazer corte de gastos, enfrentar a Comunidade Europeia. Muito bem, perfeitamente. Ele ganhou a eleição no domingo. Na segunda-feira, as pessoas que tinham votado nele, no Syriza, no Tsipras, começaram a sacar dinheiro dos bancos gregos, porque sabiam que a Grécia ia quebrar. E começaram a mandar dinheiro para fora do país, inclusive a classe média, o trabalhador, quem conseguia fazer o saque. O sujeito ia lá, sacava o equivalente ao salário do mês, de 2 meses, o que ele tinha de poupança e mandava para fora do país, porque ele achava que a Grécia ia quebrar.



Depois de 2 ou 3 dias, reverteu-se a política. Em resumo, a política que obriga os outros a nos financiar para podermos gastar fracassa. Por quê? Porque não há regime que tenha controle suficiente disso. Já houve tentativas em diversos países. Mesmo países que estatizaram toda a economia já abandonaram isso completamente. A China está abrindo completamente a economia, abrindo os mercados, exatamente para atrair recursos para financiar a produção.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro, o senhor me permita uma intervenção. A Grécia já estava quebrada quando o Syriza ganhou. Foi quebrada pelos partidos que fizeram o ajuste fiscal, que foram o PSDB e o PT de lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Lopes) - Deputado Ivan Valente, por favor!

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Eu vou esclarecer a questão apresentada pelo Deputado. Eu já estive na Grécia, recentemente, para estudar isso. A Grécia quebrou com uma previdência muito mais generosa do que a dos demais países da Europa. São fatos — podemos depois lhe mandar os dados, Deputado. Isso é inquestionável. Os partidos fizeram sim um programa de ajuste, a que o senhor se refere. Fizeram um programa de ajuste. Perderam a eleição para o Syriza, da Oposição. O Syriza assumiu o poder e fez um ajuste mais duro agora. É isso o que eu estou dizendo.

O que eu estou dizendo é o seguinte: aqueles que propuseram não fazer o ajuste ganharam a eleição sim, mas fizeram um ajuste mais duro do que o que estava sendo feito até então. É verdade que alguns daqueles partidos que participavam do Governo e estavam começando a fazer o ajuste eram os que tinham quebrado o país lá atrás. É verdade. Isso é fato. Só que tiveram que começar a cortar. E nós estamos evitando que o Brasil chegue lá. A Grécia teve que cortar salários, aposentadorias, etc.

Prosseguindo, faço agora uma observação. Há a preocupação de que a redução dos gastos com previdência afeta negativamente o crescimento e o emprego. Isto é, se se gasta mais com previdência, o país cresce mais, gera mais emprego. Esta é uma teoria que foi aplicada no Brasil nos últimos anos: aumenta a demanda que a oferta corre atrás. Isso fracassa sistematicamente no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Por quê? Porque gastar mais é uma coisa, tomar emprestado



para poder gastar mais é outra, porque se vai tomando mais recurso emprestado, vai-se pressionando a taxa de juros, e isso vai aumentando o custo. Tentar controlar o juro de novo não funciona porque não se controla o recurso das pessoas, as poupanças, etc. A Argentina tentou isso lá atrás, vários países também, o próprio Brasil, mas isso nunca funcionou.

O Deputado Aleluia menciona uma preocupação, a de que o custo de captação cai e algumas taxas de bancos podem subir. Nós estamos falando, em última análise, de uma questão de política monetária. Quer dizer, com o corte de juros do Banco Central, em última análise, toda a taxa de crédito da economia tende a cair. De fato, essa é a tendência, é um dos fatores importantes. Mas é importante também dizer que, como resultado desta grande recessão por que o Brasil está passando — está saindo dela agora —, houve de fato um aumento muito grande de inadimplência e uma série de problemas que levaram a efeitos complicados no crédito, que, na nossa avaliação, começam também a ser revertidos como muitas coisas mais da economia.

Essa é uma área que não é do Ministério da Fazenda, essa é uma área do Banco Central especificamente, mas eu gostaria de mencionar que, na minha experiência no Banco Central, com a estabilização da economia, etc., a taxa de juros caiu sistematicamente durante vários anos, com a inflação na meta. Então, a estabilidade vale a pena. A mesma coisa é a questão do controle do recurso público.

O Deputado Assis do Couto se preocupa, como muitos, com a questão do trabalhador rural, com a contribuição rural, com a questão da dupla pensão, com a manutenção dos benefícios mais baixos e com a questão dos mais pobres. Relativamente à contribuição rural, não está definida ainda neste projeto, não está proposta, será definida por lei. Mas a proposta é que a contribuição do trabalhador rural seja muito mais baixa do que a do trabalhador urbano, refletindo exatamente as condições diferenciadas.

Além disso, o projeto mantém o piso do salário mínimo — até 60% ganham isso —, o que significa que não há essa preocupação de que o piso será menor do que o mínimo.



Como já mencionamos, as pessoas de menor renda já se aposentam por idade. Portanto, não serão prejudicadas pela reforma. As alíquotas do trabalhador rural, como mencionamos, serão mais baixas.

Como já falamos várias vezes, o gasto público cada vez mais elevado, na realidade, limita o crescimento da economia, porque, à medida que a dívida pública vai ficando insustentável, vai subindo cada vez mais a taxa de juros, vai se contraindo cada vez mais a economia, vai aumentando cada vez mais a incerteza. E o Governo, em última análise, ou toma recurso emprestado ou tem que aumentar impostos, de forma punitiva para a sociedade. Quer dizer, a economia entra num problema de queda de atividade econômica cada vez maior, o que causa prejuízo, porque o desemprego aumenta, a renda cai, o que piora o problema.

Apresentou-se aqui esta questão: a reforma prejudicaria cidades onde existe um grande número de aposentados. Na realidade, não existe esse fenômeno, olhando-se à frente, porque as pessoas ou estariam trabalhando e, portanto, ganhando ou, então, estariam aposentadas, ganhando. Quer dizer, nós não estamos falando aqui de cortar aposentadorias e deixar as pessoas sem ganhar, diminuindo-se a renda da população e de regiões. Não, não é isso. Nós estamos falando de tempo de contribuição e de idade para aposentadoria.

Na realidade as pessoas, quando trabalham, ganham mais, em média, do que ganham quando estão aposentadas. Elas vão continuar se aposentando. As cidades não vão perder renda. Não existe esse fenômeno, como se as pessoas fossem deixar de receber a sua aposentadoria, criando, assim, cidades-fantasma. Não, ao contrário, nós queremos assegurar que todos terão o direito de receber a sua aposentadoria, porque não haverá dúvida sobre isso. Por quê? Porque a Previdência e o Estado brasileiro serão solventes, terão condições de pagar as aposentadorias.

Isto acontece, aconteceu em muitos países e acontece no Brasil. Estados brasileiros já estão com dificuldade de pagar a aposentadoria dos servidores dos seus regimes próprios. O que nós precisamos evitar é que o Brasil se torne um grande problema. Está a tempo. Eu acho que estamos há muitos anos nisso. Como eu disse, é preciso ter muita responsabilidade ao se pintar cenário negativo, que pode não acontecer. Eu acho que os Srs. Deputados, os Srs. Senadores têm que ter



toda a liberdade de julgar essa questão considerando o mérito, sem nenhum tipo de problema no sentido de acharem que há maior pressão. Não. É melhor, é importante essa reforma para o País. E, se for aprovada, não vai deixar de haver, por exemplo, aposentados em cidades, as pessoas não vão perder a renda, cidades não vão virar cidades-fantasma. Isso não existe. A pessoa está trabalhando ou está aposentada.

“A taxa de juros real é a mais alta do mundo.” Essa é outra observação. Sim, é uma das mais altas do mundo, e uma das razões é exatamente a dívida brasileira crescente. Como eu disse, quando eu entrei no Banco Central, o juro era altíssimo. Eu lembro que a taxa SELIC era de 25% ao ano. Ela caiu sistematicamente durante o período em que lá estivemos, e a inflação continuou na meta. Agora fenômeno similar se repete. A taxa de juros começa a cair. Então, o que nós estamos fazendo é trabalhar para que caia a taxa de juros e deixe de ser a mais alta do mundo. É essa a linha de ação.

Outra afirmação é de que o teto de gastos impede o aumento da produtividade. Não, é o contrário. Se há aumento descontrolado da despesa pública, da dívida pública, dos juros, etc., isso diminui a produtividade, porque tomar recursos para investir em produtividade, em crescimento ou no consumo é cada vez mais caro. Então, o processo é exatamente o oposto.

Houve várias considerações a favor da reforma, como as do Deputado Pauderney Avelino.

A Deputada Jandira Feghali diz que o problema não é o déficit. O problema é caber no teto. Portanto, bastaria não haver o teto para não existir o problema. Essa foi a conclusão imediata dela. Eu digo que é uma situação completamente diversa. O teto é que está gerando confiança, está gerando a capacidade de a economia brasileira voltar a crescer e, portanto, voltar a ter possibilidade de criar empregos. A inflação já está caindo, todos já estão vivendo isso, a taxa de juros já está caindo. Tudo isso começou a acontecer depois da aprovação do teto, porque está gerando uma confiança na economia, no sentido de que nós teremos um Estado brasileiro solvente e equilibrado ao longo do tempo.

Novamente se apresenta a questão dos juros. Eu já falei a respeito.

Outra observação importante é sobre o tamanho da sonegação. Não há dúvida, o papel da Receita Federal é combater a sonegação, e faz isso de forma



consistente. Há um combate das auditorias e das fiscalizações o tempo todo. Buscam a cobrança, as autuações, etc. Às vezes pessoas até acusam a Receita de excesso de rigor. Não há dúvida, conter a sonegação é um papel importante da Receita Federal, e ela está fazendo isso. A nossa ideia inclusive, com reformas que estão sendo feitas lá, é equipar a Receita Federal para ser cada vez mais capaz de arrecadar. Mas, para isso, a economia tem que estar crescendo, as empresas tem que estar gerando renda e tendo capacidade, de fato, de pagar.

A questão da cobrança da Dívida Ativa. Esta é a questão: *“Vamos cobrar a Dívida Ativa!”* Perfeitamente! É outro trabalho intenso feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Quanto à Dívida Ativa, o percentual que achamos é de cerca de 40%. Há boas perspectivas de haver o pagamento, na medida em que os devedores tenham condições de pagar. Um bom percentual é de empresas que estão inativas, quebradas ou sem patrimônio, mas a PGFN continua cobrando.

Nós estamos falando agora especificamente da dívida ativa previdenciária. Se nós olharmos só essa, que é a que está em discussão aqui principalmente, são 430 bilhões, dos quais 50 bilhões já foram objeto de acordo, de parcelamento ou de garantido, isso ainda nos Governos anteriores, e 380 bilhões em cobrança judicial, em relação aos quais existem débitos de Municípios (23 bilhões), de Estados (6 bilhões) e de empresas estatais (9 bilhões).

Em resumo, existe sim um trabalho constante de cobrança dessa dívida. Agora, de novo, nós vivemos num Estado de Direito. Existe um Judiciário que está processando no País todas essas cobranças. Não é o nosso desejo ir lá e arrancar o dinheiro daquela pessoa ou daquela empresa. Existe todo um processo judicial em andamento, com recuperações em andamento. Para se ter uma ideia, de 2010 a 2016, houve uma recuperação de 4 bilhões por ano. Estamos trabalhando para aumentar esse número agora.

Há diversas ações visando aumentar a cobrança: diligências para busca de bens, protesto extrajudicial, acompanhamento minucioso de grandes devedores e criação de um grupo especial de combate a fraudes estruturadas, fraudes contábeis. Cada vez mais estão sendo criados grupos de inteligência na Receita, especializados, para irem buscar esses recursos. Estamos cada vez mais ativos quanto a esse aspecto.



De novo, questões referentes à presença da Previdência em mais de 70% de Municípios. Foi uma declaração da Deputada. Bem, digo mais uma vez que as aposentadorias continuarão sendo pagas. Estamos garantindo isso. Não vai haver uma interrupção, muito pelo contrário, nós queremos garantir o pagamento das aposentadorias. E o fato de algumas pessoas trabalharem um pouco mais não quer dizer que vão deixar de ter renda, muito pelo contrário, vão continuar trabalhando e depois vão continuar tendo a sua aposentadoria.

Agora vamos falar um pouco sobre a questão do PIB. Por alguma razão, houve observações no sentido de que o PIB caiu nos últimos anos, e essa comparação com o PIB não faria então sentido, porque houve uma queda do PIB durante esse período todo. Para ser preciso, não houve isso. O PIB cresceu, durante as últimas décadas, cerca de 3% em média no Brasil. Então, houve um crescimento positivo. A recessão se deu em 2015 e 2016 só. Já houve um processo. Estamos voltando a crescer agora em 2017.

Relativamente à comparação da idade com a de países da OCDE, eu diria que há comparação com a de todos os países onde existem dados disponíveis. Eu mencionei o México, a Índia, o Uruguai, o Paraguai, o Chile.

Há preocupações, de novo, com empregadas domésticas. Perfeitamente. Para isso é que se assegura, inclusive, um piso, que é o salário mínimo, garantindo que todos tenham direito à aposentadoria, ao recebimento da aposentadoria.

Outra observação referente ao PIB é a de que a indústria caiu ao nível de 2010. Eu acho que há um pouco de exagero. Foi uma recessão... Ao de 1910, desculpe-me. Acho que deve ter havido um erro aqui na hora do registro. Na realidade, houve sim uma queda importante do PIB em 2015 e 2016. De fato, retrocedemos alguns anos, mas nem tanto. (*Riso.*) Foram poucos anos. Foi uma recessão mais séria, aliás, a maior recessão da história do País desde que o PIB brasileiro começou a ser medido, em 1902. Trata-se de 2015 e 2016. Mas já estamos saindo dela. Ainda bem!

O Deputado Alessandro Molon também está preocupado com o efeito que possa haver sobre os mais pobres. A nossa observação é que os mais pobres hoje já tendem a se aposentar por idade. Portanto, continuarão a se aposentar por idade.



O efeito se dá exatamente em classes de renda mais elevada, que tendem a se aposentar mais cedo.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ministro, o senhor poderia falar sobre esse aumento de 15 anos para 25 anos e sobre aquela questão da falta do piso de um salário mínimo para as pensões?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Piso de um salário mínimo para...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A reforma acaba com o piso de um salário mínimo para pensões. Pessoas poderão receber menos de um salário mínimo como pensão.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Note bem, isso não acaba. Aliás, mantém para aposentadoria o piso do salário mínimo. No caso da pensão por morte, sim, mas aí é outra situação. É uma pensão por morte. É o sobrevivente e a pessoa que tenha também direito a aposentadoria, que é o caso que ocorre hoje cada vez mais. O esposo ou a esposa sobrevivente terá direito a escolher o maior.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas eu não me refiro nem à acumulação, Ministro, eu me refiro ao fato de que, se a pessoa só tiver a pensão, a proposta de reforma não garante que esse piso de um salário mínimo seja observado. É sobre isso que eu gostaria que o senhor tratasse.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Perfeitamente. É uma hipótese em discussão. Isso pode ser regulado claramente. O que estou dizendo é o seguinte: não é o propósito. O propósito é que a aposentadoria tenha uma garantia e que a pensão tenha as regras de acordo com os percentuais da contribuição do esposo ou da esposa que faleceu.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ministro, o aumento do tempo mínimo de 15 para 25. O senhor não acha que isso vai impedir que as pessoas pobres se aposentem?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Olhe, na medida em que se coloca uma contribuição mais baixa, principalmente para os mais pobres, a ideia é que todos possam sim contribuir, no mínimo, por 25 anos. A ideia é facilitar às pessoas essa contribuição. No caso, por exemplo, do trabalhador rural, isso é típico.



É uma contribuição bastante baixa, que vai ser definida pelos senhores em última análise, que permita a todos, de fato, contribuir. O importante é formalizar o mercado de trabalho, mesmo com contribuição muito pequena. É cada vez mais importante para o País formalizar o mercado de trabalho.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - De acordo com o senhor. Mas, para os trabalhadores urbanos, não se reduz, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Molon, todos aqui tiveram oportunidade de estabelecer o debate.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Estou fazendo a pergunta da maneira mais...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu também estou muito interessado na questão da formalização, assunto no qual o Ministro está entrando agora.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas não há redução para os trabalhadores urbanos, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não é o caso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu também quero fazer perguntas.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Eu respeitei todos e não interrompi ninguém...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas eu me dirigi a V.Exa. com todo o respeito. V.Exa. sabe disso.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Mesmo as afirmações das quais discordo completamente ouvi com toda a atenção e respeito, exatamente para que o argumento pudesse ser desenvolvido até o final.

Existe aqui uma importante discussão sobre idade mínima e tempo médio na França. Quanto a isso, temos de considerar duas coisas. Em primeiro lugar, existe na França um número razoável de pessoas que se aposentam por deficiências e por outras situações diversas antes da idade mínima. São situações que fazem com que possa existir uma aposentadoria especial. Além do mais, houve sim uma reforma previdenciária naquele país. Então, a idade média está crescendo nos últimos anos na França, onde houve também, depois da crise de 2008, uma reforma da previdência. É um fenômeno mundial. Aconteceu na Alemanha, em vários países.



Falo agora relativamente à questão das mulheres, a quanto tempo, de fato, será gasto para as mulheres estarem nas mesmas condições de trabalho dos homens. Essa é uma tendência internacional, inclusive no Brasil. Estabelecemos aqui o prazo de 20 anos. É o prazo do regime de transição no País. Para a mulher, começa aos 45 anos; para o homem, na proposta, começa aos 50 anos. Então, no caso das mulheres, são 20 anos de transição. São, portanto, 20 anos de evolução do mercado de trabalho. É algo muito paulatino.

Deve-se lembrar também que cada vez mais existem condições iguais no mercado de trabalho. Além disso, existe um tempo médio de sobrevivência, no caso de aposentadoria das mulheres, superior ao dos homens. Mas é uma tendência internacional hoje, existe cada vez mais. Agora, não é o que se fará imediatamente no Brasil se for aprovada essa proposta. É um projeto de convergência de longo prazo.

O Deputado Arlindo Chinaglia se refere a estarmos falando da arrecadação existente. A pergunta é no sentido de como vai evoluir essa arrecadação durante os próximos anos.

Deputado, temos gráficos que tratam já de vários anos e que estabelecem a correlação entre a receita e o crescimento do produto. Temos dados, projetados evidentemente, de crescimento do produto nos próximos anos e, a partir daí, dados de evolução da arrecadação baseados no crescimento do PIB nos próximos anos.

Poderemos informar diretamente aos Deputados não só esses dados, mas também os demais, mediante pedidos de informação, para não ficarmos aqui citando dados específicos, porque isso distorce muitas vezes os números.

O que eu quero dizer é o seguinte: todas as projeções são feitas com muito cuidado, com muita seriedade e teremos todas as condições de lhe enviar as hipóteses que estão embasando isso. Normalmente as hipóteses são o crescimento da arrecadação de acordo com o crescimento do PIB, o crescimento do PIB que leva em conta a demografia brasileira, e as atuais taxas de crescimento da produtividade no Brasil, tudo isso embasado em dados históricos bem estabelecidos.

A questão da dívida não paga é a mesma que já endereçamos. Mencionamos aqui os dados, por exemplo, da Previdência, e não apenas em relação à dívida ativa previdenciária, que hoje está em 430 bilhões. Como eu mencionei, 50 bilhões já



foram acordados, já estão em processo de pagamento, ou já foram concedidas garantias, e 380 bilhões estão em processo de cobrança. Mas se mencione também que, conforme o histórico dos últimos anos, de 2010, por exemplo, até 2015, a eficácia da cobrança foi de cerca de 4 bilhões de reais ao ano. Estamos trabalhando duro para aumentar esses valores de cobrança.

No tocante à questão da existência ou não do CARF, que é um conselho de recursos, devo dizer, de novo, que essa é uma experiência internacional. O fiscal faz uma autuação, e a supervisão dá a sua opinião, endossa ou não. Como a autuação pode ser aprovada na esfera administrativa, é normal haver um conselho que faz, aí sim, um julgamento. Mas, evidentemente, sempre há um recurso da União ou do contribuinte à Justiça. E aí é outro problema.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ministro, perdoe-me, mas a União, no caso do CARF, não pode recorrer quando perde. Trata-se de uma contradição.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois é, é porque a União tem lá uma presença importante. O que eu quero dizer é o seguinte: em determinadas circunstâncias, a União pode prevalecer no voto do CARF. Este é o ponto mais importante. O contribuinte pode recorrer, evidentemente. Mas a existência desse conselho é razoável, V.Exa. há de convir, porque não é de se esperar que tudo vá para a Justiça.

Então, a expectativa é de que a União tenha uma presença importante, substancial e que possa, se tiver razão, fazer prevalecer sua posição no CARF.

Agora, note bem: estamos mencionando aqui algo que já existe há muito tempo, que é dos governos anteriores. Estamos agora simplesmente exercitando, cada vez mais, a função do CARF e fazendo-o funcionar cada vez melhor. Mas ele está sempre sujeito a um processo de revisão, para assegurar que funcione bem e que os interesses da União sejam bem defendidos. É esse o ponto.

O segundo ponto é sobre o Regime Geral, onde grande parte ganha um salário mínimo. Sim. Não há dúvida e é em função disso que existe a garantia de mínimo também no benefício.

O Deputado Julio Lopes disse que devemos ampliar a base tributária e que, além disso, a reforma é fundamental. Sim. O trabalho todo é ampliar cada vez mais



a base tributária, de novo, procurando não aumentar ou criar impostos regressivos, para que não se atinja aqueles que não possuem recursos e não têm condições de pagar.

O Deputado Thiago Peixoto defende a reforma dizendo que é importante fazê-la para assegurar a sustentabilidade do crescimento econômico. Isso é muito importante.

O Deputado Major Olimpio faz algumas perguntas específicas sobre números da LDO e, de novo, em benefício do tempo, acredito que nós podemos perfeitamente, como nos outros casos, passar diretamente para o Deputado respostas específicas quanto aos referidos números da LDO.

Em relação à pergunta específica sobre as duas colunas de valores do PIB projetados ao longo do tempo, podemos dizer que são critérios diferentes, um deles, inclusive, está levando em conta valores reais deflacionados; outros são valores nominais, com determinadas projeções de inflação, por razões diferentes e também com outras condições. Mas, como aquilo ali foi um sumário, então, de novo, nós podemos detalhar para o Deputado as respostas, com todas as hipóteses e o porquê de cada diferente hipótese.

Deputado, economia é previsão. Por isso, as hipóteses são fundamentais. Não existe um dado único. Não é possível dizer: *“Esta é a previsão para 2040”*.

Um outro Deputado mencionou que o Relatório Focus, produzido pelos economistas e captado pelo Banco Central, tem errado frequentemente. Isso é normal. A previsão de economia não é uma ciência exata. A inflação de 2021, por exemplo, vai depender de uma série de coisas, inclusive de decisões de política econômica tomadas até lá.

O Deputado Marcus Pestana pergunta o que acontecerá se nada for feito, se não for aprovada a reforma da Previdência. Eu digo que eu prefiro responder que, se ela for aprovada, o Brasil crescerá de forma mais consistente, mais sustentável, com taxas de juros menores e com menor inflação.

Aí entramos na questão dos juros de novo, mas temos que falar sobre eles e o seu peso no Orçamento. De novo, a maneira de assegurar a queda dos juros é exatamente assegurar que a dívida pública não vai crescer de uma forma descontrolada. Isso é muito simples.



Dentro do mesmo assunto, houve outra pergunta nesse sentido feita pelo Deputado Ivan Valente, quando ele falou da dívida no final do Governo FHC, da dívida do final do Governo Lula e da dívida do final do Governo Dilma. Pois, bem, a melhor maneira melhor de compará-las é em termos de percentagem do PIB. A dívida líquida no final do Governo FHC ficou um pouquinho acima de 60% do PIB; no final do Governo Lula, ela foi de um pouco mais de 40% do PIB, e, no último Governo, ela voltou a subir. Agora, o que nós estamos fazendo é exatamente assegurar que essa trajetória volte a cair.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Qual seria a sua previsão, se aprovada a reforma, de crescimento do PIB para este ano?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Perdão, o que V.Exa. perguntou?

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Se aprovada a reforma, qual seria a previsão que V.Exa. teria para o crescimento do PIB este ano?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Olha, para o crescimento do PIB este ano, a nossa melhor previsão, Deputado, a que eu acho que mais reflete a atividade, é aquela que compara o último trimestre de 2017 com o último trimestre de 2016. Com base nesse parâmetro, nós prevemos 2,7% de crescimento.

Já na média contra média — média de 2017 contra a média de 2016 —, o crescimento previsto é de 0,5%. Por quê? Porque o PIB caiu muito em 2016 e deve subir muito em 2017. Então, a média cresce pouco. Mas, se partirmos de onde começa a recuperação econômica, no final de 2016, até final de 2017, o crescimento é de 2,7%.

O Deputado Heitor Schuch pergunta sobre os 25 anos, algo que já respondemos. E a questão da pensão também já foi respondida.

O Deputado Perondi perguntou se é possível financiar o aumento da despesa da Previdência com aumento da tributação.

O Brasil já tem a maior carga tributária da América Latina e a maior dos países emergentes. O que nós fizemos ontem foi eliminar algumas desonerações, algumas isenções de impostos que certos setores tinham recebido. Então, isso, sim, pode ser feito.



Agora, o aumento da tributação nesta fase da economia, de acordo com a nossa experiência e com estudos sobre o Brasil e vários países, pode, na realidade, prejudicar a recuperação da atividade econômica.

O Deputado Pepe Vargas apresentou a questão dos microdados, que já tinha sido levantada.

Eu e o Secretário Marcelo Caetano conversamos sobre trabalhar com a DATAPREV para fazer o fornecimento desses microdados. Existe aqui uma questão orçamentária, pois essa é uma coleta dispendiosa, mas certamente ela é possível. Por demanda dos Deputados, vamos, sim, fornecê-los. A DATAPREV tem condições de fazer isso.

Em relação à questão de desonerações, para empresas altamente intensivas em mão de obra, como as dos setores de construção civil, de transporte, etc., nós mantivemos as isenções, para observar um pouco mais o comportamento dessas empresas na retomada da economia. Mas, de novo, estamos olhando com muito rigor o efeito das desonerações.

Houve, então, as perguntas dos Deputados Assis Carvalho e Ivan Valente, todas relacionadas à mesma linha de ação — prejuízo aos mais pobres, a questão dos juros, etc. —, que já foram respondidas.

Houve uma declaração de apoio à reforma do Deputado Rodrigo Rocha Loures, enfatizando a importância dela.

O Deputado Pompeo de Mattos manifestou preocupação, primeiro, com a questão das mulheres, algo que já foi conversado, e, segundo, com a questão da dívida com a Previdência, que também já discutimos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Esse dinheiro sai do orçamento fiscal? Refiro-me ao pagamento dos juros da dívida. De onde sai dinheiro para pagar os juros da dívida?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ele sai do orçamento fiscal.

Agora, o que existem são dois números de déficit, Deputado. Existe o déficit primário, que é aquele sem os juros; e existe o déficit nominal, com os juros. Então, podemos lhe informar os números de déficit nominal do Brasil nos últimos 10 anos, o que inclui os pagamentos de juros. O déficit nominal é o déficit total.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Governo emite títulos ou emite dinheiro para pagar o serviço da dívida?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ele emite títulos ou paga os juros com superávit primário — isso no caso de existir superávit primário suficiente para isso. Hoje, porém, o Brasil hoje não tem superávit primário. Então, o Governo emite títulos para pagar os juros.

O Deputado José Mentor e vários outros estão preocupados com a questão dos 49 anos. Vamos sumarizar: objetivamente, com 25 anos de contribuição e 65 anos de idade, todos podem se aposentar e receber 76% da média das contribuições. Então, não é necessário trabalhar os 49 anos. Só é necessário fazê-lo para receber o benefício máximo a que cada um tem direito. E, de novo, foi estabelecida uma escala progressiva.

Uma coisa que eu não mencionei é que a França tem um sistema similar ao brasileiro quanto ao aspecto de que, aumentando a contribuição, a pessoa pode acumular direitos previdenciários, para baixar um pouquinho o tempo que falta para a aposentadoria ou até aumentar um pouco o valor a ser recebido. No caso do Brasil, se a pessoa quiser continuar trabalhando um pouco mais para, no final, aumentar a sua aposentadoria, isso está previsto.

Essa regra é comum, existe em outros países também. Por exemplo, no caso dos Estados Unidos, a pessoa pode continuar trabalhando até os 70 anos e aumentar um pouquinho o que receberá de aposentadoria — chega-se ao valor máximo quando a pessoa atinge 70 anos de idade, mas ela já pode se aposentar antes disso.

O Deputado José Mentor pede dados relativos à questão da receita *versus* a despesa tanto do regime próprio quanto do Regime Geral. Já enviamos alguns dados, mas vamos também mandar esse dado específico.

O Deputado Mauro Pereira também pergunta sobre as dívidas não pagas e sobre a questão dos juros e do superávit primário.

Então, esse é, digamos, o resumo de todo o quadro das contas públicas.

As despesas primárias são aquelas que devemos olhar em primeiro lugar, porque são as controladas pelo Governo, ou seja, pelo Legislativo, Executivo e Judiciário. Agora, para arcar com as despesas de juros, temos que tomar



emprestado o dinheiro que as pessoas depositam a título de poupança, pois este é um Estado democrático, em que não podemos confiscar recursos das pessoas. Aliás, quem tentou não conseguiu. Diversos países desistiram, não fazem mais isso. No Brasil, houve um plano em 1990 que tentou fazê-lo, mas, como outros planos que países vizinhos tentaram, não deu certo.

Em resumo, o que temos que fazer para baixar o custo da dívida é controlar as despesas públicas. Em consequência, os juros caem, e o País pode crescer a taxas mais elevadas.

Em resumo, esse é o quadro geral.

Eu procurei dar respostas a cada um dos senhores e a cada uma das senhoras de forma específica, de maneira que se esclareçam todas as dúvidas. De novo, nós vamos mandar todos os esclarecimentos que foram pedidos. E estamos abertos a continuar recebendo pedidos de informação, que vamos responder com a maior precisão e com a maior seriedade.

Nós estamos aqui para prestar um serviço aos senhores, às senhoras e ao povo brasileiro. Em última análise, o que temos é que adotar uma gestão que, em primeiro lugar, garanta que o País cresça e gere renda, com inflação baixa e juros caindo, e, principalmente, que garanta também, neste caso específico, a cada brasileiro não só um emprego, mas a certeza de que vai receber, uma vez aposentado, aquilo a que tem direito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Chegamos ao fim dos trabalhos da nossa Comissão. Só me cabe neste momento agradecer ao Ministro Henrique Meirelles a consideração demonstrada aos Parlamentares, respondendo uma a uma as dúvidas e solicitações.

Ficamos, então, agora, aguardando a posição do Relator quanto à entrega do relatório, para que possamos proceder à leitura e ao início da discussão. Devem transcorrer alguns dias até que isso aconteça, mas V.Exas. serão, evidentemente, avisados com antecedência deste momento.

No mais, talvez eu até venha sentir saudade de V.Exas. nesses 3 ou 4 dias úteis que devem transcorrer do dia de hoje até nossa próxima reunião.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Antes que V.Exa. sofra mais, quero fazer uma única pergunta: A princípio, na terça-feira e na quarta-feira, não temos nada agendado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A princípio, na terça e na quarta-feira não temos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Provavelmente, na quinta-feira será possível, mas deixaremos assim: na terça eu vou comunicar. Mas, a princípio, semana que vem...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não teremos reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não estamos apressando o Relator. Entendemos que o Relator deve ter, obviamente, toda tranquilidade para estabelecer suas convicções em relação a tema tão importante. Mas V.Exas. serão avisados com antecedência.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É claro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

Até a próxima reunião.